



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Trajectórias de emprego precárias

O Programa Prosa enquanto Política Pública Activa

Fernanda Serrão de Freitas Vaz

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em
Sociologia

Orientador: Fernando Diogo

Ponta Delgada, 30 de Abril de 2013

Resumo

Neste trabalho são analisados os impactes do Programa Ocupacional Prosa nas trajetórias de emprego dos seus beneficiários, destacando-se a precariedade sob duas perspectivas.

A primeira refere-se à conceptualização da noção de precariedade no emprego. O emprego precário constitui uma das alterações sentidas pela sociedade de risco (Beck, 2001), um dos efeitos do mundo globalizado e que “sugere a ideia de emprego transitório, instável e inseguro” (Rebelo, 2004).

Em segundo, pretende-se aplicar as construções teóricas desenvolvidas a uma categoria social específica, nomeadamente os beneficiários do Programa Prosa. Trata-se de indivíduos com percursos precários, que experienciam diversos empregos. A sua passagem pelo programa constitui a experiência mais longa e aproximada do mercado normal de trabalho. Após o *terminus* do programa regressam de novo à situação inicial de desemprego pelo que se pode afirmar que se tratam de *trajetórias de emprego em carrossel* (Diogo, 2009).

Por último, importa salientar a pertinência científica e social desta investigação. As tendências globais no trabalho flexível sugerem-nos que o trabalho precário faz parte de um conjunto de transformações económico-sociais (Rebelo, 2004) recentes. Estas transformações trouxeram consigo uma “desqualificação do emprego” (Santos, 2001) e o despoletar de um crescente aumento de trabalhadores em situação de precariedade.

Apesar deste ser um tema actualmente muito debatido, é ainda uma realidade social científica e socialmente pouco estudada. Neste sentido, pretende-se conhecer esta realidade, bem como compreender de que modo esta influencia o percurso de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Precariedade, Emprego, Risco, Prosa.

Abstract

This paper analyzes the impacts of the Occupational Program Prosa on the employment trajectories of its beneficiaries, highlighting the employment precariousness on two perspectives.

The first one refers to the conceptualization of the notion of precariousness in employment. The precarious employment is one of the changes experienced by the risk society (Beck, 2001), being one of the effects of the globalized world and that "suggests the idea of transitional employment, unstable and insecure" (Rebelo, 2004).

In second place, we intend to apply the theoretical constructs developed to a specific social category, namely the recipients of the Prosa Program. These are individuals with precarious trajectories, who have experiencing different jobs. Their passage through the program is the longest and nearest experience to open labour market. Upon the completion of the program they return again to the initial situation of unemployment, thus we can say that it is *carousel employment trajectories* (Diogo, 2009).

Finally, it should be noted the scientific and social relevance of this research. Global trends in flexible labour suggest us that precarious work is part of a set of recent economic and social transformations (Rebelo, 2004). These changes have brought a "disqualifying in employment" (Santos, 2001) and the triggering of a growing number of workers in precarious situations.

Although, this is currently a much debated topic, it is still a social reality poorly studied in scientific and sociological terms. In this sense, we intend to know this reality and also understand how it influences the life course of the individuals.

Key Words: Precarious, Employment, Risk, Prosa.

Agradecimentos

À Direcção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor por ter disponibilizado os dados para consulta e análise dos beneficiários do Programa Ocupacional Prosa.

Às Instituições Particulares de Solidariedade Social, as quais se prontificaram em colaborar e contactar todos os entrevistados para o presente trabalho, bem como em ceder o espaço para realização das entrevistas.

Aos entrevistados que se prontificaram em responder às questões em entrevista, disponibilizando, por isso, o seu tempo, expondo a sua intimidade para a produção deste estudo.

Ao orientador, Professor Doutor Fernando Diogo pelo apoio e disponibilidade constante ao longo do processo de investigação.

À minha família, pela paciência nos momentos de desânimo, pela confiança e apoio incondicional, pela força, fazendo acreditar neste projecto.

Índice de Abreviaturas

DREQPDC – Direcção Regional do Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor;

PROSA – Programa Social de Ocupação de adultos

CTTS – Colocação Temporária de Trabalhadores Subsidiados

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

RSI – Rendimento Social de Inserção

Índice

Resumo	2
Abstract.....	3
Agradecimentos	4
Índice de Abreviaturas.....	5
Índice de Quadros	8
Índice de Figuras	9
Introdução.....	10
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
Capítulo I – Sociedade em Mudança.....	15
1.1. O Estado Providência	15
1.2. Risco Social na era da Globalização	18
Capítulo II – Trajectória Escolar	23
2.1. A escola e o acesso ao mercado de trabalho.....	23
Capítulo III – Trajectórias de Emprego Precárias	26
3.1. A precariedade no emprego	26
3.1.1. A precariedade enquanto promotora de trajectórias de emprego em carrossel.....	30
3.2. As Políticas Públicas de Emprego	33
3.2.1. As Políticas Públicas Passivas e Activas.....	35
3.3. O Prosa enquanto medida de Política Pública Activa de Emprego	36
3.3.1. Trajectórias laborais na ponte entre o emprego e o desemprego	38
Capítulo IV – O Caso dos Beneficiários do Programa Prosa em S. Miguel	40
4.1. Estratégia Metodológica	40
4.1.1. Problemática.....	40
4.1.2. Metodologia	42
4.1.2.1. A escolha na selecção dos entrevistados.....	44
PARTE II – ESTUDO DAS TRAJECTÓRIAS NA ESCOLA, NO EMPREGO E NO PROSA	46

Capítulo I - Caracterização do Universo	46
Apresentação de resultados	55
Capítulo II – A escolaridade	57
Capítulo III – O emprego.....	63
Capítulo IV – Trajectória no Programa Prosa	76
Capítulo V – Projecção e Imaginação em relação ao futuro	81
Conclusões.....	89
Bibliografia.....	95
ANEXOS	100
Anexo I – Operacionalização dos Conceitos	101
Anexo II – Disponibilização de dados estatísticos	103
Anexo III – Consentimento para realização das entrevistas	104
Anexo IV – Guião de Entrevista.....	105

Índice de Quadros

Quadro 1 - Proporção da população que vive com menos de um dólar por dia nos países em desenvolvimento.....	20
Quadro 2 - Idade dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010).....	49
Quadro 3 - Sexo dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010)	49
Quadro 4 - Anos de escolaridade dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010).....	50
Quadro 5 – População Activa segundo o nível de escolaridade completo e o sexo, Portugal 2008	51
Quadro 6 – População activa segundo o nível de escolaridade completo e o sexo, Portugal 2009	52
Quadro 7 - População Activa segundo o nível de escolaridade completo e o sexo, Portugal 2010	53
Quadro 8 - Concelho dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010)	54
Quadro 9- Entidade dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010)	55
Quadro 10 – Caracterização dos beneficiários	57
Quadro 11 – Abandono Escolar	58
Quadro 12 – Relação Escolaridade – Emprego	61
Quadro 13 – Idade do início da Actividade Profissional.....	65
Quadro 14 – Ocupação dos Beneficiários Antes, durante e depois do Prosa.....	68
Quadro 15 – Como os beneficiários veem o Prosa.....	80
Quadro 16 – Diligências tomadas para reencontrar emprego.....	83
Quadro 17 – Perspectivas e dificuldades dos beneficiários face ao mercado de trabalho.....	85

Índice de Figuras

Figura 1 - População Activa segundo nível de escolaridade completo, Portugal, 1998-2010 .46	
Figura 2 - Taxa de desemprego total e por sexo.....	72

Introdução

A presente dissertação tem como temática a Trajectória de Emprego Precária dos Beneficiários do Programa de Ocupação Prosa. Este trabalho é desenvolvido no âmbito do Mestrado em Sociologia e pretende o estudo da precariedade no emprego dos beneficiários do programa Prosa.

A precariedade no emprego é um tema, actualmente, muito debatido, quer a nível social, quer a nível da agenda política. As tendências globais no trabalho flexível sugerem-nos que o trabalho precário faz parte de um conjunto de transformações económico-sociais (Rebello, 2004) recentes. Estas transformações trouxeram consigo uma “desqualificação do emprego” (Santos, 2001) e o despoletar de um crescente aumento de trabalhadores em situação de precariedade.

Esta precarização das relações laborais tornou-se um tema de grande pertinência científica e social para investigação. Apesar deste ser um tema actualmente muito discutido, é ainda uma realidade científica e socialmente pouco estudada. Neste sentido, pretende-se conhecer esta realidade, bem como compreender de que modo esta influencia o percurso de vida dos indivíduos.

Para tal, achou-se interessante conhecer a realidade de pessoas com empregabilidade fragilizada, nomeadamente beneficiários de medidas de política pública activa de emprego. Tratam-se de indivíduos com percursos profissionais muito vulneráveis, com percursos de vida marcados pelo insucesso e abandono escolar, maioritariamente provenientes de famílias com grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Neste sentido, o programa ocupacional de emprego escolhido para análise foi o Prosa.

O Programa Ocupacional Prosa surge em 1997 como medida operacional do Plano Regional de Emprego, considerado como uma ferramenta de grande utilidade para a inserção no mundo do trabalho de trabalhadores de baixa empregabilidade. Inicialmente, o programa centrou-se nos beneficiários em situações transitórias de emprego, nomeadamente trabalho sazonal, sendo, mais tarde alargado a todo o tipo de desempregados. Neste sentido, podem, actualmente, candidatar-se ao Prosa desempregados que estejam inseridos num dos grupos desfavorecidos fixados pelo Decreto Regulamentar Regional 29/2000/A, de 13 de Setembro; sejam desempregados activos¹; estejam inscritos na Agência para a Qualificação e Emprego,

¹ De acordo com as normas adoptadas pela OIT na 13ª e 14ª Conferências Internacionais dos estatísticos do trabalho para o inquérito por amostragem às forças de trabalho na Comunidade, os desempregados são as pessoas entre os 15 e os 74 anos que se encontravam:

como desempregados disponíveis, há pelo menos 180 dias; não tenham recusado, no último ano, qualquer oferta de emprego compatível ou a sua inserção em programas de formação e qualificação profissional compatíveis; e, não tenham, sem justificação, recusado trabalho em empresa de inserção capaz de fornecer emprego compatível (Resolução do Governo Regional dos Açores n.º 189/2002, de 26 de Dezembro).

O número de indivíduos que, ao longo de mais de uma década, tem passado por este programa ocupacional, é suficientemente relevante para ter permitido a construção de uma verdadeira categoria social, associada à precariedade no emprego e às dificuldades de integração no mercado normal de trabalho.

A precariedade no emprego é um fenómeno social que nos tem trazido algumas inquietações, quer pela sua complexidade quer pelo impacto que tem tido na sociedade portuguesa.

Para melhor compreender a precariedade no emprego, será necessário contextualizá-la.

Em primeiro lugar, é premente esclarecer que a precariedade é um fenómeno que se foi instalando aquando a crise do Estado-Providência durante a década de 70, com os choques petrolíferos, os quais marcaram um novo ciclo recessivo da economia mundial, abolindo a época do pleno emprego e do emprego para toda a vida (Castel, 2009), e emergindo dos novos problemas sociais, como o aumento do défice orçamental, da inflação, da estagnação e do desemprego e o progressivo envelhecimento da população (Mishra, 1995).

Estamos, assim, como designa Beck (2001) perante uma sociedade de risco, que se distingue por um novo sistema económico que destrói o trabalho e origina desemprego.

Neste sentido, a condição transitória de desemprego converte-se em condição estrutural, sendo o pleno emprego mais inacessível, por um lado, e, por outro, os padrões de emprego estáveis e seguros degradam-se e precarizam-se (Hespanha & Valadas, 2002).

Estas diversas alterações no mercado de trabalho vão-se refletindo de forma plena nos percursos profissionais dos adultos. Os indivíduos com fracas habilitações parecem ser os que mais sofrem com as novas regras do mercado de trabalho (Centeno, 2001). Para Kovács (1999),

-
- a) Sem trabalho durante a semana de referência, isto é, que não dispunham de trabalho remunerado por conta de outrem nem de trabalho por conta própria (durante pelo menos uma hora);
 - b) Disponíveis para trabalhar, isto é, para iniciar uma actividade por conta de outrem ou por conta própria no prazo de duas semanas após a semana de referência;
 - c) Activamente à procura de emprego, isto é, que tinham empreendido diligências específicas no intuito de encontrar um trabalho por conta de outrem ou por conta própria durante um período de quatro semanas que termina no fim da semana de referência, ou que tinham encontrado um emprego a iniciar, no máximo, num período de três meses (Regulamento (CE) n.º 1897/2000, de 7 de Setembro).

estas fragilidades aumentam mais quando se alternam com períodos de desemprego. Os trabalhadores pouco ou semi-qualificados tendencialmente têm uma estabilidade profissional ameaçada.

Contudo, a precariedade não se distribui uniformemente e, apesar de se manifestar mais nas classes baixas, não é exclusiva destas. Actualmente, vemos indivíduos de outras classes, adquirir o estatuto de trabalhadores. Contudo, o emprego precário é, para estes trabalhadores, preferível ao não emprego (Diogo F. , 2010).

A precariedade pressupõe uma vida profissional incerta, indesejável e provisória. Neste sentido, torna-se pertinente estudar as trajectórias de emprego dos indivíduos, em particular dos beneficiários do Programa Prosa, tentando compreender o seu percurso profissional.

Para os beneficiários do Programa Prosa, a passagem pelo programa parece ser a experiência profissional mais longa e aproximada que tiveram junto do mercado normal de trabalho. Após o *terminus* do programa, regressam, de novo, à situação de desemprego. Esta situação traduz-se em *trajectórias de emprego precárias* (Diogo F. , 2010).

Posto isto, podemos afirmar que, no presente trabalho, fizemos duas abordagens, uma abordagem teórica sobre o Estado-Providência, precariedade, políticas sociais e programa Prosa, num esforço de compreensão sociológica da realidade social e outra abordagem prática, referente ao tratamento dos dados e conclusões dos resultados obtidos através de entrevistas aprofundadas.

Visando a materialização do propósito deste estudo, estruturou-se a presente dissertação em duas partes. A primeira parte é constituída por quatro capítulos, a segunda por cinco.

Na primeira parte, o primeiro, segundo e terceiro capítulos consistem na revisão da literatura sobre os conceitos directamente relacionados com a temática da investigação, nomeadamente os conceitos de Estado-Providência, risco social, globalização, trajectória escolar, precariedade, políticas públicas de emprego e Prosa, enquanto medida de política social activa.

No primeiro capítulo fez-se uma contextualização da precariedade no emprego, isto é, explicamos o surgimento da precariedade no emprego. O emprego precário constitui uma das alterações sentidas pela sociedade de risco (Beck, 2001), um dos efeitos do mundo globalizado e que “sugere a ideia de emprego transitório, instável e inseguro” (Rebello, 2004).

O segundo capítulo refere-se à trajectória escolar. Neste abordamos o que levou os indivíduos, beneficiários de medidas de política pública activa, a abandonarem cedo o ensino escolar e de que modo essa escolha influenciou o seu futuro profissional.

O capítulo terceiro diz respeito à precariedade no emprego e às políticas públicas de emprego.

O quarto capítulo refere-se à apresentação e justificação da metodologia adoptada. Este capítulo aborda a problemática da investigação, justificação e objectivos da mesma. São apresentadas ainda as hipóteses de trabalho e a fundamentação do alvo da investigação. São ainda identificadas e explicitadas as técnicas de recolha e análise de dados, a definição e critérios de selecção da população e amostra. Por fim, neste capítulo são analisados os dados quantitativos fornecidos pela DREQPDC, tratados em SPSS, complementados com os quadros da população activa, segundo nível de escolaridade completo e sexo, do INE.

A segunda parte deste estudo refere-se à caracterização do universo, à análise e discussão dos dados qualitativos, resultados da análise de conteúdo das entrevistas efectuadas aos beneficiários do programa Prosa. Neste sentido, a segunda parte encontra-se dividida em cinco capítulos.

O primeiro Capítulo, intitulado Caracterização do Universo, refere-se à apresentação dos dados estatísticos fornecidos pela DREQPDC e tratados em SPSS. Nestes dados são analisados o sexo, a idade, a escolaridade, concelho de residência e entidade que acolheu os beneficiários. Depois, é analisada, igualmente, a população activa para os Açores e Portugal, segundo o nível de escolaridade completo e sexo nos anos de 2008, 2009 e 2010, numa perspectiva comparativa com a população em análise.

O segundo Capítulo refere-se à análise de conteúdo da I parte do Guião da Entrevista referente à Trajectória Escolar. Neste ponto é analisado o percurso escolar do entrevistado e o motivo do abandono e insucesso escolar.

O terceiro Capítulo respeita às questões de Emprego. Através da análise de conteúdo das entrevistas efectuadas é dissecado o percurso profissional dos entrevistados, nomeadamente, a idade em que iniciou a sua actividade profissional, que empregos teve ao longo da sua vida, como conseguiu esses empregos e a durabilidade dos empregos ao longo da sua vida.

O quarto Capítulo diz respeito à Trajectória no Programa Prosa. Neste abordamos como o entrevistado aderiu ao programa, as razões que o levaram a participar, quando participou, durante quanto tempo e o que mudou o programa na sua vida.

Por fim, o quinto Capítulo refere-se à Projecção e Imaginação em relação ao futuro. Este capítulo dá a conhecer as atitudes, posições e expectativas dos entrevistados face ao seu futuro profissional. Interessou-nos conhecer os projectos de emprego dos entrevistados, as diligências tomadas para (re)encontrar emprego e quais as suas perspectivas e o que os preocupa relativamente ao mercado de trabalho.

Por último, apresentam-se as conclusões do presente estudo, dando nota das limitações do mesmo e propondo mais estudos sobre a matéria, por se tratar, de um assunto pouco abordado em Portugal.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I – Sociedade em Mudança

Parece-nos evidente que o “mundo está em mudança” (Diogo F. , 2012). Estamos, certamente a “caminhar para uma sociedade incerta, de risco acrescido” (Diogo F. , 2012). Diogo (2012) fala-nos de uma redução do sistema de cobertura dos riscos proporcionado pelo Estado-Providência, quer pela degradação das condições de emprego, quer pelo aparecimento de novos riscos sociais.

As trajectórias de emprego precárias dos beneficiários do Programa Prosa que se pretende analisar neste estudo é resultado desta sociedade de mudança.

Neste capítulo em particular, pretende-se contextualizar o Prosa no modelo de Estado Providência português.

O Prosa constitui uma medida de política pública de combate ao desemprego de longa duração, a qual constitui uma dimensão constitutiva da configuração de Estado Providência. As políticas sociais, em especial as políticas de emprego, permitem validar os direitos sociais de igualdade de oportunidades e de integração social (Mozzicafreddo, 2002).

1.1. O Estado Providência

Com intuito de contextualizar o Programa Ocupacional de Emprego Prosa no conjunto das medidas de política de emprego de combate ao desemprego, faremos uma breve análise do Estado Providência, abordando o surgimento deste modelo político, assim como as suas principais características e a sua crise, nos contextos europeu e português.

O Estado Providência² generalizou-se, na maior parte dos países europeus, no período do pós Segunda Guerra Mundial, em grande parte beneficiando do crescimento económico, em particular de um panorama de quase pleno emprego e inflação baixa (Mishra, 1995). O Estado Providência consiste num estado social e democrático de direito (Pedroso,2010) que visa a

² É no segundo império que surge a expressão “Estado-providência” na França. É criada pelos pensadores liberais ao aumento das atribuições do Estado, mas igualmente críticos relativamente a uma filosofia individualista demasiado radical. Foi Émile Ollivier, deputado republicano, partidário do Império a partir de 1860 quem desenvolveu esta abordagem no seu *Rapport fait au nom de la commission chargée d'examiner le projet de loi relatif aux coalitions* (Rosanvallon, 1984).

promoção do bem-estar social, através da garantia de segurança individual e colectiva e de promoção de maior justiça social (Rosanvallon, 1984; Mozzicafreddo, 1992; Mishra, 1995).

Desde esta altura, o Estado intervém na economia, dinamizando a criação de empregos, visando a obtenção do pleno emprego e, no domínio social, através da produção de serviços em sectores como a educação, a saúde e a segurança social, cujo acesso seria universal para os que possam criar as condições necessárias para o efectivo exercício do direito de cidadania (Carreira, 1996).

Contudo, ao contribuir para melhorar as condições de vida e a esperança de vida, os Estados-Providência deram origem a novas necessidades para os quais os serviços criados não estavam preparados para satisfazer. Simultaneamente, a mudança socioeconómica, conjugada com alguma inércia institucional (Ferrera, 2000; Mishra, 1995) acabou por se traduzir numa falha na cobertura de algumas necessidades e riscos que foram surgindo (Ferrera, 2000).

Assim, o Estado-Providência começou a declarar os primeiros indícios de crise durante a década de 70, com os choques petrolíferos de 1973-74 e de 1979-80 que marcaram um novo ciclo recessivo da economia mundial, quando já se julgava consolidada a existência de um estado capaz de assegurar o bom funcionamento de um sistema de protecção face às situações de risco social (Domingos, 2007).

Esta crise financeira ficou a dever-se ao cenário de crise económica internacional de 73, sendo agravada por factores que ameaçaram o bem-estar económico-social como o progressivo envelhecimento da população, o aumento do défice orçamental, da inflação, da estagnação e do desemprego (Mishra, 1995).

Contudo,

os desafios económicos e sociais que nos últimos tempos se apresentam ao modelo de Estado-Providência e a sua dimensão de concertação social, frequentemente sintetizada nos constrangimentos que a denominada globalização introduz na competitividade, não são necessariamente novos nem apenas exógenos, mas também endógenos. Os constrangimentos da concorrência e da competitividade tornam-se hoje mais prementes, não tanto pela novidade exterior, mas talvez porque o modelo de desenvolvimento nacional, baseado nos factores de competitividade de baixa produtividade esteja a esgotar-se, e porque os factores de compensação de uma transição inacabada também se estejam a esgotar.

(Mozzicafreddo, 2002)

Neste sentido, o autor apresenta-nos três grandes dimensões, além dos problemas da competitividade, que afectam o funcionamento do modelo de Estado-Providência, nomeadamente a dimensão social (que passa pela reorganização dos mecanismos de protecção social dos benefícios e compensações sociais e pela problematização dos mecanismos universais de igualdade social ou de normas homogéneas), a dimensão económica (no sentido de uma política que aborde mais a regulação das actividades económicas do que a intervenção directa nas mesmas) e, finalmente a dimensão política (no sentido de aprofundar os mecanismos de concertação social). No fundo, a reorganização do Estado-Providência é também uma reorganização do modo e dos intervenientes nos processos de negociação social.

A crise do Estado-Providência nesta época de transformações profundas forneceu a base para uma ofensiva, a qual seguiu um conjunto de estratégias de redução de custos apresentadas por Paul Pierson, tendo como finalidade a redução das despesas a curto prazo, reorientação das despesas sociais em direcção a um Estado-Providência “residual” e aumentando o espaço de mercado, diminuir as receitas promovendo a diminuição da adesão popular às prestações públicas, mudar a estrutura institucional e enfraquecer os grupos de interesses pró-*welfare* (Pierson, 1994, *cit. in*, Pedroso, 2010).

Em Portugal, diferentemente da maior parte dos países europeus desenvolvidos, a consolidação do Estado-providência aconteceu tardiamente. A sua introdução só foi verdadeiramente possível com a ruptura política e social resultante de 1974 (Mozzicafreddo, 1992), altura em que este dispositivo entrava já em crise nos outros países (Domingos, 2007).

Assim, e como nos adianta Carreira (1996) as políticas sociais em Portugal nascem já em crise, isto é, na fase em que, por toda a Europa, as despesas públicas aumentam progressivamente e as receitas não são suficientes, acumulando-se o endividamento público.

Portugal, tal como outros países da periferia europeia, “mostram as maiores dificuldades em acertar o passo com os seus parceiros da União europeia na construção de um sistema eficiente e equitativo de protecção social” (Santos B. S., 2001).

A este propósito, Mozzicafreddo (1992) refere que Portugal é uma sociedade de características intermediárias e em rápida mutação. Intermediária porque compartilhando algumas características das sociedades desenvolvidas e democráticas, não deixa de expor insuficiências, assimetrias e irregularidades típicas das sociedades menos desenvolvidas, por um lado. Por outro, mudança rápida pois, de certa forma, o processo de estruturação do Estado-providência e das “transformações das relações sociais e económicas têm-se vindo a concretizar numa densidade temporal muito diferente das sociedades europeias”.

Neste sentido, Mozzicafreddo (1992) vem afirmar que o desenvolvimento do Estado-Providência em Portugal se estruturou em termos institucionais, a partir do modelo

“universalista”. Contudo, as medidas implementadas encaminharam para um modelo “instrumental” e “selectivo”. Isto significa que o processo de estruturação assenta na produção de políticas sociais, de mecanismos de regulação da esfera económica e de políticas de concertação social, equacionadas como resposta às solicitações imediatas das populações. No entanto, “este processo revela-se *descontínuo e fragmentado* em resultado, quer das diferentes pressões e assimetrias de poder dos grupos sociais, quer dos recursos públicos” (Mozzicafreddo, 1992).

Em resumo, a implementação dos Estados-Providência nos diversos países europeus não aconteceram da mesma forma nem ao mesmo tempo. Em alguns países, como Portugal, o surgimento do Estado-providência aconteceu tardiamente, quando já se fazia sentir a sua crise noutros países, resultante, por um lado, de factores exógenos como os choques petrolíferos na década de 70 e da globalização, e por outro, de factores endógenos aliados à concorrência e competitividade, em parte resultantes do capitalismo global.

Estes acontecimentos trouxeram consigo consequências no futuro dos indivíduos, nomeadamente de incerteza, contradição e risco social, sendo o futuro dos indivíduos cada vez mais, pautado por novas formas de emprego precárias.

1.2. Risco Social na era da Globalização

As experiências que os beneficiários do Programa Prosa testemunham não podem ser vistas apenas de um só ponto de vista. Existem sempre contextos que as enquadram. Uns e outros funcionam através de mediações complexas e, ao envolverem cada experiência, conferem-lhe um sentido supra-individual (Caleiras, 2011).

Assim sendo, faz todo o sentido apresentar esses contextos e discuti-los numa perspectiva que os relacione com as consequências geradas. Neste sentido, neste subcapítulo começa-se por abordar o problema do desemprego e da precariedade no emprego no contexto da evolução recente do capitalismo global e dos seus efeitos no mundo do trabalho. Esta análise é desenvolvida na potenciação do risco social.

Como nos adianta Beck (2000), no contexto de mudança, quase todos os domínios da sociedade foram afectados: a natureza, as classes, as famílias, etc. As próprias ideias e respostas institucionais anteriores deixaram de funcionar adequadamente. O exagero na exploração da natureza tornou-se injustificável, as desigualdades sociais não dependem exclusivamente das diferenças de classe, a separação de papéis na família deixou de ser natural.

Relacionado com estes macro-processos de mudança, como os designa Caleiras (2011), surge o fenómeno da globalização. A globalização é o resultado da “intensificação das relações sociais à escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância” (Giddens, 1996). Mas a globalização é multifacetada, apresentando múltiplas dimensões, desde a económica à social, passando pela cultural e pela política, ao ponto de poder falar-se, de forma mais adequada, em globalizações ou em processos de globalização (Santos B. , 2001).

O fenómeno pode ser compreendido como uma dinâmica à escala mundial, qualificada pela crescente interdependência entre sociedades nacionais. Esta interdependência manifesta-se depois numa desterritorialização do económico, do social, do cultural e do político no sentido em que a coincidência entre a sociedade e o Estado se foi desvanecendo e transcendendo à medida que as formas de actividade social e económica, de trabalho e de vida deixaram de ter lugar apenas no quadro territorial dos Estados nacionais (Hespanha, 2001).

Associado a um clima de grande mudança, a globalização foi considerada por alguns autores promotora do aumento das desigualdades, sendo este aumento uma das particularidades da “*modernidade reflexiva*” que representa a transição da “*primeira modernidade*”, caracterizada pela vida colectiva, pleno emprego e pelo Estado nacional assistencial, para a “*segunda modernidade*”, marcada pela erosão do trabalho assalariado, dos direitos sociais e económico associados a ele, pela individualização e pela crise ecológica (Beck, Giddens e Lash, 1995, *cit. in* Caleiras, 2011:83).

Também Boaventura Sousa Santos (2001) defende a ideia de que a globalização está associada ao aumento das desigualdades. Para o autor (2001) as “estatísticas mundiais mostram que as desigualdades na distribuição de riqueza estão a reforçar-se e que, apesar da intensificação dos fluxos mundiais de capital e de trabalho, da extensão dos mercados, da globalização das políticas e dos progressos nas comunicações, as oportunidades para melhorar os padrões de vida são cada vez mais inacessíveis à maioria da população”.

Contudo, é uma ideia contestável por outros autores, como D’Agostinho & Duvert (2008) que nos referem que as desigualdades estão a aumentar nos países ricos, mas, concomitantemente, a pobreza extrema está a diminuir em alguns países pobres. Pode-se confirmar esta ideia no quadro seguinte, no qual é possível notar que a Ásia do este e pacífico e a China que reduziram drasticamente o nível de pobreza extrema.

Quadro 1 - Proporção da população que vive com menos de um dólar por dia nos países em desenvolvimento

Região	1981	1990	1993	1996	1999	2002	2004
Ásia do este e pacífico	57.7	29.8	25.2	16.1	15.5	12.3	9.1
China	63.8	33.0	28.4	17.4	17.8	13.8	9.9
Ásia central, Europa do leste e CEI	0.7	0.5	3.6	4.4	3.8	1.3	0.9
América Latina e Caraíbas	10.8	10.2	8.4	8.9	9.7	9.1	8.6
Médio oriente e África do norte	5.1	2.3	1.9	1.7	2.1	1.7	1.5
Ásia do sul	51.6	43.0	37.1	36.6	35.8	34.7	31.9
Índia	54.3	44.3	42.1	40.6	38.8	37.5	35.8
África subsariana	42.3	46.7	45.5	47.7	45.8	42.6	41.1
Total	40.6	28.7	25.6	22.8	22.3	20.4	18.4

Fonte: (D'Agostino & Duvert, 2008)

Esta ideia é também partilhada por Diogo (2012), embora com uma ressalva. Para o autor,

é inegável o crescimento económico, sobretudo em alguns países em desenvolvimento mas, apesar desta queda da pobreza extrema, isso não significa que as desigualdades estejam a diminuir. Pelo contrário nos países em desenvolvimento a pobreza está a diminuir em termos absolutos, ao mesmo tempo que aumenta as desigualdades

(Diogo, 2012)

Apesar da contestação ao aumento do nível de desigualdades, Ulrich Beck (2000) tem vindo já a apontar como distintivo do capitalismo global a tendência para uma progressiva aproximação da estrutura social dos países industrializados à estrutura polarizada dos países do sul, caracterizados pela diversidade, distinção e insegurança. Isto é notório na configuração do emprego, sendo este cada vez mais precário, descontínuo e informal.

Face a um novo sistema económico, que destrói o trabalho e origina desemprego, parece estar a quebrar-se, segundo Beck (2000), nesta era de capitalismo global, a união histórica entre a sociedade de mercado, o Estado-providência e a democracia que criou o projecto de modernidade do Estado nacional.

Santos (2001) acrescenta que as designações utilizadas para descrever esta fase das sociedades podem ser divergentes como modernidade tardia, pós-modernidade, segunda modernidade, modernidade reflexiva, sociedade global, entre outras. Contudo, está na base de

todas elas o reconhecimento de que a incerteza, a contradição e o risco marcam o futuro das sociedades.

O agravamento do risco social na contemporaneidade relaciona-se com a emergência de novos factores de incerteza e de imprevisibilidade que reduzem inelutavelmente a capacidade de resposta no quadro dos sistemas institucionalizados. Sociedades de risco, como passaram a ser designadas por Beck, distinguem-se pela presença crescente de consequências não esperadas, nem desejadas, do processo de modernização e pela generalização da insegurança

(Caleiras, 2011)

Neste sentido, numa sociedade cada vez mais capitalista global, o capitalismo funciona como uma enorme máquina de exclusão, o qual exerce uma triagem constante entre as camadas sociais e as zonas geográficas, com intuito de afastar tudo o que não se integra nesta lógica (Santos B. S., 2001).

Associado à globalização, à reestruturação industrial, e ao envelhecimento demográfico, tem-se assistido a uma profunda crise nos sistemas de emprego, em particular nos países industrializados (Lesthaeghe, 1991, Esping-Andersen, 1996 *cit in* Santos B. S., 2001). Tal facto, tem originado um declínio do emprego industrial, ao passo que cresce o emprego flexível nos serviços por força de um processo paralelo de terciarização. Neste sentido, assiste-se a uma crescente

desqualificação do emprego globalizado: o emprego directo está a dar lugar a formas de emprego indirecto (contratos de prestação de serviços, subcontratação, franchising, etc), a criação de empregos qualificados perde peso relativamente à de empregos não qualificados; a flexibilização tornou-se um padrão para novos empregos, o recurso ao trabalho informal na base de cadeias tem aumentado progressivamente

(Hespanha, 2001f:172)

Esta flexibilização, de cariz neoliberal, é defendida por alguns teóricos, como Bridges (*cit. in* Dias, 2005) como algo diferente do fim do trabalho, residindo na transformação da natureza das relações contratuais, constituindo-se deste modo, uma resposta positiva a todas as dificuldades económico-sociais que vão surgindo pelas crises, pelas novas tecnologias e pela globalização dos mercados. Já Duarte (2003) defende que a flexibilização origina a degradação da relação salarial e a reconceptualização do “capital humano”, gerando, neste sentido, formas

de mal-estar e de insegurança para os trabalhadores. Além disso, “a flexibilidade das condições de produção coloca o trabalhador numa situação de grande instabilidade, sendo cada vez mais frequentes as trajetórias laborais que combinam períodos de emprego com períodos de desemprego ou emprego informal” (Hespanha, 2001).

Quer isto dizer que, na globalização, a assunção activa do risco constitui um elemento central do dinamismo económico e da inovação social. Arriscar tornou-se sinónimo de mudança. Contudo, o risco é também sinónimo de incerteza dos resultados e de probabilidade acrescida de aparecimento de efeitos não desejados ou mesmo inesperados numa economia globalizada (Hespanha, 2002). A questão do risco assume uma importância peculiar no quotidiano dos trabalhadores, atendendo a que as novas condições de um trabalho flexível obrigam um grande número de pessoas a assumir riscos, mesmo sabendo que as probabilidades de sucesso são reduzidas. Este mercado de trabalho flexível traduz-se, portanto, na expansão da precariedade laboral (Rebelo, 2002).

Assim, as manifestações do risco acrescido

são o aumento do desemprego de longa duração e a generalização dos empregos precários. [...] Por sua vez, a crise financeira leva à redução ou extinção de políticas e de equipamentos públicos o que acarreta, por sua vez, um aumento em espiral do desemprego.

(Santos, 2001)

Neste sentido, a condição transitória de desemprego converte-se em condição estrutural, sendo o pleno emprego cada vez mais inacessível, por um lado e, por outro, os padrões de emprego, anteriormente demarcados pela estabilidade, segurança degradam-se e precarizam-se (Hespanha & Valadas, 2002; Castel, 2009).

Neste sentido, pode-se afirmar que um dos problemas ao nível do mercado de trabalho tem a ver, por um lado, com a criação de empregos em número insuficiente e, por outro, com a qualidade e estabilidade dos empregos criados, assistindo-se à difusão dos chamados empregos atípicos, como será mais à frente esclarecido, que, quando surgem não estão regulamentados pela legislação do trabalho e pela segurança social, sendo, por isso, marginalizantes e fonte de discriminação. Com o passar do tempo, estes empregos podem passar a ser regulamentados, ainda que conservando um estatuto inferior ao do trabalho por tempo indeterminado (Vaz, 1997).

Para alguns autores, trata-se mesmo de uma nova questão social, no sentido que a persistência de um largo sector da população involuntariamente sem trabalho e impossibilitado

de ser integrado no mercado de trabalho põe em causa um modelo de sociedade assente no paradigma do trabalho assalariado (Damas, 2002).

Para Damas (2002), o maior risco associado é o de incapacidade para ultrapassar as situações de desemprego. Os indivíduos vêm-se obrigados, com intuito de garantir a sua subsistência, a desenvolver uma pluralidade de actividades que apenas lhes assegura um limiar mínimo de subsistência e não lhes possibilita qualquer perspectiva de alteração nos modos de vida. Como nos indica o próprio Banco Mundial (1997), os pobres não podem dar-se ao luxo de ficar desempregados, daí aceitarem qualquer oferta de emprego que surja, por pior que ela seja.

O “risco de exclusão permanente do mercado de trabalho” e de pertencer ao que Castel (2009) designa de ‘supranumerários’ está sempre presente. Este é o segmento social de cidadãos que parece estar condenado a ser excluído do processo produtivo e a situar-se fora da relação de capital de trabalho.

É neste contexto que se incluem os beneficiários do Programa Prosa. Estes vêm-se obrigados a aceitar empregos precários ou uma ocupação num programa ocupacional que lhes garanta, durante algum período, um meio de subsistência, atendendo à sua grande dificuldade em integrar-se no mercado de trabalho.

Capítulo II – Trajectória Escolar

Pretende-se, neste capítulo, compreender de que modo a escola influencia a integração dos indivíduos no mercado de trabalho, de forma a, posteriormente, analisar a relação escolaridade-emprego dos beneficiários do Prosa.

2.1. A escola e o acesso ao mercado de trabalho

Para Centeno (2001), o trabalho ganhou importância no nosso dia-a-dia, em especial nos “trinta gloriosos anos”, que vão do fim da II Guerra Mundial às crises de petróleo da década de 70, afirmando-se como elemento central da sociedade.

Para o autor,

no trabalho, prestado sob a forma de um emprego – com salário regular, horário definido, funções e responsabilidades igualmente definidas e que em princípio era para

toda a vida – o cidadão das sociedades industriais habituou-se a obter rendimento, estatuto, actualização das suas competências profissionais e, também, as suas redes de socialização.

(Centeno, 2001)

O trabalho passa, deste modo, a estar no centro dos processos de coesão social, sendo o organismo por excelência de ascensão social (Centeno, 2001).

O problema surgiu mais tarde, quando as grandes empresas que caracterizam os primeiros três quartos do século XX estavam concebidas para produzir em larga escala produtos com ciclos de vida longos. Assim, as grandes empresas passam a produzir em pequenas séries produtos que têm ciclos de vida curtos, implicando um novo tipo de organização da produção, flexível e polivalente. Deste modo, as empresas vêm-se obrigadas a adoptar comportamentos de pequenas empresas, organizando-se “como se um grande número de pequenas unidades de produção se tratasse” (Centeno, 2001).

Aos trabalhadores passa, igualmente, a ser exigida flexibilidade e polivalência como critério de admissão. Numa produção em constante mudança, a noção de profissão e de posto de trabalho ganham contornos cada vez mais difusos. Assim sendo, verifica-se uma individualização do mercado de trabalho, a precarização dos vínculos laborais e a redução da dimensão das empresas de forma rápida (Centeno, 2001).

Verifica-se, desta forma,

pelo menos por três vias, as transformações sociais originadas pelas transformações no mercado de trabalho podem gerar riscos de exclusão: pela supressão ou redução de formas espontâneas de solidariedade; pela precarização dos vínculos laborais; e pela dispensa dos menos capazes ou habilitado pela actividade económica

(Centeno, 2001)

Centeno (2001) considera que as diversas mutações no mercado de trabalho se refletem de forma plena nos percursos profissionais dos adultos. Os indivíduos com fracas habilitações parecem ser os que mais sofrem com as novas regras do mercado de trabalho, atendendo a que revelam uma menor capacidade de resolver os problemas decorrentes da crescente precariedade das actividades profissionais a que têm acesso.

São, sobretudo,

mulheres, jovens, os grupos etários mais elevados, os pouco qualificados e os menos escolarizados que fazem parte desta mão-de-obra com empregabilidade frágil. A sua mobilidade tende a limitar-se à esfera do trabalho pouco qualificante, tanto dentro da mesma empresa como na mudança de uma empresa para a outra, comportando características que perpetuam a fragilidade no mercado de trabalho, nomeadamente a falta de possibilidades de formação e de promoção profissional.

(Kovács, 1999)

Para Kovács (1999) estas fragilidades aumentam ainda mais quando esta situação débil no mercado de trabalho alterna com períodos de desemprego. Os trabalhadores pouco ou semi-qualificados tendencialmente têm uma estabilidade profissional ameaçada. Caracterizam-se por terem um trabalho pobre em conteúdo limitando fortemente a aprendizagem no trabalho, uma posição de negociação individual frágil, mobilidade ascendente limitada, melhoria da qualificação para um segmento pequeno e tem, geralmente, falta de perspectivas e ameaça de precariedade e de desemprego.

De acordo com Benavente (*cit in*, Guerreiro & Abrantes, 2007), “uma parte significativa dos jovens portugueses não completa a escolaridade obrigatória” (1994, Guerreiro & Abrantes, 2007) “e nem detém as competências básicas de literacia” (1996, Guerreiro & Abrantes, 2007).

Também Luísa Oliveira *et al* (2011) referem no seu artigo intitulado *Formas atípicas de emprego Juvenil na União Europeia* que

tendo em conta os níveis de habilitações dos jovens com trabalho temporário [na Europa], verifica-se que a maioria deles tem o nível secundário, com algumas exceções Alemanha, Dinamarca, Áustria, Luxemburgo, Espanha e Portugal, por exemplo, registam taxas elevadas de jovens com trabalho temporário e baixos níveis de habilitações

(Oliveira, Carvalho, & Veloso, 2011)

As autoras (Oliveira, Carvalho, & Veloso, 2011) acrescentam que, na maioria dos países europeus, o trabalho temporário é encarado como um constrangimento, no sentido em que é difícil encontrar um emprego permanente. Isto não sucede na Alemanha ou Áustria, mas sim em países como a Bélgica, Grécia, Espanha, Portugal, Polónia, República Checa, Roménia, Chipre e Eslováquia onde se registam taxas acima dos 60% de jovens que referem ter um trabalho temporário por não conseguirem encontrar um trabalho permanente. Acrescente-se que

em Portugal e Espanha a situação é um pouco diferente, dado que ambos os países detêm as taxas mais elevadas destes jovens com habilitações de nível básico.

Para Benavente (*cit in* Guerreiro & Abrantes, 2007), “o desinteresse pelas ‘matérias’, o círculo de amigos e a vontade de trabalhar, ganhar dinheiro ou conquistar autonomia tendem a convergir e a acumular-se em trajectórias de exclusão da escola”. Uma parte dos jovens nem chega a terminar a escolaridade básica, ou fá-lo muito tardiamente em “ruptura com o sistema educativo”. O abandono escolar surge como resultado de “acontecimentos marcantes que obrigaram ao afastamento da escola”. Estes podem passar pela necessidade urgente de conseguir dinheiro, doença prolongada ou gravidez, não tendo a escola recursos para lidar com estas situações (Guerreiro & Abrantes, 2007).

Guerreiro & Abrantes (2007) explica que os jovens que abandonaram a escola prematuramente “não só possuíam anteriormente experiências escolares marcadas pelo desinteresse e pelo insucesso, como são todos originários de classes desfavorecidas e sem qualificações superiores”. O abandono escolar traduz-se, deste modo, numa reprodução de classe. As autoras consideram que, embora a escola seja pensada para todos, a verdade é que continua a ser um privilégio para alguns, nomeadamente as classes médias e altas. Geralmente, estes jovens das classes mais baixas tendem a considerar o ensino escolar demasiado teórico, “acusam a escola de não saber lidar com os problemas e as necessidades de muitos alunos e sentem-se desacompanhados nas opções escolares” (Guerreiro & Abrantes, 2007).

Capítulo III – Trajectórias de Emprego Precárias

3.1. A precariedade no emprego

Para Licínio Tomás (2003), o trabalho sempre existiu. No entanto, a sua “natureza transformou-se”.

Na verdade, sempre houve trabalho. Não na perspectiva como o conhecemos hoje pois este foi-se alterando ao longo dos séculos. Assim, para falarmos de trabalho, precisamos compreendê-lo desde a época feudal.

Na sociedade pré-industrial existem dois tipos diferentes de jurisdição do trabalho: a política dos pobres e as regulamentações corporatistas. Com efeito, a concepção do trabalho forçado que se implantou através da política dos pobres inscreve-se na extensão do estatuto reservado dos trabalhadores na tripartição medieval das ordens (Castel, 2009).

Na primeira ordem, os trabalhadores trabalhavam, na época, em condições de escravidão no domínio do senhor. Era este quem tinha as terras e os trabalhadores eram obrigados a servi-lo. Na segunda ordem, o desenvolvimento das cidades e a troca no mercado fez nascer uma burguesia composta, no essencial, por comerciantes, artesãos liberados das tutelas feudais, ganhando a independência económica e política. A terceira ordem é dividida. Uma parte dos trabalhadores deixam de ser vistos de forma desprezível e passam a pertencer a uma grande pirâmide de ordem social. Antes da dupla revolução industrial e política no fim do século XVIII, há dois tipos de jurisdição diferentes do trabalho. A primeira refere-se à política dos pobres com o objectivo de fixar o trabalho forçado e de forçar o trabalhador a uma legislação coerciva e muitas vezes cruel dos trabalhadores que representam uma boa parte dos assalariados. Por outro lado, o patronato estabeleceu garantias que podem ser comparadas a um direito de trabalhar. As regulamentações das corporações eram, por um lado, muito rígidas, mas em simultâneo, protectoras (Castel, 2009).

A Revolução Francesa vai abolir o trabalho forçado e regrado. Para a mediação do direito, a instauração de novos direitos sociais permitiram a troca da força de trabalho por uma remuneração monetária. O contracto individual vai, progressivamente, tomando novas formas de regulamentação colectiva, com garantias pela lei. O trabalho ocupa, assim, o espaço público (Castel, 2009).

E assim, o trabalho assalariado foi tomando forma, sendo considerado uma “actividade individual socialmente integrada e reconhecida como contendo esforço implícito e utilidade para a comunidade.” (Tomás, 2003).

A importância que o emprego foi assumindo na vida dos indivíduos foi-se também se alterando. O emprego constitui, “um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades europeias contemporâneas. Estar no desemprego não é só estar privado de fonte normal de rendimentos. Também é perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento, que do mesmo advém, de participar na vida económica do país” (Costa, 2002).

Neste sentido, ter um emprego, não se trata apenas de aceder a um determinado rendimento. Um emprego constitui um veículo de estabelecer projectos de vida, construir um estatuto, construir uma identidade social, alimentar uma imagem positiva de si próprio, alargar a rede de sociabilidades, manter uma relação normal com as instituições e serviços colectivos, adquirir direitos à saúde e à protecção social e sentir-se dono do seu próprio destino. Assim, a “situação perante o trabalho é, sem dúvida, decisivo, visto que o acesso ao emprego se relaciona com o acesso a uma renda susceptível de suprir as necessidades básicas da família, a um elemento central da formação das identidades e do prestígio social e, ainda, a redes de

relacionamento social e de pertença institucional” (Capucha, 1998). Quer isto dizer que, o emprego pode proporcionar a autonomia, a manutenção dos laços sociais, uma identidade social e a segurança económica (Capucha, 1998).

A partir da década de 1970, aquando do primeiro choque petrolífero assistimos a uma forma de degradação do mercado de trabalho (Castel, 2009), como vimos. Esta consciência foi surgindo progressivamente com o desenvolvimento de duas transformações decisivas no mundo do trabalho, nomeadamente a instalação do desemprego em massa e a precarização das relações de trabalho (Castel, 2009). Por um lado, assiste-se a uma mudança de um desemprego residual para um desemprego em massa (Castel, 2009; Paugam, 2005) a que alguns chamam de desemprego de exclusão (Paugam, 2005) que afecta há mais de 20 anos cerca de um décimo da população activa. Por outro lado, assiste-se ao surgimento de formas atípicas de emprego com duração limitada, como o trabalho a tempo parcial. Da mesma forma, vão surgindo períodos sucessivos de actividade e de inactividade, sobretudo nos jovens que entram no mercado de trabalho. Estamos a falar em precaridade, que contrasta com a estabilidade do emprego clássico (Castel, 2009; Paugam, 2005) até então conhecida.

Vão, assim, emergindo novos modelos de organização do trabalho, centrado na flexibilidade³ do emprego e do mercado de trabalho, que fazem com que as empresas recorram à subcontratação, ao outsourcing de certas actividades (Rebelo, 2002), trabalho a tempo parcial, entre outros.

Ivo Dias (2005) refere que as “novas modalidades de relação contratual permitem ajustar, de forma flexível, o volume de emprego às necessidades produtivas, que se alteram em função das flutuações da actividade económica, adequando os custos com o factor humano aos proveitos esperados da actividade empresarial”. Estas novas modalidades caracterizam-se por serem formas precárias de trabalho, atendendo a que a “flexibilidade das condições de produção coloca o trabalhador numa situação de grande instabilidade” (Santos B. S., 2001).

Contudo, a precarização laboral não é visível apenas ao nível da facilidade de contratação e de despedimento. Refere-se, de igual modo, à utilização do trabalhador em funções ou actividades distintas e à modificabilidade do regime horário da prestação de trabalho.

Estamos, assim, perante uma dialética: por um lado a flexibilidade vem permitir uma adaptação produtiva às necessidades de uma nova realidade social, por outro, vem trazer incertezas quanto ao futuro do emprego do trabalhador. Apesar das “novas formas de trabalho

³ O conceito de flexibilidade surge como forma de ultrapassar as dificuldades sentidas perante um cenário de imprevisibilidade, inconstância e desorganização dos sistemas, como forma de resolução dos problemas com que se depara o modo de produção capitalista (Silva, 1995, *cit. in*, Dias, 2005:138).

apresentarem, para muitos, grandes oportunidades, podem também produzir uma ambivalência profunda por parte daqueles que se sentem enclausurados num mundo em constante mutação [...] (Giddens, 2010).

Esta alteração no emprego, nos anos 1990, sob novas formas, mais concretamente através de novas categorias de empregos, escapavam à regra contratual do contrato de trabalho a tempo indeterminado (Rebelo, 2004).

A precarização do emprego é, deste modo, “um fenómeno complexo, com contornos económicos, sociais e jurídicos, que surge como resposta a esta crise do emprego generalizada pelos países desenvolvidos e que sugere a ideia de emprego transitório, instável e inseguro” (Rebelo, 2004).

Neste sentido, podemos entender que o emprego precário é resultado de um conjunto de transformações económico-sociais globais (Rebelo, 2004).

Apesar de, por um lado, estas formas de emprego precário consistirem num recurso estratégico para as empresas, por outro “pauta-se por uma ética do provisório e do incerto” (Rebelo, 2004), gerando, por isso, uma precarização do emprego.

Neste sentido, importa analisar o conceito de precariedade sob três parâmetros.

Em primeiro lugar, o emprego precário opõe-se a trabalho fixo, sem termo e seguro. É precário o trabalho que não é permanente ou efectivo, o que sai da norma (Diogo F. , 2010).

Contudo, Rebelo (2002, *cit. in*, Diogo,2010) aponta um problema a esta definição. O emprego precário inclui formas de emprego que não são propriamente precárias. É o exemplo do auto-emprego e do trabalho a tempo parcial, atendendo a que podem ser opções com garantias sociais dentro da norma.

Em segundo, tratam-se de empregos precários, na medida em que são praticados com um carácter não voluntário, são impostos, tendo os indivíduos de se lhes submeter (Duarte, 2003). Os indivíduos optam pelo emprego precário pois não têm outra opção (Diogo F. , 2010). Neste sentido, o trabalho precário é preferível ao não trabalho.

Em terceiro, o trabalho precário é caracterizado por baixos salários (Rebelo, 2004), menor protecção social, menores oportunidades de progressão na carreira, menor acesso à formação profissional (Duarte, 2003; Oliveira, Carvalho, & Veloso, 2011), originando problemas quanto à adaptação das qualificações, à motivação, à auto-estima e auto-confiança dos trabalhadores. O trabalho a tempo parcial, a subcontratação e a segmentação/dualização de trabalhadores são alguns exemplos de trabalho precário (Duarte, 2003).

Neste sentido, e como nos adianta Diogo,

trabalho precário é simultaneamente um emprego e um trabalho com características que o tornam indesejável para a sociedade em geral. A precariedade pode ser definida como uma trajectória de emprego em carrossel, marcada por mudanças sucessivas entre empregos sem estabilidade, penosos, perigosos e (eventualmente) desemprego, mesmo que na trajectória de emprego de alguns indivíduos que envolvam outras condições laborais ou estabilidade do vínculo contratual.

(Diogo F. , 2003)

Quando o estatuto social dos indivíduos se baseia fortemente na sua participação da actividade produtiva e nas mudanças da economia moderna, o desemprego/ trabalho precário é susceptível de ser traduzido num sentimento de fracasso para aqueles que o experienciam, especialmente quando a duração da privação de trabalho se prolonga. Leva, também, muitas vezes, a uma deterioração do nível de vida, a um enfraquecimento da vida social, marginalização face a outros trabalhadores, muitos efeitos que se podem acumular e levar a uma situação de extrema pobreza e ao limite de desintegração social (Paugam, 2005).

A degradação do nível de vida e em particular da pauperização dos indivíduos e grupos constitui um dos principais riscos associados à precariedade. Quer isto dizer que, há o risco de virem a ser pobres ou de ficarem mais pobres do que já são (Bresson, 2007). Neste sentido, pode-se dizer que, todas as formas de precariedade no emprego configuram situações de exclusão social ou, pelo menos de, risco de exclusão (Costa, 2002).

3.1.1. A precariedade enquanto promotora de trajectórias de emprego em carrossel

A precariedade não se distribui uniformemente na sociedade, sendo que tendencialmente concentra-se nas classes mais baixas (Diogo F. , 2010). O emprego, entendido como conjunto de benefícios sociais, desempenha um papel fulcral na definição do lugar do indivíduo na sociedade. Por outro lado, um emprego de má qualidade (penoso, precário,...) arrasta os indivíduos para as margens dos modos de vida socialmente aceites ou desejáveis, isto é, para situações de exclusão social e de pobreza (Diogo F. , 2010).

Apesar da precariedade se manifestar maioritariamente em classes baixas, não é exclusiva destas. Existem outras formas de precariedade no trabalho, nomeadamente respeitante aos trabalhadores liberais. Estes distinguem-se pelos vencimentos, escolaridade, profissão (Diogo F. , 2010).

Contudo, uma fração cada vez maior destes indivíduos qualificados encontra-se cada vez mais em situação de precariedade no trabalho. O que os distingue dos outros profissionais e os aproxima das categorias tradicionalmente mais vulneráveis são as características que constroem a vulnerabilidade, a escassez de rendimentos, a inexistência da carreira, o subemprego (Diogo F. , 2010).

No caso do público-alvo a ser estudado, nomeadamente os beneficiários do Programa Prosa, pode-se afirmar que se trata de trabalhadores precários. Na sua maioria, têm uma “inserção formalmente consagrada no mercado de trabalho, mas particularmente débil, porque está ligada a vínculos contratuais frágeis” (Pedroso, 2005), passando, frequentemente, por diversos empregos. Por outro lado, o período de tempo em que se encontram empregados é curto, sendo os trabalhos que fazem caracteristicamente penosos, perigosos, precários, com baixa remuneração e com baixo prestígio social (Diogo F. , 2010). Entre os diversos empregos que obtêm são, muitas vezes, surpreendidos pelo desemprego. Após um longo período de desemprego, muitos destes acabam por serem integrados no Programa Ocupacional Prosa.

Contudo, terminado o programa, e sem perspectivas de emprego, são muitos os que voltam à situação inicial de desemprego. Esta situação é particularmente visível na trajetória de vida dos beneficiários do Prosa entrevistados, como veremos mais adiante.

Neste sentido, pode-se afirmar que estes indivíduos percorrem uma *trajetória de emprego em carrossel* (Diogo F. , 2010).

Pode entender-se, assim, a precariedade no emprego como “um emprego e um trabalho com características que o tornam indesejável para a sociedade em geral”. A precariedade pode ser compreendida como uma “*trajetória de emprego em carrossel*, marcada por mudanças sucessivas entre empregos sem estabilidade, penosos, perigosos e (eventualmente) desemprego (Diogo F. , 2007).

Esta ideia de carrossel apresentada por Diogo (2007) é contrária da noção de carreira. Há

um recomeçar contínuo de um percurso profissional que se define mais pelas ausências do que por características próprias: ausência de progressão salarial, ausência de um aumento de responsabilidades, ausência de um aumento de prestígio na organização associada à subida de mais um grau na carreira. Nenhum dos benefícios materiais, sociais e simbólicos associados a uma carreira numa empresa ou numa profissão está à disposição dos indivíduos que desenvolvem uma trajetória de emprego em carrossel.

(Diogo F. , 2007)

As políticas activas de emprego surgem pretendendo resolver esta situação de emprego precário, diminuindo o tempo efectivo de desemprego e a carência económica dos indivíduos. Contudo, as próprias políticas activas de emprego produziram, como nos refere Paulo Pedroso,

um grupo que, se já não está totalmente fora do emprego, ainda não está totalmente dentro dele. São os trabalhadores em transição entre o desemprego e o emprego, beneficiários de medidas activas que geram mercados protegidos, empregos subsidiados, contratos temporários, actividades ocupacionais

(Pedroso, 2010)

O funcionamento do mercado de trabalho originou, por seu turno, para os que dele beneficiam, formas de integração diferencial, onde uns ocupam lugares centrais e outros se encontram numa pluralidade de situações periféricas (Pedroso, 2010).

O desenvolvimento das políticas activas de emprego gerou medidas que concebem um novo estatuto aos seus beneficiários, nomeadamente o estatuto de apoiado, “de pessoa que vive profissionalmente na ponte entre o emprego e o desemprego”. Estas “medidas, formalmente activadoras, correm o risco de criar um estatuto de precariedade que prejudica o seu potencial” (Pedroso, 2010). Enquanto beneficiários da medida de Política Pública, os indivíduos em desvantagem são pessoas que se encontram em processo de saída da privação do emprego ou de ultrapassagem de uma situação de discriminação. A

ponte visa que do lado de lá sejam pessoas empregadas. Mas, o que está em causa não é apenas [...] o acesso ao emprego, é a relação das pessoas com o sentido social de desempenho de trabalho útil e a gratificação pessoal que daí deriva

(Imaginário *et al*, 1998:50, *cit. in*, Pedroso, 2010)

A precariedade pode ser vista como uma forma de emprego atípica. Em conclusão, caracteriza-se por se opor ao emprego dito “normal”, estável e duradouro.

No caso dos beneficiários do Programa Prosa presume-se que os mesmos tenham uma grande dificuldade em integrar-se no mercado de trabalho, vendo-se obrigados a ocupar empregos precários, mal remunerados, sem protecção social de que os biscates, o trabalho a dias são exemplo. Além da precariedade do trabalho, estes trabalhadores parecem recorrer, constantemente, a mudanças de profissão como forma de subsistência.

Após variadas experiências como estas, muitos destes trabalhadores integram programas ocupacionais, de que é exemplo o Programa Ocupacional Prosa. Este constitui uma medida de Política Pública.

3.2. As Políticas Públicas de Emprego

Por Política Pública podemos entender o conjunto inter-relacionado de decisões e não decisões que têm como objectivo uma área determinada de conflito ou tensão social. O que a caracteriza é o seu carácter coercivo e obrigatório. No fundo, trata-se de medidas impostas sobre a comunidade pois derivam da autoridade e contam com alguma legitimidade política (Vallès, 2002).

Pode-se assim dizer que as políticas públicas surgem como uma possibilidade de representar pelo menos uma tentativa de resposta, uma “tentativa antecipada para neutralizar eventuais exigências da sociedade que, num futuro próximo, poderiam revelar-se mais perigosas: a política pública visaria, então, prevenir a conflitualidade resultante de questões mal resolvidas” (Pasquino, 2010). Em outras situações, resulta de interacções entre actores que participam em trocas institucionalizadas por diversas formas. Assim, a política pública dá resposta a uma lógica de auto-referenciação, condicionada pelas dinâmicas internas do sistema institucional e da coligação governamental ou por conflitos entre os vários actores sem que haja envolvimento de grupos sociais mais amplos (Pasquino, 2010).

Nesta ordem de ideias, as políticas públicas dão resposta a problemas, pedidos, a exigências efectivas e reais. Também elas dão origem a problemas, levantam questões, originam exigências (Pasquino, 2010).

Uma Política Pública inicia-se com uma situação problemática, de que é exemplo o desemprego, a qual provoca tensão ou controvérsia. Contudo, não basta esta constituir-se um problema, há necessidade de ser introduzida na agenda política. Para tal, alguns factores podem ser influenciadores dessa inclusão, nomeadamente uma emergência imprevista; a magnitude da população envolvida; a habilidade organizacional dos envolvidos e a sua proximidade a determinados centros institucionais: a capacidade de pressão que podem exercer determinados grupos profissionais e, finalmente, o impacto dos recursos emocionais, alimentado, a miúdo, pelos meios de comunicação (Vallès, 2002).

Atendendo ao objecto de estudo em análise, importa aqui desenvolver e compreender mais especificamente as Políticas Públicas de Emprego.

As Políticas Públicas de Emprego constituem-se medidas de Política Pública, muito embora direccionadas para o sector do emprego e formação profissional.

Neste sentido, pode entender-se por políticas públicas de emprego “ um instrumento de garantia do direito ao trabalho que tem por objectivo a prevenção e resolução dos problemas de emprego, incluindo a melhoria da qualidade do emprego, a promoção do pleno emprego e combate ao desemprego no quadro do desenvolvimento socio-económico, no sentido de melhorar os níveis de bem-estar da população” (DL 132/99 de 21 de Abril).

Constituem-se como princípios fundamentais da política de emprego a integração, a co-responsabilização do estado, parceiros sociais, organizações e cidadãos, o acesso universal, o fomento da iniciativa para a ocupação ou criação de postos de trabalho, a coesão social e combate à pobreza e exclusão social e finalmente, a promoção da empregabilidade (DL 132/99 de 21 de Abril).

As políticas de emprego em Portugal (Madelino, 2003) surgiram no final dos anos 60 do séc. XX, associadas à dinâmica de industrialização e de abertura ao exterior inerente aos Planos de Fomento e, sob a implementação mínima duma lógica de Estado Providência, com maior ênfase para o subsídio de desemprego.

Mais tarde, em 1962 é repensada, no âmbito dum conjunto de reformas, das quais se salienta a criação do Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra (DL nº 44506, de 10 de Agosto de 1962), a estrutura logística destinada à regulação deste subsídio, e o Instituto de Formação Profissional Acelerada (DL nº 44785, de 7 de Dezembro de 1962), a par duma definição de competências de ambas as entidades que funcionariam como princípio duma política activa de emprego (Moura, 1991, *cit. in*, Madelino, 2003:45).

Posteriormente, em 1968, com a criação do DL nº 46731, de 9 de Dezembro de 1965, foi criado o Serviço Nacional de Emprego, sob a preparação o III Plano de Fomento (1965-1970), muito centrado no problema da emigração, embora fossem apresentadas outras preocupações (Madelino, 2003).

Segundo Madelino (2003:45) as principais linhas desta política não se alteraram significativamente durante a Revolução de 1974 até à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE).

Contudo, é com a entrada de Portugal no espaço comunitário, em 1986, que Portugal consolidou uma política de emprego, constituindo-se o Fundo Social Europeu enquanto elemento fulcral à sua solidificação, quer em termos financeiros, quer em termos da estruturação de medidas (Madelino, 2003).

Madelino (2003) entende que a política de emprego pode constituir-se como um instrumento destinado a diminuir duas dificuldades, no que se refere às diferenças de

produtividade em Portugal e os seus vizinhos europeus. Verifica-se que por um lado, a criação de riqueza por unidade do factor de trabalho de Portugal é menor comparativamente com os parceiros da zona Euro. Esta situação traduz-se em níveis médios de vida dos mais baixos da Europa e num desequilíbrio estrutural da balança comercial externa por um lado. Por outro, Portugal apresenta níveis de desigualdade social interna e padrões de pobreza exagerados comparativamente com os restantes países europeus.

Neste sentido, e para que a política de emprego se possa constituir como um instrumento destinado a diminuir estas duas dificuldades, torna-se pertinente ter em conta duas prioridades.

Em primeiro, pela sua actuação do lado da oferta do mercado de trabalho, com intuito de melhorar as qualificações da população activa, de forma a potenciar externalidades que as empresas poderão utilizar num processo global de modernização. Em segundo, pelos seus efeitos do lado da procura do mercado de trabalho, apoiando a criação de empregos e de iniciativas empresariais que, por diversos motivos, a economia e a sociedade não são capazes de fazer brotar, resultante das falhas dos mercados. Por último, pela vertente social. Poderá emergir, por um lado, como uma lógica reparadora, visando reduzir os impactes sociais negativos do funcionamento dos mercados, em determinados grupos, por determinadas fragilidades, deles são excluídos ou neles apresentam dificuldades em actuar. Por outro lado, pode visar a promoção da igualdade de oportunidades (Madelino, 2003).

Como vimos, a falta de criação de riqueza leva a uma fraca oferta de postos de trabalho, aumentando desta forma o desemprego e potenciando empregos precários, o que resulta no aumento de desigualdades sociais e da pobreza. É neste contexto que as políticas públicas de emprego assumem um papel preponderante, ao tentarem garantir o direito ao trabalho.

3.2.1. As Políticas Públicas Passivas e Activas

Durante décadas, as políticas públicas, em especial as políticas públicas de emprego, adoptadas pelos Estados Providência da maioria dos países desenvolvidos tentavam minimizar a situação de carência, no caso dos desempregados através da atribuição de montantes monetários, por forma a compensar os indivíduos dos rendimentos perdidos por tempo suficiente enquanto aguardavam um novo emprego (Hespanha *et al*, 2000).

A aplicação deste tipo de medidas foi beneficiada, nestas épocas, por conjunturas económicas favoráveis devido aos baixos níveis de desemprego e à acentuada oferta de emprego que se verificava. Contudo, esta realidade mudou substancialmente, verificando-se a escassez de empregos, os elevados níveis de desemprego e estas medidas tornaram-se

ineficazes. Assim, começa-se a verificar que a duração dos subsídios de desemprego tornara-se insuficiente para cobrir o tempo necessário para encontrar um novo emprego (Hespanha *et al*, 2000). Apesar do Estado de bem-estar fornecer apoios e gerar oportunidades, a experiência demonstrou que também gera dependência dos trabalhadores desempregados (Pedroso, 2010) nos benefícios e gasto desmedido com despesas do orçamento da segurança social (Moller, 2001).

Desta forma, o Estado-Providência começa a sofrer pressões no sentido de substituir a atitude passiva de indemnização dos desempregados por uma atitude mais activa de (re)integração dos desempregados no mercado de trabalho. Esta nova abordagem dos direitos sociais que implica o reconhecimento de um direito de inserção ao indivíduo desempregado, permitiu aos Estados-Providência pôr em prática uma nova política baseada em medidas personalizadas capazes de solucionar a resolução particular da exclusão de cada desempregado (Hespanha *et al*, 2000).

Neste sentido, as novas políticas pretendem substituir as velhas políticas, orientadas a evitar o colapso financeiro dos desempregados por novas políticas orientadas para manter os trabalhadores em actividade, promovendo, assim, a criação de novos empregos e a atribuição de uma ocupação útil (Hespanha *et al*, 2000) como uma alternativa para aqueles que não conseguem encontrar um emprego no mercado regular de trabalho (Moller, 2001).

É aqui que se enquadra o Programa Prosa, tema central desta investigação. O Prosa constitui uma medida de Política Pública de Emprego Activa. Quer isto dizer que, os beneficiários deste programa recebem uma quantia monetária em troca de uma ocupação útil que possa integrar os indivíduos de novo em sociedade.

3.3. O Prosa enquanto medida de Política Pública Activa de Emprego

Com intuito de resolver os efeitos negativos resultantes da débil empregabilidade dos recursos humanos menos qualificados, o Governo dos Açores, através da Direcção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor, introduziu, na sua agenda política a implementação de medidas de política pública. É o caso do programa Prosa.

Co-financiado pelo Fundo Social Europeu (PROEMPREGO), o Prosa (Programa Social de Ocupação de adultos), constituído através da base legal, a Resolução nº 29/97, de 13 de Março, o Despacho Normativo nº 74/97 de 13 de Março, o Despacho Normativo nº 80/97 de 3 de Abril e a Portaria nº 35/97 de 30 de Maio, refere-se a um Programa de Ocupação de Emprego que visa ocupar desempregados inscritos nos Centros de Emprego à mais de 6 meses, sem

direito a prestação de desemprego e desempregados deficientes ou com idade superior a 45 anos.

Podem candidatar-se ao Prosa as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Santas Casas de Misericórdia, bem como os serviços públicos dependentes da Administração Pública central, regional e local, em projectos de actividade que satisfaçam necessidades colectivas, cuja duração inicial pode durar até 12 meses, passíveis de prorrogação por mais seis meses, desde que fundamentada.

O Prosa possibilita o desenvolvimento de uma actividade que facilite aos desempregados o ingresso no mercado de trabalho, proporcionando-lhes uma formação básica que potencie uma melhor integração na vida activa. Estes beneficiários usufruem de um subsídio mensal no valor do salário mínimo nacional e subsídio de transportes (até ao montante máximo de 15% do salário mínimo nacional).

O programa Prosa é, deste modo, uma modalidade de Política Pública de Emprego, a qual visa o “desenvolvimento de actividades socialmente úteis, asseguradas por pessoas desempregadas e muitas vezes em situação de grande carência económica, social e relacional” (Jorge, 2000).

O Prosa tem, assim, como finalidade recuperar, para o contacto com o mercado de trabalho, pessoas que dele se viram afastadas há já algum tempo e que, por vezes, precisam de um reforço das competências sociais. Em determinadas situações, a integração profissional tem de ser precedida pela recuperação e reforço dos laços de socialização. Nestas situações, os programas ocupacionais mantêm a preocupação em garantir uma componente de reforço das competências profissionais, tentando conseguir que a passagem pelo programa seja um meio para uma integração estável e duradoura no mercado de trabalho (Jorge, 2000).

Quer isto dizer que, o Prosa constitui uma medida de Política Pública de Emprego Activa que visa a ocupação de indivíduos em situação de desemprego (de longa duração), através do qual obtêm uma remuneração em troca de uma ocupação útil. Por outro lado, pretende-se que esta ocupação possibilite aos indivíduos a entrada para o mercado normal de trabalho.

Contudo, e apesar dos programas ocupacionais facultarem aos indivíduos uma ocupação útil e possibilidade de aquisição de competências básicas de vida, a verdade é que após a sua passagem, os beneficiários destes programas continuam percorrendo trajectórias de emprego precárias, não conseguindo, desta forma, abandonar a situação de precariedade e de pobreza instalada.

Neste sentido, no sub-ponto seguinte será abordado as trajectórias laborais na ponte entre o emprego e o desemprego, vivenciadas pelos beneficiários do Programa Prosa.

3.3.1. Trajectórias laborais na ponte entre o emprego e o desemprego

Para Pedroso (2005), o desenvolvimento das políticas activas de emprego gerou medidas que originam um novo estatuto aos seus beneficiários, nomeadamente o “estatuto de apoiado”, de pessoa que vive profissionalmente na ponte entre o emprego e o desemprego. Este considera que a ponte é um local de passagem fundamental tendo em conta que reduz distâncias e liga margens, muito embora um péssimo lugar para nele se despender a vida.

As medidas em causa pretendem ultrapassar os efeitos de factores específicos de desvantagem no acesso ao emprego. O autor considera que, para o sucesso de uma medida

é essencial que ela identifique as propriedades que delimitam o grupo em situação de desvantagem, de modo a que os recursos sejam efectivamente alocados aos seus destinatários. Mas é também, necessário identificar a propriedade socialmente relevante para a produção da desvantagem, não a deixando subsumida noutras que a revestem parcialmente, mas que, assim, reduzem a focalização adequada.

(Pedroso, 2005)

Os beneficiários destas medidas de política pública de emprego são públicos em desvantagem, pessoas que estão em processo de saída da privação de emprego. A ponte (entre o primeiro momento – Prosa – e o segundo momento – depois do Prosa) visa que do outro lado sejam pessoas empregadas. Mas, o que está em causa não é apenas, o acesso ao emprego, é, igualmente, a relação das pessoas com o sentido social de desempenho de um trabalho útil e a gratificação pessoal que daí deriva (Imaginário *et al*, 1998: 50, cit. in Pedroso, 2005).

A primeira medida de transição entre o desemprego e o emprego é, assim, a recuperação da empregabilidade social, quer isto dizer, a recuperação de laços com as atitudes e competências sociais necessárias para desempenhar uma actividade com carácter contínuo. Pelo que é aceitável como resposta e para os casos em que há maior perigo de perda

dessas capacidades ou maior necessidade de as retomar, que a medida crie um momento de não-emprego com ocupação, um período em que a pessoa desempenha com continuidade as tarefas e operações necessárias a um desempenho profissional sem ter todas as obrigações (nem os direitos) de um trabalhador. É esse o espaço de actividades ocupacionais e estágios profissionais para desempregados. Os “ocupados” e os “estagiários” não são trabalhadores mas trabalham, (re)tomam contacto,

(re)ganham experiência profissional, valorizam-se curricularmente, obtêm referências profissionais positivas

(Pedroso, 2005)

O problema surge se são mal recrutados. Isto é, quando é ocupada uma pessoa a quem a experiência não valoriza, os recursos públicos são gastos sem que o seu potencial de inserção aumente e até correndo o risco, no limite, de que diminua porque a auto-estima que na situação oposta adquiriria pode, nesta, corresponder a um sentimento de perda (Pedroso, 2005).

O fechamento nas situações de transição pode, ele também, produzir, na perspectiva pessoal uma “cilada”, limitando os seus beneficiários a uma vida de quase-emprego. Do ponto de vista do sistema, esta situação tende a produzir efeitos contrários sobre o emprego, isto a que a sucessão de estágios ou actividades ocupacionais oferecidas destrua postos de trabalho diminuindo a oferta de emprego (Pedroso, 2005). Estas afirmações vêm confirmar a ideia de “trajectória de emprego em carrossel” defendida por Diogo (2010). Quer isto dizer que, os próprios programas ocupacionais criam um mercado de trabalho secundário e precário.

Pedroso afirma que,

para que medidas com estas características reiguem a pessoa excluída ao mercado de trabalho não se limitando a legitimar a sua exclusão deste e para que estimulem a oferta de emprego a determinados grupos em vez de a retraírem, há que ser cuidadoso e ponderado no recurso que a elas se faz. Elas podem ser um excelente primeiro passo, se inseridas em trajectórias de inserção socioprofissional.

(Pedroso, 2005)

O autor refere-se às pessoas em processo de inserção, considerando importante que acedam ao estatuto de trabalhador. É o que acontece com as diversas formas de empregos de transição. A sua principal vantagem sobre as actividades ocupacionais e os estágios é o facto de concederem o acesso a um contrato de trabalho, ainda que pelo tempo limitado do apoio. O que os assemelha aos beneficiários, para efeitos de inserção, a um contrato de duração determinada. É certo que assim não se resolve o problema do acesso ao mercado de trabalho, mas constitui inegável melhoria de Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho estatuto por relação ao de desempregado (ainda que recebendo prestação de desemprego) ou ao de ocupado ou estagiário. Esta afigura-se a resposta adequada sempre que houver no tecido social condições para criar empregos para pessoas em relação às quais, pelos mais diversos motivos, seja necessária uma intervenção integrada e especial no apoio à elevação da sua empregabilidade (Pedroso, 2005).

Estas afirmações vêm confirmar de, novo, algumas preocupações de Diogo (2010) quanto à precariedade no emprego. Apesar destes programas ocupacionais, como é o caso do programa Prosa, constituírem, por um lado, um mercado de trabalho secundário e precário, é preferível ao não emprego. Por outro lado, estes programas, apesar de precários, contribuem para um alívio na economia doméstica e permitem, ao beneficiário, uma experiência real e aproximada do mercado normal de trabalho.

Capítulo IV – O Caso dos Beneficiários do Programa Prosa em S. Miguel

4.1. Estratégia Metodológica

4.1.1. Problemática

Actualmente vivemos numa sociedade de risco (Ulrich, 2001), a qual tem-se adaptado a um conjunto de transformações económico-sociais globais (Rebelo, 2004) como o desemprego estrutural e a precariedade no emprego.

A precariedade no emprego pode ser vista como um problema, na medida em que vem opor-se às formas de emprego até então dominantes. Esta caracteriza-se por ser um “fenómeno complexo, com contornos económicos, sociais e jurídicos, que surge como resposta a esta crise do emprego generalizada pelos países desenvolvidos e que sugere a ideia de emprego transitório, instável e inseguro” (Rebelo, 2004), de carácter não voluntário sendo, igualmente, pautado por menores oportunidades de progressão na carreira, baixos níveis salariais e menor protecção social (Duarte, 2003).

Sendo o emprego precário igualmente temporário, obriga a que os indivíduos por ele abrangidos percorram vários empregos, sendo a ponte entre os mesmos, a passagem pelo desemprego.

É neste contexto que se incluem os beneficiários do Prosa. Este programa constitui uma medida de Política Pública de Emprego, a qual visa a integração de indivíduos desempregados, maioritariamente com baixa escolaridade. Esta integração é feita após esgotadas outras respostas de emprego, estabelecidas no Plano Pessoal de Emprego elaborado pela Agência para Qualificação e Emprego onde esteja inscrito (Resolução do Governo Regional dos Açores nº 189/2002).

As condições de emprego precárias que os indivíduos experimentam até à integração no programa, coloca-os numa situação de grande instabilidade, sendo cada vez mais frequentes as trajetórias laborais que combinam períodos de emprego com períodos de desemprego ou emprego informal (Santos B. S., 2001; Castel, 2009), denominada por Diogo (2010) como “trajetórias de emprego em carrossel”. Muitas vezes, esta integração torna-se a experiência mais real e aproximada que têm junto do mercado normal de trabalho.

Os beneficiários caracterizam-se por estarem numa situação de desemprego em situação de comprovada carência económica (Hespanha & Matos, 2000) ou numa relação de trabalho precária. Através destes programas conseguem uma ocupação que se distingue através da situação anterior. Apesar da ocupação no Prosa continuar a ser uma situação de emprego precária, permite aos indivíduos uma melhoria, embora que temporária, nas condições económicas do agregado familiar e permite-lhes uma ocupação útil em troca de um salário.

Contudo, a aplicação destas medidas traz efeitos ambivalentes. Por um lado, permite uma ocupação no mercado de trabalho, remunerada, algo que possibilita aos indivíduos adquirirem experiência profissional e outras competências. Por outro, reproduz um mercado de trabalho secundário, temporário e até pouco integrador. Inseridos nas diversas entidades promotoras do programa e “trabalhando a par de outros trabalhadores regulares, estes trabalhadores não gozam dos mesmos direitos desses outros trabalhadores, designadamente no que respeita ao salário, horário laboral e às próprias condições de trabalho” (Hespanha & Matos, 2000).

Neste sentido, e verificando-se de que se tratam de medidas temporárias, se o beneficiário destes programas não conseguir integrar-se no mercado normal de trabalho, volta à situação inicial em que se encontrava – a de desempregado, o que poderá significar que os indivíduos percorrem uma “trajetória de emprego em carrossel” (Diogo F. , 2010).

O modo de vida e a passagem pelo Prosa determina a percepção do passado, presente e futuro, influenciando a sua trajetória de vida, em particular as suas trajetórias de emprego e as relações sociais. Considerando esta problemática, ir-se-á proceder à verificação empírica da validade das seguintes hipóteses:

1. A escolaridade condiciona a vida profissional dos beneficiários do programa Prosa;
2. Os beneficiários do Prosa são indivíduos que apresentam uma trajetória de emprego precária;
3. As expectativas dos beneficiários do Prosa são influenciadas pelo seu percurso de emprego.

4.1.2. Metodologia

No que se refere à abordagem empírica deste trabalho, pode dizer-se que o mesmo se desenvolve em dois pilares: na análise estatística de uma base de dados fornecida pela Direcção Regional do Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor que caracteriza os beneficiários do Programa Prosa e na análise das entrevistas aprofundadas aos beneficiários, concentradas na análise da precarização da relação de trabalho dos beneficiários.

Estas duas formas de operacionalização deste estudo procuram responder ao ponto central deste estudo: a relação de trabalho precária.

A análise estatística tem por base um conjunto de dados recolhidos da DREQPDC dos beneficiários do programa Prosa. Estes dados permitem-nos dar a conhecer o número de beneficiários que frequentaram o programa nos anos de 2008, 2009 e 2010, bem como caracterizá-los através do sexo, idade, anos de escolaridade, concelho de residência e tipo de entidade que os acolhe durante o programa. Os dados fornecidos foram tratados no programa estatístico de SPSS.

Para um estudo aprofundado sobre as razões que obrigam estes indivíduos, beneficiários do Programa Prosa, a seguir percursos profissionais precários, optou-se pela escolha de uma metodologia qualitativa, centrada na realização de entrevistas aprofundadas.

O termo metodologia é um vocábulo utilizado em vários sentidos, sendo, por isso, um factor de ambiguidade. O conceito de método é mais preciso (Pardal, 1995). Assim, podemos afirmar que o método consiste num conjunto de operações, situadas a diferentes níveis, tendo em vista a consecução de objectivos determinados. Corresponde a um corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a selecção e a articulação de técnicas, com o intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica (Pardal *et al*, 1995).

A estratégia metodológica está inserida na própria definição do objecto de estudo. Esta pesquisa requer um modelo teórico-metodológico no quadro da sociologia compreensiva, através da selecção da metodologia qualitativa, a qual permite uma maior profundidade ao tema, riqueza interpretativa, contextualização do ambiente, relato de detalhes e experiências únicas, fornecendo, de igual modo, um ponto de vista recente, natural e holístico dos fenómenos (Sampieri *et al*, 2006). Por outro lado, a investigação qualitativa permite a conveniência dos métodos e teorias, analisar as perspectivas dos participantes e a sua diversidade, permite a capacidade de reflexão do investigador e da investigação e a variedade dos enfoques e dos métodos (Flick, 2004).

A aplicação desta metodologia será feita através de vários estudos de caso⁴, com a utilização de entrevistas aprofundadas do tipo semi-estruturadas. Trata-se de uma técnica de recolha de dados que “possibilita a obtenção de uma informação mais rica” (Pardal *et al*, 1995) que apela à memória e reconstrói as trajectórias de emprego dos beneficiários.

A entrevista semi-estruturada nem é inteiramente livre e aberta nem orientada por um leque inflexível de perguntas estabelecidas anteriormente. O entrevistador possui um referencial de perguntas-guia, suficientemente abertas (Pardal *et al*, 1995; Flick, 2004) que serão colocadas à medida do desenrolar da conversa, não necessariamente pela ordem estabelecida no guião, mas antes, à medida da oportunidade (Pardal *et al*, 1995).

Atendendo ao universo alargado de beneficiários, tornou-se crucial restringir o campo de análise aos beneficiários que já passaram pelo programa.

Por fim, e quanto à análise das informações, obtidas através da técnica da entrevista, será utilizada uma técnica de análise de conteúdo. Bardin (1991) refere-se à análise de conteúdo como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Esta oferece a possibilidade de tratar de informações e testemunhos que apresentem um certo grau de profundidade e de complexidade (Quivy *et al*, 1998).

A análise de conteúdo consiste em técnicas de investigação voltadas para a objectividade, sistematização e quantificação manifesta na descrição do conteúdo da comunicação. Ela estipula que cada passo do procedimento de investigação deve cumprir a aplicação das regras e processos explicitamente formulados. É solicitado ao investigador que este utilize a sua forma de julgar, tomando decisões através dos seus dados (Romero, 1991).

Neste âmbito, escolheu-se o método de análise categorial por se achar que este se adequa particularmente aos nossos objectivos. Trata-se de um método que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos [...] é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos [...] e simples” (Bardin, 1991). Trata-se de uma análise descritiva e explicativa, sendo de alguma forma mais abstracta e não exclusiva. É “uma análise que faz a mediação para uma explicação e para a construção ideal típica que se aprofundará a seguir” (Guerra, 2006).

⁴ O estudo de caso permite compreender o particular na sua complexidade, ao mesmo tempo que pode abrir caminho, sob condições muito limitadas, a algumas generalizações empíricas de validade transitória. Os estudos de caso correspondem a um modelo de análise intensiva de uma situação particular (caso). Tal modelo, flexível no recurso a técnicas, permite a recolha de informação diversificada a respeito da situação em análise, viabilizando o seu conhecimento e caracterização (Pardal, 1995:22-23).

4.1.2.1. A escolha na selecção dos entrevistados

Uma última escolha metodológica necessária para este estudo foi a escolha dos critérios de selecção dos entrevistados. Vimos anteriormente as grandes vantagens da utilização dos métodos qualitativos. Como nos refere Guerra (2006):

A questão central que se coloca na análise compreensiva não é a definição de uma imensidade de sujeitos estatisticamente ‘representativos’, mas sim uma pequena dimensão de sujeitos ‘socialmente significativos’ reportando-os à diversidade das culturas, opiniões, expectativas e à unidade do género humano [...] a interrogação que se coloca é a da representatividade social de um pequeno número de indivíduos, questão inevitável nas investigações que utilizam entrevistas em profundidade.

A metodologia qualitativa coloca a ênfase na exaustividade, por forma a não deixar de lado nenhuma categoria que possa ser socialmente significativa (Diogo F. , 2007).

Assim, podemos afirmar que nos baseámos em alguns propósitos para realizar a selecção dos entrevistados. Em primeiro, baseámo-nos na análise dos dados fornecidos pela base de dados da DREQPDC.

Em segundo, a selecção dos entrevistados relaciona-se, igualmente, com a revisão bibliográfica e com a problemática da investigação. Por um lado, interessa-nos saber a importância do trabalho e do estatuto de beneficiário do Programa Prosa. Por outro, interessa fazer uma revisão bibliográfica – o papel da precariedade na vida dos beneficiários do Prosa.

Relativamente ao sexo, não houve escolha. Far-se-á entrevistas a ambos os sexos, de forma a compreender a trajectória de emprego nos homens e nas mulheres.

Outro critério de escolha refere-se ao vínculo dos beneficiários. Neste caso escolheu-se indivíduos com vínculo contratual por conta de outrem, bem como indivíduos com relação de trabalho precário, de forma a podermos comparar as trajectórias de emprego em ambas as situações.

Outro critério de selecção foi o facto dos indivíduos terem já sido beneficiários do Prosa, mas, actualmente, já não se encontrarem no programa. Isto deve-se ao facto de se considerar pertinente o estudo do percurso profissional dos indivíduos antes, durante e após a frequência no programa Prosa, com intuito de se perceber o que mudou na vida destes.

Finalmente, a escolha do público na ilha de S. Miguel, Concelho de Ponta Delgada, deve-se ao facto de ambos abrangerem o maior leque de instituições parceiras do programa,

bem como do facto do mercado de trabalho ter maior capacidade de absorção para captar indivíduos.

Critério	Seleção
Sexo	Masculino e Feminino
Vínculo	Por conta de outrém/ Trabalho precário
Programa Prosa	Ter sido beneficiário e já não se encontrar no programa
Concelho	Ponta Delgada

Para atingirmos os nossos objectivos foi necessário a utilização de um conjunto de opções metodológicas, tendo em vista o material empírico necessário. A primeira opção foi a escolha de entrevistas aprofundadas de cariz biográfico. Este método pareceu ser o mais adequado aos nossos propósitos pois permite entender, através do testemunho dos indivíduos, as trajectórias de emprego, as estratégias utilizadas para solucionar o problema da falta de emprego.

Neste sentido, e tratando-se de um estudo aprofundado, a nossa amostra utilizada não tem relevância estatística. Para o Universo em estudo, a amostra de doze entrevistados não é representativa. Trata-se de uma amostra pensada, onde a exaustividade é uma questão central, tendo em vista o esgotamento de todas as possibilidades da resposta (Diogo F. , 2003).

Munidos, pois, das opções metodológicas mais eficazes para a realização da recolha e tratamento dos nossos dados empíricos, estamos prontos para apresentar os nossos resultados.

PARTE II – ESTUDO DAS TRAJECTÓRIAS NA ESCOLA, NO EMPREGO E NO PROSA

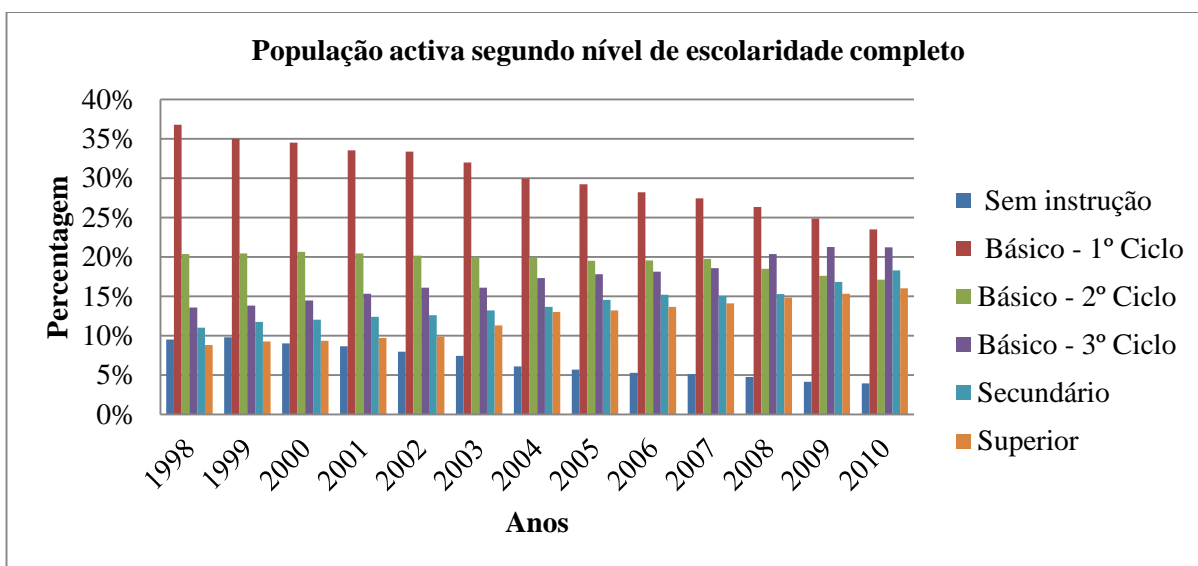
Capítulo I - Caracterização do Universo

Este estudo baseia-se em boa parte no tratamento estatístico no SPSS dos dados fornecidos pela Direcção Regional do Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor (DREQPDC) relativamente aos anos de 2008, 2009 e 2010 e dizendo respeito aos beneficiários do Programa Ocupacional Prosa na ilha de S. Miguel.

Com estes dados, foi-nos possível efectuar uma caracterização dos beneficiários deste programa no que respeita ao sexo, idade, anos de escolaridade, concelho de residência e entidade na qual foram integrados.

Entretanto e para uma melhor análise dos dados fornecidos pela DREQPDC, optou-se por os contextualizar com quadros referentes à população activa de Portugal por nível de escolaridade completo e sexo nos anos de 1998 a 2010, disponíveis no INE. No caso dos Açores foi possível comparar os dados recolhidos na DREQPDC com os dados do INE para os anos de 2008, 2009 e 2010.

Figura 1 - População Activa segundo nível de escolaridade completo, Portugal, 1998-2010



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Assim, começa-se por apresentar as estatísticas nacionais que nos permitem caracterizar algumas características da população portuguesa, com relação ao emprego, em ordem a contextualizar-se a população beneficiária do Prosa.

A primeira dessas características é a escolaridade. Estar desprovido de escolaridade pode obrigar os indivíduos a ocupar um trabalho mal remunerado, forçado, precário e penoso.

O gráfico acima apresentado, mostra a evolução da escolaridade entre os anos de 1998 e 2010, em Portugal.

Neste sentido, verifica-se uma diminuição gradual dos indivíduos sem instrução e com o 1º Ciclo de ensino básico. No caso dos indivíduos sem instrução, notou-se uma queda: dos 9% em 1998 para os 4% em 2010, um valor já relativamente residual, portanto. No 1º ciclo a queda foi dos 37% em 1998 para os 24% em 2010. Não obstante, se somarmos os dois valores, pode-se afirmar que, ainda em 2010, mais de um quarto da população ativa portuguesa tinha uma escolaridade muito baixa.

O 2º ciclo do ensino básico teve uma ligeira redução, dado que, nos 12 anos em causa, apenas desceu 3 pontos percentuais.

Já para o 3º ciclo, secundário e ensino superior verificou-se um aumento maior. Concretizando, no 3º ciclo registou-se um aumento de 14% em 1998 para 22% em 2010, no secundário passou-se de 12% em 1998 para 18% em 2010 e, finalmente, foi no ensino superior que se registou o maior aumento de 8% para 16% em 2010, uma duplicação do número de indivíduos com este grau de ensino em pouco mais de 10 anos.

Apesar desta evolução, é de salientar que continua a ser a população activa, que detém o 1º Ciclo do Ensino Básico, a mais representativa, na medida em que constitui a categoria com mais indivíduos. Se a este dado juntarmos o crescimento significativo da população com o terceiro ciclo e a ligeira redução do segundo, isto significa que, apesar da mudança no aumento da escolaridade, a população activa continua a ter ainda uma escolaridade baixa no contexto europeu (Diogo & Diogo, no prelo).

A escolaridade constitui um dos factores fundamentais na vida profissional de um indivíduo (Kovács, 1999), tendo em conta que condiciona as perspectivas de vida profissional. Assim, pode-se aqui referenciar a ideia de Centeno (2001) quando nos diz que a “escolaridade, insuficiente ou desadequada, parece nos nossos dias constituir um problema no momento de entrada e na permanência no mercado de trabalho devendo ser considerado como um factor de vulnerabilidade muito importante”. Neste sentido,

os indivíduos com fracas habilitações parecem ser aqueles que mais sofrem com as novas regras de funcionamento do mercado de trabalho, na medida em que revelam

uma menor capacidade de resolver os problemas decorrentes da crescente precariedade das actividades profissionais a que têm acesso

(Centeno, 2001)

Assim sendo, e como é possível verificar no gráfico anterior e nos dois quadros seguintes, existe uma semelhança entre a população activa dos Açores, a população activa de Portugal e os beneficiários do programa Prosa. São os indivíduos menos escolarizados que têm maior representatividade, no conjunto da população. Neste sentido, importa reconhecer que, “nas condições particulares de Portugal, [a escolarização] aparenta ser um dos factores de exclusão (em especial no mercado de trabalho)” (Centeno, 2001).

Para Kovács (1999), os trabalhadores com fracas habilitações pertencem aos grupos de empregabilidade fragilizada, sendo que a sua mobilidade tende a limitar-se à esfera do trabalho pouco qualificado, tanto dentro da mesma empresa como na mudança de uma empresa para outra, permitindo características que mantêm a fragilidade no mercado de trabalho, nomeadamente a falta de possibilidades de formação e de promoção profissional.

Essa fragilidade aumenta quando este tipo de actividades profissionais intercalam com períodos de desemprego, que tendem a prolongar-se, levando a um agravamento da situação.

Nos quadros que se seguem é possível analisar a população beneficiária do Programa Prosa e comparar com os dados da população activa segundo o nível de escolaridade completo e sexo para os Açores e Portugal.

Nestes quadros, é possível verificar a tendência do gráfico resumo apresentado anteriormente (figura 1) que nos indica que, apesar da evolução, são os indivíduos com baixas qualificações que representam a maior percentagem de população activa em Portugal, facto também verificável no caso dos beneficiários do Programa Prosa, como analisaremos mais ao pormenor mais adiante.

Quadro 2 - Idade dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010)

		2008		2009		2010	
		N	%	N	%	N	%
Idade	ate 24 anos	44	12.7%	39	11.7%	57	10.3%
	25 - 34 anos	103	29.7%	79	23.8%	127	22.9%
	35 - 44 anos	107	30.8%	100	30.1%	180	32.4%
	45 - 54 anos	66	19.0%	91	27.4%	158	28.5%
	> 55 anos	27	7.8%	23	6.9%	33	5.9%
Total		347	100.0%	332	100.0%	555	100.0%

Fonte: DREQPDC

No que respeita à idade, verifica-se que, no ano de 2008, os beneficiários do Prosa têm idades muito diversas, havendo mesmo um número elevado com idades inferiores a 24 anos e superiores a 55 anos de idade. A participação dos indivíduos é maior em duas faixas etárias, dos 25 aos 34 anos com 29,7% e dos 35 aos 44 anos de idade com 30,8%. Esta última faixa etária é a mais representativa. Os beneficiários com mais de 55 anos de idade são os menos representativos.

A maioria dos beneficiários no Programa Prosa no ano de 2009 tinham idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos (cerca de 30,1%) e entre os 45 e 54 anos (com cerca de 27,4%). Pode-se então dizer que, no ano de 2009, os desempregados mais velhos que integraram o Programa Prosa foram os mais representativos.

Em 2010, a maioria dos beneficiários tem idades compreendidas entre os 35 e 44 anos de idade, com sensivelmente 32%, tal como sucede nos anos anteriores, seguindo-se os beneficiários com idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos de idade com 28,5% e os beneficiários com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos de idade com 22,9%. Os beneficiários com mais de 55 anos de idade continuam a ser os menos representativos.

Quadro 3 - Sexo dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010)

		2008		2009		2010	
		N	%	N	%	N	%
Sexo	F	197	56.8%	166	50.0%	273	49.2%
	M	150	43.2%	166	50.0%	282	50.8%
Total		347	100.0%	332	100.0%	555	100.0%

Fonte: DREQPDC

Analisando o quadro 3, verificamos uma maior representatividade das mulheres no Prosa em 2008, com 56,8% contra os 43,2% dos homens. Esta situação pode estar relacionada com o facto das mulheres serem mais vulneráveis ao desemprego.

No ano de 2009, houve um decréscimo de 15 beneficiários, comparativamente ao ano anterior. Quanto ao género, verifica-se um equilíbrio, sendo o valor dos ocupados 50% do género feminino e os outros 50% do género masculino.

No que respeita ao ano de 2010, verificamos um relativo equilíbrio, embora com pequenas oscilações para um lado e para o outro (cerca de 51% dos beneficiários eram do género masculino contra 49% do género feminino), uma situação em tudo semelhante à do ano anterior. Coloca-se a hipótese de que o aumento do número de beneficiários do sexo masculino a partir de 2009 possa estar relacionado com o aumento do desemprego que se verifica no país a partir desse ano.

Quadro 4 - Anos de escolaridade dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010)

	2008		2009		2010	
	N	%	N	%	N	%
até 4 anos	145	41.8%	134	40.4%	285	51.4%
4 a 6 anos	91	26.2%	73	22.0%	129	23.2%
7 a 9 anos	86	24.8%	75	22.6%	98	17.7%
10 a 12 anos	24	6.9%	47	14.2%	39	7.0%
mais de 12 anos	1	0.3%	3	0.9%	4	0.7%
Total	347	100.0%	332	100.0%	555	100.0%

Fonte: DREQPDC

Quanto às habilitações literárias verifica-se que, no ano de 2008, os beneficiários com escolaridade inferior ao 4º ano são os que têm maior peso na distribuição com 41,8%, seguindo-se os que apresentam uma escolaridade entre 4 aos 6 anos com 26,2% e os com escolaridade entre 7 aos 9 anos com 24,8%. Os beneficiários com mais de 12 anos de escolaridade são muito pouco representativos, cerca de 0,3%.

No ano de 2009, o Programa Prosa foi frequentado por beneficiários com escolaridades baixas. Cerca de 40,4% têm menos que 4 anos de escolaridade, factor directamente relacionado com a idade dos mesmos. Outro escalão com um peso importante na distribuição é dos beneficiários que possuem entre 7 e 9 anos de escolaridade, com cerca de 22,6%.

Em 2010, é-nos possível averiguar que a maioria, cerca de 51% possuem até 4 anos de escolaridade, como sucede nos anos anteriores. Do lado oposto os beneficiários com mais de 12 anos de escolaridade continuam a ser os menos representativos com 0,7%.

Parece-nos pertinente analisar e comparar agora estes dados com a população activa nos Açores e em Portugal Continental e cruzar duas variáveis, escolaridade e sexo.

Quadro 5 – População Activa segundo o nível de escolaridade completo e o sexo, Portugal 2008

Unidade: milhares															
	Total			Sem instrução	Básico - 1º Ciclo			Básico - 2º Ciclo			Básico - 3º Ciclo			Secundário	Superior
	HM	H	M	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	HM
Portugal	5 624,9	53%	47%	5%	26%	57%	43%	18%	60%	40%	20%	56%	78%	15%	15%
Continente	5 381,2	53%	47%	5%	26%	56%	44%	18%	60%	40%	20%	56%	78%	15%	15%
Norte	1 983,4	54%	46%	5%	28%	56%	44%	23%	58%	42%	19%	57%	74%	13%	13%
Centro	1 367,2	53%	47%	7%	32%	55%	45%	17%	61%	39%	20%	57%	74%	12%	11%
Lisboa	1 446,4	51%	49%	3%	18%	54%	46%	14%	60%	40%	22%	54%	87%	21%	22%
Alentejo	366,0	55%	45%	3%	25%	62%	38%	18%	62%	38%	22%	55%	82%	16%	14%
Algarve	218,3	56%	44%	4%	25%	63%	38%	16%	62%	38%	24%	59%	70%	20%	12%
R. A. Açores	117,6	60%	40%	5%	30%	71%	29%	26%	61%	38%	18%	56%	77%	13%	8%
R. A. Madeira	126,1	53%	47%	7%	28%	59%	41%	18%	56%	43%	18%	58%	73%	16%	13%

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego (2008)

Se analisarmos a população activa para os Açores, verifica-se que, em 2008, cerca de 60% são Homens e 40% Mulheres, valores algo distantes da média do país, pois os dados do país, em termos de género, são mais homogéneos (com cerca de 53% de Homens e 47% de Mulheres). A frequentar o programa Prosa, verifica-se igualmente um equilíbrio entre géneros com ambos, com valores mais próximos, 57% são homens e 44% mulheres. Quer dizer, o programa Prosa contribui para minimizar as desigualdades de género no acesso ao emprego que se verificam nos Açores, embora não se deva levar longe de mais esta conclusão.

No que respeita à escolaridade, é possível apurar que, em 2008, os beneficiários do Prosa constituem uma população mais despossuída. Até 4 anos de escolaridade temos 40,4% dos beneficiários, muito embora se verifique que, quer nos dados para os Açores, quer nos dados do país, existe um número elevado de indivíduos que possuem até 4 anos de escolaridade, com cerca de 35% para os Açores e 31% para o país, estes valores são mais baixos do que os da população em análise.

As grandes diferenças verificam-se ao nível da escolaridade superior a 12 anos, apenas 0,3% dos beneficiários do Prosa a possuem, em contraste com os valores dos Açores e do país com cerca de 8% e 15%, respectivamente. Neste sentido, é a partir da desqualificação escolar

que se marca, em primeiro lugar, as dificuldades de acesso ao emprego que caracterizam os beneficiários deste programa ocupacional.

Importa agora comparar estes dados com a população activa nos Açores e em Portugal para o ano em causa, 2009.

Quadro 6 – População activa segundo o nível de escolaridade completo e o sexo, Portugal 2009

Unidade: milhares															
	Total			Sem instrução	Básico - 1º Ciclo			Básico - 2º Ciclo			Básico - 3º Ciclo			Secundário	Superior
	HM	H	M	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	HM
Portugal	5.582,7	53%	47%	4%	25%	56%	44%	18%	59%	41%	21%	56%	44%	17%	15%
Continente	5.334,0	53%	47%	4%	25%	56%	44%	17%	59%	41%	21%	56%	44%	17%	15%
Norte	1.970,7	53%	47%	5%	27%	56%	44%	22%	58%	42%	19%	56%	44%	14%	14%
Centro	1.347,8	52%	48%	6%	31%	54%	46%	16%	61%	39%	22%	56%	44%	14%	11%
Lisboa	1.424,8	51%	49%	2%	17%	54%	46%	12%	58%	42%	23%	55%	45%	23%	23%
Alentejo	367,6	55%	45%	3%	25%	61%	39%	18%	65%	35%	24%	56%	44%	18%	13%
Algarve	223,1	55%	45%	2%	23%	61%	39%	16%	66%	34%	23%	55%	45%	21%	15%
R.A. Açores	120,3	59%	41%	5%	28%	70%	30%	25%	61%	39%	19%	59%	41%	15%	9%
R.A. Madeira	128,4	52%	48%	6%	28%	55%	45%	18%	61%	39%	18%	60%	40%	16%	14%

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego (2009)

Relativamente ao país, verifica-se que os homens e mulheres mantêm os mesmos valores de 2008 no mercado de trabalho. Nos Açores, em 2009, o número de homens e mulheres vai-se alterando, de forma ligeira, registando-se um ligeiro aumento de 1% no caso das mulheres e uma diminuição de 1% no caso dos homens. Quanto ao programa Prosa, verificou-se um equilíbrio, sendo o valor igual, com 50% para cada sexo. Portanto, reforça-se o papel deste programa na menorização das desigualdades de género no acesso ao emprego nos Açores.

Quanto à escolaridade, verifica-se que, quer no caso de Portugal, quer no caso dos Açores, a população activa com menos escolaridade, ou seja, até 4 anos de instrução, continua a ser a mais representativa. No caso dos Açores, esta percentagem é ainda um pouco mais elevada que a média nacional.

No caso dos beneficiários do Prosa em 2009, continuam, também, a ser o conjunto dos indivíduos com menos de quatro anos de escolaridade que apresentam um maior peso, em contraponto com a quase inexistente percentagem de indivíduos com mais de 12 anos de escolaridade (cerca de 0,9%). Não obstante este último valor representar o triplo do ano anterior, continua a ser vestigial.

Comparamos, de seguida, estes valores com a população activa para os Açores e Portugal, em 2010. Assim, no que se refere ao género, os Açores e Portugal não apresentaram diferenças, sendo a percentagem igual ao ano anterior, de 2009.

No que respeita à escolaridade, importa referir que, tal como sucedeu nos anos anteriores, continuam a ser os indivíduos até aos 4 anos de escolaridade aqueles que apresentam um maior peso na distribuição. Nos restantes níveis de ensino verifica-se que, para o caso português, se segue o 3º ciclo do ensino básico, seguido do 2º ciclo, secundário e ensino superior. Esta situação é recorrente nos três anos analisados, nomeadamente 2008, 2009 e 2010. Quanto aos Açores, e à semelhança de 2008 e 2009, os indivíduos que possuem até 4 anos de escolaridade são os que têm maior representatividade na população activa, seguindo-se o 2º ciclo, o 3º ciclo, o secundário e o ensino superior.

À semelhança da população activa para os Açores, também no programa Prosa, os indivíduos que possuem até 4 anos de escolaridade, em 2010, são os que apresentam maior percentagem, seguindo-se os outros ensinos, ordenadamente. O ensino superior, neste caso, é quase inexistente.

Neste sentido, e após uma análise dos anos de 2008, 2009 e 2010, pode-se dizer que os indivíduos pouco escolarizados são os que são mais abrangidos pelo programa ocupacional em causa, ao passo que, na Região dos Açores e em Portugal, tem havido um decréscimo de indivíduos pouco escolarizados e um aumento nos indivíduos com mais habilitações, isso não se verifica entre os beneficiários deste programa, o que reflete, aliás, o facto de ser dirigido a um público específico.

Quadro 7 - População Activa segundo o nível de escolaridade completo e o sexo, Portugal 2010

Unidade: milhares																
	Total			Sem instrução	Básico - 1º Ciclo			Básico - 2º Ciclo			Básico - 3º Ciclo			Secundário	Superior	
	HM	H	M		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	HM	
Portugal	5 580,7	53%	47%	4%	23%	56%	44%	17%	59%	41%	21%	56%	44%	18%	16%	
Continente	5 332,9	52%	48%	4%	23%	56%	44%	17%	59%	41%	21%	56%	44%	18%	16%	
Norte	1 983,8	53%	47%	4%	26%	57%	43%	20%	58%	42%	20%	56%	44%	16%	14%	
Centro	1 346,0	51%	49%	6%	29%	55%	45%	17%	61%	39%	20%	54%	46%	16%	12%	
Lisboa	1 410,5	51%	49%	2%	15%	55%	45%	12%	54%	46%	24%	58%	42%	23%	24%	
Alentejo	369,3	54%	46%	3%	23%	59%	41%	17%	65%	35%	24%	58%	42%	18%	14%	
Algarve	223,3	56%	44%	3%	22%	63%	37%	14%	67%	33%	23%	54%	46%	23%	15%	
R.A. Açores	118,4	59%	41%	4%	27%	70%	30%	25%	63%	37%	18%	59%	41%	15%	11%	
R.A. Madeira	129,4	52%	48%	6%	27%	53%	47%	18%	60%	40%	19%	58%	42%	16%	14%	

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego (2010)

Através dos dados apresentados anteriormente apercebemo-nos de alguma evolução, no que se refere ao sexo e escolaridade da população activa em Portugal e nos Açores. No caso português verifica-se uma evolução mais pronunciada pois encontramos um maior equilíbrio de homens e mulheres. No que se refere à escolaridade dos indivíduos, continuam a ser os que detêm até 4 anos de escolaridade aqueles que apresentam maior percentagem na população

activa, seguindo-se dos que têm o 3º ciclo. Contudo, nos níveis de ensino seguintes verifica-se um aumento, em especial no secundário e ensino superior.

No caso dos Açores, esta evolução é mais lenta. Relativamente ao sexo, os dados não são tão homogéneos como no caso nacional. Os homens continuam a apresentar um maior peso. No que respeita à escolaridade, a evolução tem sido, igualmente, mais lenta apesar de se verificar um aumento em todos os níveis de ensino. Contudo, os mais representativos continuam a ser os indivíduos que têm até 4 anos de escolaridade.

Nos dados do Prosa, verifica-se uma situação idêntica à dos Açores em termos de escolaridade. Os indivíduos que têm até 4 anos de escolaridade são os mais representativos. Não obstante, as escolaridades nesta população são ainda mais baixas do que as existentes no arquipélago em geral.

Quadro 8 - Concelho dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010)

		2008		2009		2010	
		N	%	N	%	N	%
Concelho	Lagoa	48	13.8%	31	9.3%	74	13.3%
	Nordeste	68	19.6%	58	17.5%	89	16.0%
	Ponta Delgada	94	27.1%	104	31.3%	139	25.0%
	Povoação	30	8.6%	35	10.5%	89	16.0%
	Ribeira Grande	75	21.6%	58	17.5%	114	20.5%
	Vila Franca do Campo	32	9.2%	46	13.9%	50	9.0%
Total		347	100.0%	332	100.0%	555	100.0%

Fonte: DREQPDC

No que se refere à residência dos ocupados, em 2008, é possível apurar que o Concelho de Ponta Delgada é quem absorve um maior número, em parte pelo maior número de instituições e de residentes relativamente a outros Concelhos. Assim, o Concelho de Ponta Delgada representa 27,1% dos beneficiários da ilha de S. Miguel, seguindo-se do Concelho da Ribeira Grande com 21,6% e do Concelho do Nordeste com 19,6% dos beneficiários.

Em 2009, verifica-se que é o Concelho de Ponta Delgada, com cerca de 31,3%, que apresenta mais indivíduos a integrarem o Programa Prosa, seguindo-se dos concelhos do Nordeste e Ribeira Grande com igual valor, 17,5%.

Em 2010, Ponta Delgada foi, novamente, a que mais teve desempregados de longa duração ocupados no Prosa com cerca de 25%, seguindo-se o Concelho da Ribeira Grande com cerca de 20,5%.

Quadro 9- Entidade dos beneficiários do Prosa, Ilha de S. Miguel (2008, 2009 e 2010)

		2008		2009		2010	
		N	%	N	%	N	%
Entidade	Câmaras Municipais	141	40.6%	118	35.5%	283	51.0%
	Serviços Públicos	10	2.9%	5	1.5%	10	1.8%
	IPSS	139	40.1%	132	39.8%	142	25.6%
	Juntas de Freguesia	50	14.4%	57	17.2%	106	19.1%
	Cooperativas	5	1.4%	4	1.2%	0	0%
	Escolas	1	0.3%	1	0.3%	0	0%
	Centros de Saúde	0	0%	7	2.1%	2	0.4%
	Bibliotecas	0	0%	4	1.2%	0	0%
	Clínicas	0	0%	0	0%	11	2.0%
	Outros	1	0.3%	4	1.2%	1	0.2%
	Total	347	100.0%	332	100.0%	555	100.0%

Fonte: DREQPDC

Por último, as entidades que receberam mais beneficiários do programa Prosa em 2008 foram as Câmaras Municipais com 40,6%, seguindo-se as IPSS com valor idêntico (cerca de 40,1%). De seguida, aparecem as Juntas de Freguesia com 14,4%. As escolas e outros serviços ou entidades são as entidades menos representativas da distribuição com 0,3%.

Em 2009, contrariamente ao ano de 2008 onde se regista o maior número de integrações nas Câmaras Municipais com 40,6%, verifica-se que é nas IPSS que os beneficiários são mais integrados (cerca de 39,8%), seguindo-se das Câmaras Municipais com 35,5%.

Por fim, no que respeita às entidades integradoras, em 2010, tal como em 2008, as Câmaras Municipais foram as entidades que mais integraram beneficiários do Programa Prosa, seguindo-se das IPSS com cerca de 25,6% dos ocupados.

Apresentação de resultados

Para melhor compreensão dos dados apresentados, ir-se-á aplicar as construções teóricas desenvolvidas a uma categoria social específica, neste caso os beneficiários do programa Prosa. Procurar-se-á confrontar as três hipóteses deste trabalho através das informações obtidas nas entrevistas aprofundadas.

Estas foram realizadas a indivíduos que passaram pelo Programa Prosa e que, actualmente, já o terminaram, com intuito de analisar a trajectória de emprego, conhecendo a história de cada indivíduo, e verificar se este passou por uma *trajectória de emprego em carrossel* (Diogo F. , 2010).

Neste sentido, foram contactadas seis instituições (IPSS), as quais tiveram a seu cargo beneficiários do Programa Prosa e com os quais ainda mantêm contacto. As entrevistas foram realizadas nas próprias instituições.

Como sabemos, “os espaços são socialmente conotados e demarcados, não são terrenos neutros” (Diogo F. , 2003). A escolha por realizar as entrevistas nas instituições onde os beneficiários estiveram inseridos teve as suas consequências. Por um lado, permitiu “uma maior familiaridade dos indivíduos com o espaço que os cerca que é um espaço seu. A relação assimétrica de poder que é a relação de entrevista fica, assim mitigada” (Diogo F. , 2003). Nestas entrevistas sentiu-se o entrevistado mais à vontade, falando mais descontraidamente. Outra vantagem deste espaço foi a tranquilidade da entrevista, sem interrupções. Por outro lado, percebe-se que, se as entrevistas decorressem no domicílio, alguns entrevistados estariam mais à vontade para falar mais sobre a sua experiência de vida, como foi visível nas entrevistas 1, 2 e 3, nas quais os entrevistados pareciam estar inibidos, abordando os temas inquiridos de forma muito fechada.

Acrescente-se, por fim, que atendendo à grande proximidade destas instituições com os beneficiários, foram estas a fazer os contactos.

Assim sendo, foram efectuadas doze entrevistas, em seis instituições diferentes. Os entrevistados têm idades compreendidas entre os 24 e os 63 anos de idade, sendo 6 indivíduos do sexo masculino e 6 do sexo feminino. No que se refere à escolaridade, um entrevistado tem a 1ª classe, um a 3ª classe, seis a 4ª classe, três o 9º ano e um o 12º ano.

Os entrevistados aquando a sua integração no Prosa, estão desempregados ou a terminar outro programa de ocupação. Por norma, são identificados com o estatuto de “apoiado” e o seu percurso profissional varia entre períodos de emprego ou ocupação e desemprego (Pedroso, 2005). A passagem destes pelo Prosa permite-lhes um sentido social de desempenho de uma ocupação útil e a gratificação que daí resulta (Pedroso, 2005).

Inicialmente, tinham sido efectuadas dez entrevistas, mas optou-se, mais tarde, por realizar mais duas, tendo em conta que, em três delas, os entrevistados não estavam muito à vontade para partilharem a sua história e, por isso, os entrevistados limitaram-se a dar respostas sucintas às perguntas da entrevistadora e às tentativas desta em estabelecer um diálogo proveitoso. As restantes entrevistas foram analisadas de acordo com as técnicas expostas no

capítulo referente às opções metodológicas, tendo, em média, uma duração de quarenta minutos.

Segue-se, na tabela abaixo, a caracterização síntese dos beneficiários.

Quadro 10 – Caracterização dos beneficiários

Data	Instituição	Hora	Freguesia de residência	Sexo	Entrevistado	Idade	Escolaridade
03/07/2012	A	13h30	Fajã de Cima	Masculino	1	49	4º ano
03/07/2012	A	14h30	Fajã de Cima	Masculino	2	24	9º ano
03/07/2012	B	16h30	Fenais da Luz	Masculino	3	26	9º ano
06/07/2012	C	09h00	Capelas	Feminino	4	47	4º ano
06/07/2012	C	10h00	Capelas	Feminino	5	50	4º ano
12/07/2012	D	14h00	Fajã de Baixo	Feminino	6	54	4º ano
12/07/2012	D	15h00	Fajã de Baixo	Masculino	7	51	12º ano
19/07/2012	E	14h00	S. Roque	Feminino	8	46	4º ano
19/07/2012	E	14h35	S. Roque	Feminino	9	49	1º ano
19/07/2012	E	15h25	S. Roque	Feminino	10	54	3º ano
04/12/2012	F	10h00	Rosário - Lagoa	Masculino	11	51	9º ano
04/12/2012	F	14h00	S. José – Ponta Delgada	Masculino	12	63	4º ano

De seguida, apresenta-se a análise de conteúdo das entrevistas. O primeiro tema a ser tratado será a escolaridade, seguindo-se o emprego, a trajectória no programa Prosa e, por fim, a projecção e imaginação em relação ao futuro.

Capítulo II – A escolaridade

Como já referimos anteriormente, o Prosa constitui uma medida de política pública de emprego destinada a desempregados. Trata-se de indivíduos que se encontram em situação de

desemprego há pelo menos 180 dias, que não tenham recusado qualquer oferta de emprego compatível com a sua inserção em programas de inserção e qualificação compatíveis e que estejam inseridos em grupos desfavorecidos (Resolução nº 189/2002 de 26 de Dezembro).

Nas entrevistas efectuadas, foi possível verificar que a maioria dos indivíduos que passaram pelo programa Prosa são indivíduos que têm escolaridade muito baixa. A maior parte tem o 1º ciclo ou menos, tendo abandonado a escola muito cedo por motivos diversos, como podemos analisar no quadro seguinte.

Quadro 11 – Abandono Escolar

Entrevista	Idade	Motivo declarado	Categorização
1	49	“...a nossa vida não dava para estudar mais e fui trabalhar...”	Instrumental
2	24	“Na altura são as cabeças novas, a gente quer trabalhar e depois também a minha mãe na altura tinha um mini-mercado e eu comecei a ajudar e depois acabei por desistir”.	Instrumental
4	47	“Passei sempre, não continuei mais por necessidade de ir trabalhar porque a minha mãe tinha seis filhos [...] foi para ajudar os meus pais...”	Instrumental
5	50	“[...] meu sonho era ter continuado a estudar, mas como éramos 9 em casa, a minha mãe ficou viúva muito cedo, não pude continuar. Os meus irmãos eram tudo abaixo de mim e eu tive que avançar.”	Instrumental
8	46	“Minha mãe não tinha possibilidades de me pagar os estudos, meu pai morreu eu era pequenina, tinha 6 anos quando meu pai morreu.”	Instrumental
12	63	“Trabalhar, para ajudar a família. No tempo era muito difícil, um pai só a trabalhar para uma casa de família, cinco filhos e uma senhora. Era muito difícil!”	Instrumental
9	49	“Eu tive na escola até aos 13 anos, sempre na 1ª classe, nunca deu nada”.	Insucesso escolar
10	54	“Eu já não tinha idade de estar na escola. Antigamente era assim.”	Insucesso escolar
3	26	“Não gostava nada de estudar, era muito preguiçoso.”	Insucesso escolar
6	54	“Não quis estudar mais na altura, arrependi-me depois.”	Desgosto
7	51	“Estudei, por acaso no Canadá, estava lá a estudar até ao fim quase até à universidade [...] depois saí de lá fui para a minha empresa, eu abri uma empresa sozinho” [depois essa rede que eu estive que se chama <i>mafious</i> [...] eu meti-me com esse pessoal [...]]	Comportamento desviante
11	51	“Naquela idade eu não quis ir para a escola, então arranjei trabalho e eu fui trabalhar”	Abandono escolar

Neste quadro apresentado é possível verificar que um dos entrevistados abandonou os estudos por vontade própria, pelo facto da escola não ser uma instituição com a qual se identificava [Abandono Escolar]. O abandono deste entrevistado “é em grande parte o produto de uma relação de desafeição pessoal pela instituição escolar” (Rocha, Tomás, & Santos, 2005).

Outros três entrevistados abandonaram a escola devido ao insucesso escolar, um por comportamento desviante, o que originou a que mais tarde tivesse sido repatriado e seis por razões instrumentais. As razões instrumentais referem-se aos motivos que levam o entrevistado a desistir da escola, não por sua vontade, mas por circunstâncias alheias à sua vontade. É uma situação que lhe é imposta pela família. Nas razões instrumentais salienta-se as grandes dificuldades económicas, o falecimento de membros da família a quem incumbia de dar o sustento e o facto de terem irmãos menores no agregado. Em todas estas situações está associado o trabalho infantil, facto que levou os entrevistados a abandonarem cedo a escola. Nos Açores, o trabalho infantil⁵ apresenta-se “como um fenómeno ilegal, que reproduz situações de desigualdade, pobreza e de exclusão [...], surgindo com mais incidência naqueles que têm menos recursos económicos, sociais e culturais” (Rocha, Tomás, & Santos, 2005), como é o caso destes beneficiários.

Por fim, um entrevistado abandonou a escola porque “não quis estudar mais na altura”, arrependendo-se mais tarde.

No que respeita à transição escola- trabalho e ao primeiro emprego dos entrevistados verificamos algumas diferenças de género.

No caso das mulheres, verificamos que quando estas abandonam a escola raramente entram directamente para o mercado de trabalho. Numa primeira fase, passam algum tempo em casa, a ajudar a progenitora nas actividades diárias relacionadas com a vida doméstica e apoiando os irmãos mais novos. Posteriormente, saem de casa e ingressam no mercado de trabalho. Contudo, fazem-no ingressando em empregos precários. Trata-se de trabalhos a dias, conseguidos através dos pais em casas ou empresas de pessoas conhecidas da rua. Alguns destes trabalhos eram de carácter sazonal: em épocas de mais trabalho eram, de novo, contactadas para trabalhar. Nenhuma destas empresas ou casas onde as entrevistadas estiveram faziam um contrato de trabalho. Os trabalhos executados eram o apoio a contabilidade (entrevista 6), “dar

⁵ Entende-se por trabalho infantil todo o trabalho que foi desenvolvido por crianças entre os 6 e os 15 anos, quer seja para a própria família quer seja por conta de outrem, incluindo o trabalho domiciliário, tendo ou não recebido salário em géneros ou dinheiro (Rocha, Tomás, & Santos, 2005).

dias” (entrevista 4 e 8), hotelaria (entrevista 5), “rasgar tocas” [trabalho em estufas] (entrevista 9), costura (entrevista 10).

Relativamente aos homens, quando abandonavam a escola iam trabalhar fora, geralmente com o pai na mesma profissão. Os empregos obtidos remetiam para trabalhos, igualmente, precários e penosos, exigindo muita força braçal. É o exemplo das profissões de “cabreiro” [pastor] (entrevista 1), merceeiro (entrevista 2), construção civil (entrevista 3, 7), operário (entrevista 11), canalizador (entrevista 12). Como no caso das mulheres, estes trabalhos eram conseguidos através de pessoas da família ou de pessoas conhecidas na rede de vizinhança. No que respeita à legalidade do trabalho, nunca foi efectuado nenhum contrato de trabalho.

O abandono escolar surge, assim, como nos refere Guerreiro & Abrantes (2007) como o resultado de acontecimentos marcantes que obrigam ao afastamento da escola, sejam eles pela necessidade urgente de conseguir dinheiro, doença prolongada, gravidez, como também pelo facto de possuírem experiências marcadas pelo desinteresse e pelo insucesso.

No caso dos Açores, a desafeição e insucesso escolar, embora de pequena expressão numérica quando encaradas em termos relativos, não deixam de merecer reflexão. Para Rocha *et al* (2005),

se extrapolarmos para o conjunto do universo açoriano, não podemos ignorar o número de crianças [...] e adolescentes que apresentam algum insucesso escolar, da ordem dos 15.000, bem como o dos que não têm uma boa relação com a instituição escolar, da ordem dos 5.500

(Rocha, Tomás, & Santos, 2005)

Deste modo, podemos dizer que o abandono escolar tem como consequência a inserção no mercado de trabalho secundário e uma baixa posição social, uma consequência social de primeira ordem.

Alguns autores, como Centeno (2001) consideram que a fraca escolarização destes indivíduos fragiliza a sua situação de emprego, dificultando, por isso, a sua integração no mercado de trabalho. Esta situação é visível no relato dos entrevistados.

Quando questionados se a escola poderia ter-lhes proporcionado uma vida melhor, se a tivessem terminado [ver tabela seguinte], os entrevistados 2, 3, 10 e 11 responderam que consideram a escola importante na vida de uma pessoa e que, por vezes, a falta de escolaridade pode ser um *handicap* à integração socio-profissional. A entrevistada 10 é mais específica e

afirma que ter mais escolaridade, além de lhe poder proporcionar uma vida melhor, poderia ter um salário melhor, um emprego mais estável (“podia estar efectiva ou mais qualquer coisa”).

Os entrevistados 1 e 4 consideram, também, que a escola assume um papel importante no futuro dos indivíduos, mas não é uma condição *sine qua non*, ou seja, a escola não é uma condição necessária para futuramente conseguir emprego. Para estes, “não falta quem tenha estudos aí altíssimos e está desempregado e é mais fácil quem tem escolaridade tão pouca como a que eu tive e conseguir emprego” [entrevista 4]. Contrariamente aos entrevistados 2, 3, 10 e 11 que veem a escola como um apoio para melhorar a sua vida, ter um emprego mais qualificado, os entrevistados 1 e 4 veem a escola apenas como uma ajuda para conseguir um emprego. Neste sentido, formam um grupo de transição com o conjunto seguinte de entrevistados, os que são cétricos sobre as vantagens de uma maior escolaridade.

No que se refere aos restantes entrevistados (entrevistas 5, 6, 7, 8, 9, 12), estes consideram que as habilitações não são determinantes para a obtenção de um bom emprego. Para estes indivíduos, na conjuntura actual, o desemprego não escolhe idade nem habilitações, atingindo tudo e todos. Os entrevistados 5, 7 e 12 afirmam mesmo que a baixa escolaridade nunca foi impedimento para conseguirem emprego. A entrevista 5 relata bem esta situação:

onde eu estive houve pessoas, raparigas novas que foram comigo [estudar] e tinham estudos, elas não passaram e eu passei. Portanto, isso às vezes não tem nada. Porque eu também tenho uma filha que é assistente social e que não tem emprego

As restantes entrevistas, 7 e 12, relatam que a escolaridade não influencia a vida profissional. No caso destes em concreto, o que correu mal foram actos dos próprios que resultaram em repatriamento do país onde se encontravam.

Quadro 12 – Relação Escolaridade – Emprego

Entrevista	Motivo declarado	
	Motivo optimista	Motivo pessimista
1		"[Ter mais estudos] derrepente podia ser mais fácil. Mas eu acho que não porque eu vejo tanta gente aí nova com o décimo segundo ano e décimo terceiro e estão desempregadas"
2	"Eu acho que tinha mais hipóteses, pelo menos com o décimo segundo tinha mais hipóteses"	

3	"Acho que sim, mas também é derivado à cabeça da pessoa. Por exemplo, eu não, porque eu não gosto de estudar..."
4	"Sim e não, porque é assim: não falta quem tenha estudos aí altíssimos e está desempregado e é mais fácil quem tem uma escolaridade tão pouca como a que eu tive e conseguir emprego [...] ajuda muito e eu acho bem que estudem, que tenham, claro, outros serviços..."
5	"Isto é assim: eu tenho a 4ª classe e mesmo com ela eu tirei sempre os meus cursos todos. Onde eu estive, houve pessoas, raparigas novas que foram comigo e tinham estudos, elas não passaram e eu passei. Portanto, isso às vezes não tem nada. Porque eu também tenho uma filha que é assistente social e que não tem emprego".
6	" Eu penso que [a escolaridade] não [podia ter proporcionado uma vida melhor], querida".
7	"[...] se eu não me metesse com certas pessoas estava ainda lá, estava a fazer obras ainda [...] Não teve nada a ver com os estudos, os estudos eu tinha, cabeça eu tinha! Foi mais a influência dos amigos"
8	"Talvez, talvez. Para mim, acho que era a mesma coisa, da maneira que a vida está..."
9	"Ai, eu não sei, porque agora o que a gente vê é que há pessoas que têm os estudos bem adiantados e não têm serviço, estão em casa parados. Não é tanto os estudos que faz a gente arranjar serviços bons e melhores que aquilo, né? Mas eu acho que pelo menos saber ler..."
10	"Podia ser, né? Podia estar ganhando mais, né? E, se eu tivesse o 12º aqui, podia estar efectiva ou mais qualquer coisa, né? [...] Também tinha mais saber, né? Eu sei muita coisa, mas o saber não ocupa lugar."
11	"Derrepente, eu penso que era. Era mais fácil."

“Nem por isso porque o tempo que eu vivi na América, os rapazes e raparigas [...] estão no *high school* [...] Sabe o que é que eles estão a fazer? A virar hamburguers na Mc Donalds! [...] Os estudos não iam fazer muita diferença na minha vida. [...] Mesmo agora aqui, rapazes, ouço falar de pessoas, estão na universidade alguns e estão a trabalhar na Mc Donalds [...].”

Em síntese, pode-se verificar que os entrevistados apresentam uma fraca escolarização. A sua escolaridade é igual ou inferior ao 12º ano. Apenas um tem o 12º ano, três o 9º ano e a maioria (8 entrevistados) tem escolaridade igual ou inferior ao 4º ano (primeiro ciclo). Paralelamente, a análise da transição escola-emprego permitiu perceber que todos estes entrevistados passaram por uma pluralidade de empregos, de carácter temporário, precário, mal remunerado, sem nunca ser legalizado através de contrato de trabalho (algo que analisaremos com mais detalhe no capítulo seguinte).

Confrontando os dados obtidos com a primeira hipótese de trabalho, verifica-se que, de facto, a escolaridade condiciona a vida profissional dos beneficiários do Programa Prosa. Apesar disso, o discurso da maioria dos entrevistados é ambíguo. Por um lado, consideram que a escola não condiciona a sua vida profissional. Por outro, relatam um percurso profissional precário e um difícil acesso ao mercado de trabalho e reconhecem que a sua fraca escolarização não lhes permite um trabalho estável e duradouro.

Neste sentido, pode-se concluir que existe uma distância entre os discursos e o percurso. No decorrer da entrevista, os entrevistados, embora algumas vezes indirectamente, vão reconhecendo a importância do papel da escola e o testemunho do seu percurso profissional é revelador das dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Capítulo III – O emprego

Como vimos anteriormente, os entrevistados têm, poucas habilitações, e, por isso, como nos assinala Centeno (2001), parecem ser os que mais sofrem com as novas regras do mercado de trabalho, tendo em conta que revelam uma menor capacidade para resolver os problemas decorrentes da crescente precariedade das actividades profissionais a que têm acesso.

Por diversas razões, saíram precocemente da escola e integraram muito cedo o mercado de trabalho, colaborando na economia doméstica, como vimos. Importa salientar a diferença entre os sexos. Enquanto os homens abandonam a escola e integram logo o mercado de trabalho, normalmente no mesmo trabalho que o progenitor, as mulheres passam algum tempo em casa na lida diária, antes de integrarem o mercado normal de trabalho.

No que respeita ao primeiro emprego, e revisitando os dados acima apresentados com mais pormenores, verifica-se que 3 dos entrevistados (entrevistas 1, 2 e 6) quando deixaram a escola foram trabalhar em pequenas actividades agrícolas ou de comércio com os pais. As entrevistadas 4, 5, 8 e 9 quando saíram da escola ficaram algum tempo em casa, ajudando nas tarefas diárias da casa. Destas quatro, uma entrevistada conseguiu emprego no mercado normal de trabalho. As outras três tinham trabalhos muito precários, normalmente a dias, em casas ou empresas de alguém conhecido e, por isso, colaboravam em épocas de mais necessidade (trabalho sazonal). Os restantes cinco entrevistados (entrevista 3, 7, 10, 11 e 12) conseguiram emprego no mercado de trabalho, muito embora um deles trabalhasse por conta própria e outro com o pai no emprego deste. Contudo, estas integrações no mercado de trabalho não foram muito duradouras.

Importa acrescentar um dado importante, nomeadamente a idade com que iniciaram a sua actividade profissional. Verificamos que, à excepção dos entrevistados 2 e 3 que têm menos idade, os restantes abandonaram cedo a escola, em média aos 12 anos, e conseqüentemente integraram muito cedo o mercado de trabalho. Verificamos, também, uma diferença na entrada para o mercado de trabalho no que respeita ao género. Enquanto os homens, após o abandono escolar, integram de imediato o mercado de trabalho, as mulheres ficam algum tempo em casa, na ajuda das tarefas domésticas, apoiando a progenitora nos cuidados aos irmãos mais novos. No caso das entrevistas 5, 6 e 9 a entrada para o mercado de trabalho aconteceu mais tarde, isto é, houve um hiato entre a saída da escola e o ingresso no mercado de trabalho. Já as entrevistadas 4, 8 e 10, apesar de terem ingressado no mercado de trabalho mais tarde, comparativamente com os homens entrevistados, a sua integração no mercado de trabalho aconteceu após um curto período em casa, no apoio às tarefas domésticas do agregado familiar. A sua entrada mais tardia no mercado de trabalho ficou a dever-se ao facto do seu apoio ser fundamental na realização das actividades de vida diária do agregado.

Quadro 13 – Idade do início da Actividade Profissional

Entrevistado	Idade que iniciou a sua actividade profissional
1	10 anos
2	17 anos
3	18 anos
4	9 anos
7	7 anos
8	12 anos
10	12 anos
11	16 anos
12	14 anos
5	Saiu da escola mas começou a trabalhar aos 17 anos
6	Não se lembra. Ficou em casa e só depois, mais tarde, foi ajudar o pai na contabilidade
9	Saiu da escola aos 13 anos e começou a trabalhar aos 14 anos

Como vimos, os entrevistados abandonaram cedo a escola e, conseqüentemente, entraram cedo no mercado de trabalho. A instabilidade no emprego é visível a partir do primeiro emprego dos entrevistados. Estes conseguiram empregos precários, através de um membro da família ou da rede de vizinhança (entrevista 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11 e 12) e, além de precário, não o conseguiram manter. Quer os homens, quer as mulheres demonstraram muitas dificuldades em manter-se no mercado normal de trabalho, embora essa dificuldade seja mais frequente no caso das mulheres.

Esta maior frequência, para o caso das mulheres, é particularmente visível nas beneficiárias entrevistadas. Os homens, apesar das dificuldades em integrarem-se no mercado de trabalho, conseguem emprego com mais facilidade e durante mais tempo. No caso das mulheres existe uma dificuldade acrescida em se integrarem no mercado de trabalho. Por um lado, é-lhes incumbida a responsabilidade de tomar conta dos filhos, por outro, a maior parte dos trabalhos que ocupam estes indivíduos são trabalhos penosos, exige muita força braçal, daí que seja dada preferência aos homens. Verificamos uma especialização por género. Os homens tendem mais a ocupar empregos mais penosos. As mulheres ocupam, maioritariamente, empregos que estendem no mundo do trabalho as competências domésticas (“dar dias”, empregadas domésticas). Em ambos os sexos, os empregos ocupados são precários e, por norma, temporários. Os períodos entre o desemprego e uma nova ocupação tendem a ser muito longos para ambos os sexos.

Por um lado, verificamos que todos os entrevistados têm uma grande instabilidade no emprego e sucessivas mudanças de emprego para áreas de trabalho distintas. Quer isto dizer que, sempre que os entrevistados mudavam de emprego, mudavam igualmente de profissão. Por outro, verifica-se que a maioria dos trabalhos por onde passam não faz qualquer tipo de contrato de trabalho e as relações laborais são precárias.

Trata-se de trabalhadores em transição entre o emprego e o desemprego (Pedroso, 2010). Isto é particularmente visível com o entrevistado 12. A sua integração no Programa Prosa ficou a dever-se ao facto de ter sido repatriado dos Estados Unidos da América. Até então, trabalhou em oito empregos diferentes de áreas distintas. Primeiro, abandonou a escola com 14 anos de idade e foi trabalhar com o pai, na mesma entidade que este, como canalizador na Câmara Municipal da Horta. Depois, alistou-se no Serviço Militar, como obrigação da época, e cumpriu missões de guerra do Ultramar, na Guiné. Entretanto, regressa ao Faial, de onde era natural, e viaja para o Canadá, para onde os pais já se encontravam. No Canadá foi trabalhar para a mesma companhia que o pai trabalhava. Por sua iniciativa e com desejo de se autonomizar, abandona este trabalho e viaja para a América, onde tinha alguns familiares, e foi trabalhar para uma empresa de cogumelos, após ter visto um anúncio no jornal. Pouco tempo depois casou-se e abandonou este trabalho. Entretanto, fica algum tempo desempregado. Mais tarde, e através de um amigo, consegue um emprego numa fábrica (de fazer facas). Algum tempo depois, pede ao responsável da empresa um aumento no vencimento. O pedido é recusado e demite-se. Mais tarde, consegue emprego noutra fábrica, de confecção de roupa, também na América. Depois, a fábrica fecha e foi trabalhar com um amigo, a dias. Por fim, consegue emprego numa empresa de metais, onde fica empregado mais tempo. Nesta empresa consegue mesmo ser encarregado de serviço. Trabalhou nesta empresa até ser deportado. Apesar do entrevistado ter trabalhado em diversas fábricas, todas de grande dimensão, verbalizou nunca ter legalizado a sua situação contractual, isto é, nunca assinou um contrato de trabalho. Apesar dos vínculos contratuais na América do Norte serem diferentes dos vínculos contratuais portugueses, verifica-se que este entrevistado teve vínculos contractuais precários, sempre marcados por períodos de sucessivas mudanças de emprego e períodos marcados entre o emprego e o desemprego.

Esta situação não é particular deste entrevistado, verifica-se situações idênticas com os entrevistados 1, 5, 10 e 11. Já os restantes entrevistados, apesar de terem igualmente percursos precários, a situação é ainda mais complicada. Em regra, o percurso típico é o seguinte: após abandono escolar, começaram por trabalhar nas mesmas empresas que os pais, no caso dos homens e, no caso das mulheres, após algum período em casa, foram “dar dias” a pessoas conhecidas, vizinhos, pessoas do bairro. Os trabalhos por onde passaram foram arrançados

mobilizando a rede de relações pessoais, pessoas amigas, conhecidas e próximas. Contudo, grande parte da sua vida é marcada pelo desemprego. Esta situação é especialmente visível na entrevista 4. Esta entrevistada abandonou a escola aos 9 anos. Começou por trabalhar em casa, ajudando a progenitora a tomar conta da casa e dos irmãos mais novos. Mais tarde, foi “dar dias”, primeiro numa casa de uma senhora da mesma rua onde morava e, mais tarde, de outras vizinhas. Depois deste trabalho, teve outros, desta vez sazonais, como estufas e vinhas. A entrevistada relata que nunca foram trabalhos duradouros e fixos, e não teve qualquer contrato. Entre os diversos trabalhos, esteve desempregada durante períodos longos. O principal actor a quem recorria a pedir ajuda para conseguir emprego era, normalmente, a assistente social que a acompanhava.

Analisando genericamente a trajectória de emprego de cada entrevistado, verifica-se que o emprego é visto por eles como uma conquista, cada vez mais difícil de alcançar. Consideram igualmente que o emprego é, cada vez mais, mais escasso.

Esta dificuldade é particularmente sentida pelos entrevistados 1, 4, 8, 9 e 11. Para o entrevistado 1, “ficou complicado”, dado que quando saiu do Prosa nunca mais trabalhou. Refere ainda que tem perguntado, às pessoas que conhece, por trabalho, mas não consegue “pois isso está ruim”. Também para a entrevistada 4, a situação é muito difícil. Após o Prosa não conseguiu emprego e o marido encontra-se igualmente desempregado. Verbaliza estar sempre “a pedir [emprego] de um lado e de outro” e não consegue. Continua inscrita no Centro de Emprego e recorre frequentemente à assistente social que a acompanhou e a instituições da freguesia. A entrevistada 8 refere que “da maneira que as coisas estão...está complicado [conseguir emprego]. Vai-se fazer esse voluntariado até nosso senhor querer”. Da mesma forma, a entrevistada 9 “desejava era ficar de vez no emprego” que está [actualmente encontra-se a fazer voluntariado na instituição em que realizou o Prosa], embora considere um desejo “impossível”. O entrevistado 11 gostaria de trabalhar numa fábrica, nomeadamente uma “fábrica de cigarros ou uma coisa assim.” Mas, pensa “que eles não têm trabalho”, que se lá for “eles vão dizer que não, que não há trabalho.”

Importa destacar a centralidade das redes informais na busca de trabalho. Todos os entrevistados manifestaram, no seu discurso, o recurso a pessoas chegadas, amigos, conhecidos e família. É através destes que conseguem sempre o emprego. No caso da integração no programa Prosa, os entrevistados recorrem às instituições de apoio social próximas da sua residência e por quem já foram acompanhados ou à assistente social. De qualquer forma, o que está em causa é a existência de redes sociais de fraco alcance para a procura de emprego, colocando os entrevistados em desvantagem face a outras categorias sociais onde se mobilizam outro tipo de meios para efeitos de procura de emprego.

Para entendermos um pouco mais sobre o percurso profissional dos beneficiários do programa Prosa precisamos definir temporalmente o percurso destes. Assim, e com o auxílio da tabela seguinte, iremos definir quatro momentos, nomeadamente o antes do Prosa, durante o Prosa, pós-Prosa imediato e pós-Prosa actual.

Importa esclarecer estes dois últimos momentos, pós-Prosa imediato e pós-Prosa actual. O pós-Prosa imediato refere-se ao momento que sucede ao *terminus* do programa Prosa, isto é, o que o beneficiário fez, em termos profissionais, exactamente a seguir ao programa ter terminado. O pós-Prosa actual refere-se ao momento em, que se realizou a entrevista. Em relação a este último momento, procurou-se saber se os entrevistados estão e como estão ocupados ou integrados no mercado de trabalho. Verificou-se que, em média, a distância temporal entre o pós-Prosa imediato e o pós-Prosa actual é de 1 ano e meio.

Da tabela seguinte interessa salientar o flagrante contraste entre a forma como os entrevistados acederam ao Prosa, por via institucional, e a forma como têm acedido aos empregos, através da mobilização de redes informais de conhecidos.

Quadro 14 – Ocupação dos Beneficiários Antes, durante e depois do Prosa

Os beneficiários antes, durante e depois do Prosa				
Entrevistado	Como foi contactado	Tempo	O que fez a seguir ao <i>terminus</i> do programa	Situação actual
1	Técnica de Serviço Social da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano e meio	"Eu nunca mais trabalhei"	Desempregado
4	Técnica de Serviço Social da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano	[estou desempregada] "e o meu marido também está desempregado"	Desempregada
5	Centro de Emprego	1 ano	"Estava um mês e qualquer coisa desempregada quando me chamaram logo, até que eu disse: nem deu tempo para respirar! [...] voltei para o Hotel [...] tive lá um ano e meio, mas também por causa de uma baixa do turismo, viemos embora"	Desempregada
8	Dirigente da Direcção da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano e meio	"Depois fiquei uns dias em casa e depois comecei a fazer voluntariado"	[Voluntariado] Desempregada
9	Dirigente da Direcção da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano e meio	"Eu tive assim... depois tive em casa, vim outra vez, chamaram-me outra vez. Agora é que estou fazendo [voluntariado]"	[Voluntariado] Desempregada

11	Técnica de Serviço Social da IPSS que o acompanhou desde a sua chegada da América	1 ano e meio	“(…) eu estou no fim do desemprego por dois anos, eu fiz os papéis e eles deram-me mais um ano.”	[Voluntariado] Desempregada
12	Técnica de Serviço Social da IPSS que o acompanhou desde a sua chegada da América	1 ano e meio	“Eu e o XXXX [outro utente] começámos na mesma altura [o Prosa] e acabámos na mesma altura e estamos agora os dois no fundo do desemprego por causa disso.”	[Voluntariado] Desempregada
2	Centro de Emprego	1 ano e meio	"Depois fui para casa, tive um ano desempregado. Entretanto, novamente pelo Centro de Emprego chamaram-me para fazer novo prosa e agora estou a fazer novo prosa noutra instituição [...]"	PROSA
10	Dirigente da Direcção da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano e meio	"A primeira vez que fiz o Prosa foi aqui nesta instituição. Depois, fiz o voluntariado, eles deram-me três anos, foi logo, não chegou a um mês! E agora estou no Prosa outra vez!"	PROSA
3	Centro de Emprego	1 ano e meio	"Continuo aqui nesta instituição, mas noutro programa. Encontro-me a fazer um CTTS"	CTTS
6	Centro de Emprego	1 ano e meio	"[...] disseram-me: a Sra. Vai ter paciência, vai ficar uns dias em casa e depois então vai ser novamente chamada para passar para o CTTS"	CTTS
7	Centro de Emprego	1 ano e meio	"Eles gostaram, foi tão bom o meu serviço que eu hoje estou aqui! Isso já foi há dois anos para trás. Eu fiz o meu serviço, ele [Presidente da Direcção] gostou do meu serviço, meteu-me no Prosa, depois para outro programa [CTTS], estou aqui a trabalhar!"	CTTS

No primeiro momento, o momento **antes do Prosa**, verificamos, através do quadro anterior, que cinco dos entrevistados foram contactados pelo Centro de Emprego (entrevistas 2, 3, 5, 6, 7) para frequentarem o programa Prosa.

Os outros sete (entrevistas 1, 4, 8, 9, 10, 11 e 12) foram contactados por Técnicos ou dirigentes das IPSS pelos quais foram acompanhados ao longo do tempo para participarem no programa. No caso do entrevistado 1 a Técnica de Serviço Social da IPSS mais próxima da sua residência já conhecia o seu agregado pois a esposa já tinha sido beneficiária do Prosa naquela instituição. Quando terminou o programa, a situação financeira do agregado complicou-se e a Técnica de Serviço Social voltou a contactá-los, mas desta vez, para ser o marido a integrar o programa. As entrevistadas 4, 8, 9 e 10 tinham sido beneficiárias do Rendimento Social de

Inserção e, através das técnicas de Serviço Social e Dirigentes das instituições onde estavam a ser acompanhadas, foram encaminhadas para serem integradas no Prosa. Finalmente, os entrevistados 11 e 12 são duas pessoas que foram repatriadas dos Estados Unidos da América e estavam a ser acompanhadas por uma entidade especializada para o efeito. Foi através dos Técnicos de Serviço Social desta instituição que foram encaminhados para integrar este programa ocupacional.

Relativamente ao segundo momento, **durante o programa Prosa**, frequentaram o programa 1 ano e meio os entrevistados 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, ficando depois a beneficiar do subsídio de desemprego. As entrevistadas 4 e 5 frequentaram-no apenas um ano por falta de verbas por parte da entidade que as recebeu. A passagem pelo Prosa torna-se uma *tábua de salvação* (Diogo & Roque, 2006) para o momento de aflição e que se torna num suporte económico provisório, atendendo a que o programa tem a duração de um ano, podendo ser renovado por um período de mais 6 meses.

No terceiro momento, no **pós-Prosa imediato** 6 entrevistados (entrevistas 1, 4, 8, 9, 11 e 12) indicaram que ficaram desempregados, embora dois se encontrem a fazer actualmente voluntariado e outros dois continuem na instituição em regime de ocupação, 5 entrevistados (entrevistas 2, 3, 6, 7 e 10) ficaram desempregados e 1 entrevistada (entrevista 5) acabou por conseguir, algum tempo depois, encontrar emprego no mercado de trabalho.

Finalmente o quarto momento, o **pós-Prosa actual**, verificamos que, de momento, encontram-se 7 dos entrevistados (entrevista 1, 4, 5, 8, 9, 11 e 12) desempregados de um total de 12. Destes, os entrevistados 8, 9, 11 e 12 encontram-se a receber o Subsídio de Desemprego e prestam serviço de voluntariado nas instituições onde foram integrados no Prosa como forma de ocupação. Os entrevistados 2 e 10, após terem participado no programa Prosa ficaram algum tempo em casa, usufruindo do Subsídio de Desemprego. Algum tempo depois foram contactados novamente pelo Centro de Emprego e integrados, de novo no programa Prosa. Por fim, os entrevistados 3, 6 e 7 após o término do programa Prosa foram integrados no programa CTTS⁶.

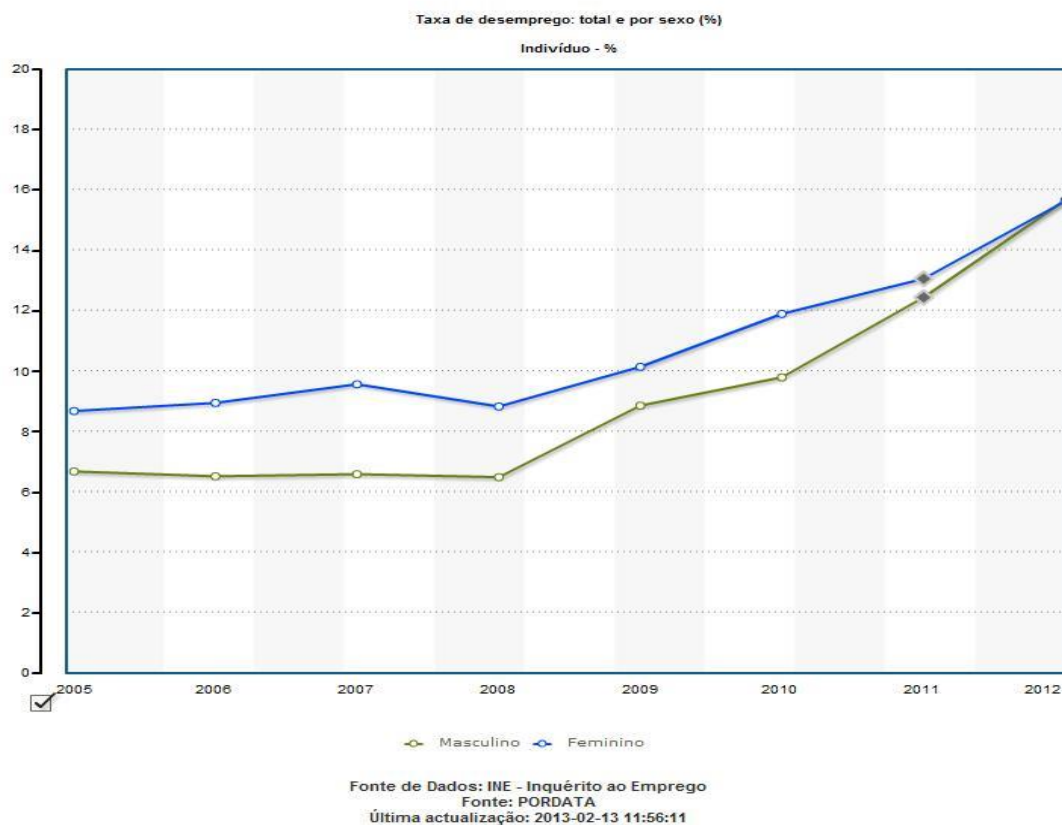
Resumindo, verifica-se que a maioria se encontra actualmente desempregada e com muitas dificuldades em aceder ao mercado de trabalho. Os restantes entrevistados encontram-se ocupados novamente em programas ocupacionais, seja o Prosa ou o CTTS. Quer isto dizer

⁶ O CTTS – Ocupação Temporária de Trabalhadores Beneficiários de Subsídio de Desemprego – consiste num programa ocupacional de desemprego que visa o envolvimento dos desempregados em trabalho de utilidade social, valorizando as suas competências, para além da produtividade social resultante, contribuindo para a atenuação dos efeitos sociais negativos do desemprego e para o aumento da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho (Decreto Regulamentar Regional nº 9/2008/A, de 7 de Maio).

que, após o término do programa Prosa, apenas uma entrevistada conseguiu emprego no mercado normal de trabalho, embora temporariamente. Algum tempo depois estava, de novo, desempregada (entrevistada 5). Nenhum dos outros entrevistados integrou o mercado de trabalho ou ficou a trabalhar nas instituições onde fizeram o Prosa. Alguns entrevistados (entrevistados 8, 9, 11 e 12), apesar de desempregados e de usufruírem, até ao momento em que decorreu a entrevista, de subsídio de desemprego, continuam na mesma instituição onde realizaram o Prosa em regime de voluntariado/ ocupação, a exercer as mesmas funções anteriores. Isto significa que estes últimos entrevistados passaram de uma situação precária para uma situação ainda mais precária.

Como podemos analisar no gráfico abaixo, referente à Taxa de Desemprego total e por sexo para Portugal, houve um grande aumento do desemprego de 7,6% em 2005 para 15,7% em 2012. Este aumento, em mais do dobro, explica-se pelo contexto económico que se vive, o que dificulta a integração dos indivíduos no mercado normal de trabalho. Apesar de 2007 para 2008 haver uma ligeira queda de 0,4%, nos restantes anos, continuou a registar-se um aumento da taxa. No que respeita aos sexos, verificamos que, no caso dos homens há um aumento maior a partir de 2009. A partir desta data a taxa continuou a aumentar. No caso das mulheres, para o período de 2009 a 2011 a taxa de desemprego é sempre superior à dos homens. De 2007 para 2008 sofre uma ligeira descida, em cerca de 0,8%, voltando a subir em 2009. Finalmente em 2012, acompanha um ritmo idêntico ao dos homens, com a diferença de 0,1%.

Figura 2 - Taxa de desemprego total e por sexo



No que respeita à procura activa de emprego, medida exigida pelo Centro de Emprego a todos os desempregados, podemos afirmar que se trata de uma tarefa que é sempre influenciada por outros actores, além dos beneficiários.

Os actores que se envolveram na procura de um novo emprego podem ser classificados em dois tipos, os **coadjuvantes**, cujo papel foi o de facilitar a procura e o ingresso no novo emprego e os **dificultadores**, aqueles que, no dizer, dos entrevistados, desenvolveram acções que dificultaram a procura de emprego.

Importa salientar aqui que os entrevistados recorreram a redes de apoio diferentes em dois momentos.

O primeiro momento, já mencionado anteriormente, refere-se ao facto dos indivíduos, sempre que necessitavam de emprego, recorrem a redes informais, para o conseguir. É o exemplo dos pais, amigos, vizinhos ou empresas ou entidades da área de residência.

No segundo momento, verifica-se a partir do momento em que se envolvem no Prosa Neste, destaca-se o apoio institucional ao emprego, através do envolvimento dos técnicos, o qual adquire importância. Esta transformação no apoio à procura de emprego não teve muito

impacto na trajetória profissional dos entrevistados, dado que quase todos se encontram desempregados. Desta forma, as transformações dos apoios à busca de emprego não conseguiram ultrapassar os constrangimentos provocados por um contexto social de crescente desemprego.

Entre os **coadjuvantes**, revele-se o papel de profissionais, normalmente uma técnica da instituição onde fizeram a candidatura do Prosa, que lhes indicava onde podiam procurar emprego e lhes dava concelhos (entrevistas 1, 4, 8, 9, 10, 11 e 12), em outros casos, outro personagem assumia esse papel (entrevistas 2, 3, 5, 6 e 7) de que é exemplo a Agência de Emprego e Qualificação Profissional.

No caso dos **dificultadores**, algumas entrevistadas indicaram o marido (entrevista 8 e 9) como principal causador de não trabalhar. Contudo, a maioria dos entrevistados acusa a crise de lhes dificultar o acesso ao mercado de trabalho.

Relativamente aos papéis de género, verificámos uma diferença acentuada no que se refere à mulher e ao homem no que respeita à procura do emprego. No caso das mulheres, a procura é geralmente mais difícil comparativamente com os homens. As mulheres integraram mais tarde o mercado de trabalho, depois de terem abandonado a escola. Neste sentido, pode-se dizer que, por um lado, as mulheres estão mais associadas à vida doméstica. Ser mãe, cuidar dos filhos, gerir a economia doméstica funciona como alternativa activa a uma construção da identidade a partir do trabalho (Diogo & Roque, 2006). Por sua vez, as próprias características do tipo de trabalho – subalterno, precário, clandestino e desqualificado – que realizam (como “rasgar tocas”, “dar dias”) no mercado de trabalho impede-as de desenvolverem uma identidade de ofício ou de empresa (Diogo & Roque, 2006). Podemos ver o exemplo das entrevistadas 8 e 9. Estas acederam tardiamente ao programa Prosa pelo facto dos conjugues não consentirem a sua saída diária de casa para trabalhar. Também a entrevistada 10 frequentou, igualmente, o Prosa mais tarde por ter de prestar os cuidados básicos à progenitora que se encontrava acamada e em fase terminal. No caso da entrevistada 4 a sua integração no Prosa também foi adiada pelo facto do conjugue ter sofrido um grave acidente e precisar de cuidados básicos da esposa. É de salientar que todas estas quatro entrevistadas foram, entretanto, apoiadas pelo Rendimento Social de Inserção.

Por outro lado, os seus empregos são muitas vezes, extensões no mundo do trabalho das suas actividades domésticas, algo que remete para uma divisão tradicional dos papéis familiares (Diogo & Roque, 2006). As actividades profissionais exercidas por estas mulheres caracterizam-se pela sua precariedade e clandestinidade, mas igualmente, pela escassez de recursos que propiciam, como referido noutra estudo (Diogo & Roque, 2006).

Posto isto, podemos afirmar que “estamos na presença de beneficiários típicos com uma inserção profissional no mercado de trabalho secundário” (Diogo F. , 2003) como indica as variáveis escolaridade e emprego analisadas.

Esta precarização do emprego dos beneficiários do programa Prosa entrevistados parece ser resultado da sua fraca escolarização. Diogo (2003) afirma que os “valores em causa são resultado de uma saída relativamente precoce da escola, não raras vezes contra a franca oposição dos pais, associada a um percurso marcado pelo insucesso”.

Por um lado, assiste-se a uma inserção débil no mercado de trabalho pois está fortemente ligada a vínculos contratuais frágeis (Pedroso, 2005). Por outro, o período de tempo em que se encontram empregues é curto, sendo os trabalhos caracteristicamente penosos, perigosos, precários (Diogo F. , 2010).

No que respeita às profissões declaradas antes de serem integrados no Prosa, estas caracterizam-se, por serem profissões desqualificadas ou fracamente qualificadas como “cabreiro” (pastor), servente de pedreiro, merceeiro, “dar dias” (empregada doméstica), “rasgar tocas” (estufas), costura, operário, canalizador, mas envolvendo também serviços de hotelaria e contabilidade que esgotam a totalidade dos casos.

Apesar de no guião da entrevista não constar qualquer questão sobre a situação de emprego dos membros do agregado familiar e desta também não ter sido colocada aos entrevistados no decorrer da entrevista, os mesmos foram dando a conhecer a sua situação familiar. Na sua maioria, são provenientes de famílias com carência económica e social, tendo reproduzido essas características nos seus agregados de procriação, dado que se caracterizam pela escassez de habilitações escolares e pelo fraco enquadramento no mercado de trabalho, verificando-se a “persistência no tempo, quer na vida os indivíduos, quer intergeracionalmente” (Diogo F. , 2003) de uma situação de grande fragilidade social e económica.

No que respeita à situação de emprego dos membros do agregado, verifica-se que os restantes elementos têm igualmente situações de desemprego, empregos desqualificados e precários, associados a outros problemas de ordem social como maus tratos, deficiência e alcoolismo.

Analisando a segunda hipótese, podemos verificar que esta é válida, ou seja, os beneficiários do Prosa são indivíduos que apresentam uma trajectória de emprego precária. Dos doze entrevistados, actualmente 7, após integração no programa Prosa, encontram-se, de novo, desempregados e sem perspectivas futuras de conseguir emprego. Os restantes 5 entrevistados regressaram 2 ao programa Prosa e 3 foram integrados, pela primeira vez, no programa CTTS. Em todo o caso, todos os 5 entrevistados foram, novamente, integrados em programas de ocupação e não no mercado normal de trabalho.

É caso para se dizer que existe um flagrante contraste entre as intenções do programa no sentido de ser uma ponte o desemprego e o emprego (Pedroso, 2005) e a realidade da inexistência de empregos para estes indivíduos.

Apesar deste estudo não poder ser generalizável à totalidade dos beneficiários do programa Prosa, coloca-se a hipótese de as conclusões deste trabalho serem extensíveis a todos os beneficiários deste programa ocupacional. Julgamos que esta questão só poderá ser resolvida através de uma avaliação extensiva onde exista uma amostra estatisticamente significativa.

Na figura 2, relativa à taxa de desemprego, por sexo, em Portugal dos anos 2005 a 2012 pode-se acompanhar a evolução do desemprego, ao longo dos últimos anos. Apesar de serem as mulheres as mais afectadas pelo desemprego, também os homens não escapam a este flagelo. Os Programas ocupacionais como o programa Prosa, face a estes níveis de desemprego, correm o risco de serem sucedâneos do subsídio de desemprego e não pontes entre o emprego e o desemprego.

Alguns autores (Hespanha & Matos, 2000), após avaliação da aplicação destas medidas, salientam que todas trazem consigo efeitos positivos, mas, em simultâneo, efeitos perversos.

Desta forma, são apresentadas como aspectos positivos a possibilidade de permitir melhorar as qualificações e estimular a empregabilidade dos trabalhadores desempregados através da sua participação no mercado de trabalho, contribuindo simultaneamente para o aumento da auto-estima e para a sua autonomia (Hespanha & Matos, 2000). Podemos apreender, assim, que as políticas activas representam uma reacção positiva à cultura de dependência e uma preocupação pela realização de direitos sociais básicos, designadamente o direito ao trabalho (Hespanha & Matos, 2000). Neste sentido, este processo favorece o acesso à plena cidadania e ao elevar da ética do trabalho ao pilar central da sociedade (Hespanha & Matos, 2000).

Como aspectos negativos, Hespanha e Matos (Hespanha & Matos, 2000) referem que muitos autores atribuem às medidas activas a responsabilidade de condicionarem o acesso aos benefícios sociais, bem como à liberdade e autonomia dos próprios trabalhadores. Por outro lado, as políticas activas criam uma nova massa de excluídos, resultante da redução do nível de bem-estar. Na actual conjuntura, onde se verifica uma crescente incerteza ligada à actual crise económica, mas também no contexto do aumento paulatino do emprego precário e das formas intermediárias entre o emprego e desemprego (como o programa ocupacional Prosa), coloca-se a questão de estarmos perante um reforço da tendência de valorização de valores extrínsecos face a esta dupla ameaça (Diogo F. , 2010). Os beneficiários do Prosa parecem estar a ser duplamente marginalizados.

Acresce ainda, que as políticas activas, por se fazerem acompanhar de elevadas obrigações para os desempregados, podem conduzir a uma responsabilização destes pela sua situação de exclusão, descartando assim os padrões, as empresas e o capital de qualquer responsabilidade por tal situação, para além de que se tendem a converter num processo unilateral gerador de um mercado de trabalho secundário, de ocupações meramente temporárias e empregos inapropriados a conduzir à efectiva inserção profissional dos trabalhadores activados (Hespanha & Matos, 2000).

P. Hespanha e Matos (2000) referem também algumas reflexões sobre as políticas públicas de emprego até então implementadas. Segundo o autor, quem, muitas vezes, participa em projectos de activação não goza dos mesmos direitos que os restantes trabalhadores, muitas vezes as políticas de emprego não fazem os indivíduos acederem ao mercado de trabalho, antes criam situações de inserção artificiais e temporárias. De igual modo, a selectividade dos programas de políticas activas associadas à pouca fiscalização podem conduzir a resultados não esperados, há também uma debilidade dos contratos de inserção, onde não se verifica políticas personalizadas, com o consentimento dos beneficiários e na negociação da sua inserção.

Quer a situação de desemprego, quer o regresso a programas de ocupação de desempregados encontram-se em situação precária. Aliás, esta situação confirma a ideia de “trajectória de emprego em carrossel” defendida por Diogo (2010).

No primeiro caso, os 7 entrevistados (entrevistas 1, 4, 5, 8, 9, 11 e 12) encontravam-se, numa fase inicial em situação de desemprego e com grandes dificuldades em integrar-se no mercado normal de trabalho.

No segundo caso, os restantes 5 entrevistados (entrevistas 2, 3, 6, 7, 10) estavam desempregados, foram integrados no programa Prosa, após um ano e meio ficaram desempregados e, novamente, são integrados em programas ocupacionais como o Prosa e o CTTS.

Capítulo IV – Trajectória no Programa Prosa

Como vimos anteriormente, o primeiro contacto que os beneficiários têm com o programa Prosa passa pela sua inscrição no Centro de Emprego. Passados seis meses, os desempregados inscritos têm a possibilidade de ser integrados no Prosa por um período de um ano. Após este período, o beneficiário goza de um mês de férias e a instituição na qual está inserido pode solicitar prorrogação do programa por mais seis meses. No caso específico dos

entrevistados, apenas as entrevistadas 4 e 5 estiveram um ano no programa. Os restantes puderam participar 1 ano e meio.

A forma como tiveram conhecimento para participar no Prosa não foi igual para todos. Como também já dissemos anteriormente, alguns entrevistados foram contactados pelo assistente social do Centro de Emprego, outros pelos técnicos das instituições próximas da sua área de residência e outros através da assistente social que os acompanhava através da prestação do RSI. Pode-se afirmar que estes contactos têm em comum o facto de serem contactos institucionais, facto que contraria as formas habituais declaradas pelos entrevistados para conseguirem emprego, ou seja, os contactos através da sua rede informal de sociabilidades.

Questionados sobre o que é o Prosa, os entrevistados demonstraram ter conhecimento do programa, funcionamento e durabilidade do mesmo. Esta informação foi-lhes transmitida pelos contactos institucionais da sua área de residência.

Quando inquiridos sobre o que mudou o Prosa na sua vida, após terem participado no programa todos eles consideram que foi “uma ajuda preciosa”. Para alguns entrevistados, o Prosa constituiu um momento importante na sua vida, o qual interrompeu um momento de desemprego (entrevistados 1 e 4), embora quando o programa terminou não tenham conseguido integrar-se no mercado de trabalho. O entrevistado 2 refere que se não tivesse sido o Prosa ainda estaria em casa, em parte devido ao seu problema de deficiência motora. Alguns entrevistados referiram ter aprendido a desenvolver as suas competências pessoais e sociais como cumprir horários (pontualidade), comparecer todos os dias no emprego (assiduidade), responsabilização por tarefas (entrevistados 3, 8 e 12), uma aprendizagem para trabalhar em equipa (entrevistada 4), ou seja, estes entrevistados referem-se à melhoria das suas competências pessoais para o emprego. Para outros, o Prosa constituiu uma realização profissional (entrevistada 5), uma sorte (entrevistado 7). Para as entrevistadas 9 e 10, o Prosa permitiu-lhes uma autonomia financeira. Para o entrevistado 11 foi um complemento financeiro para fazer face às suas despesas. É de salientar que os entrevistados 9, 10 e 11 revelam o impacto do rendimento do trabalho.

Apesar das respostas anteriormente verbalizadas pelos entrevistados, quer directa, quer indirectamente, todos eles veem o programa Prosa como uma medida de apoio social, desempenhando um papel importante, no sentido de redução das tensões do quotidiano, ou seja, “como um complemento dos seus rendimentos que lhes permite uma vida mais desafogada, sobretudo nos gastos mais básicos, entre os quais avulta a comida” (Diogo F. , 2003).

Contudo, o Prosa não influenciou os inquiridos de forma igual.

Em primeiro lugar, o Prosa influenciou as entrevistadas 8 e 9 a nível social e relacional. São duas senhoras, ambas desempregadas há muito tempo, por influência dos conjugues que as

impediam de ter uma vida profissional. As mesmas relataram ainda situações de maus tratos de que foram vítimas no passado por parte dos maridos. Para estas, o Prosa permitiu uma autonomização financeira, possibilitando mais recursos no agregado sobre a sua gestão, por um lado, e por outro, permitiu uma valorização de si, contacto com outras pessoas, isto é, permitiu-lhe uma melhoria na sua vida social.

Em segundo, possibilitou a cinco das entrevistadas (entrevistas 4, 5, 6, 9 e 10) redescobrir novas capacidades profissionais, ou seja, as entrevistadas descobriram uma nova profissão. Todas elas estiveram ocupadas pelo Prosa como Auxiliares de Apoio ao Idoso, embora em entidades diferentes. Estas relataram que inicialmente tinham uma ideia pré-concebida de que seria um trabalho penoso, difícil, pouco valorizado e de que não seriam capazes de o fazer. Com o passar do tempo, foram-se habituando e, segundo a entrevistada 5 “acabei por gostar, acabei por me amarrar muito às pessoas”. As entrevistadas, em especial a entrevistada 5 refere que este êxito na sua integração nesta área de trabalho “depende da equipa de trabalho que nós temos”. Actualmente, as entrevistadas só se reveem a fazer este tipo de trabalho. Adquiriram, portanto, uma identidade profissional, uma profissão, no Prosa, embora fragilizada pela situação de desemprego que vivem.

Em terceiro, os entrevistados 1, 2, 3, 7, 11 e 12 valorizam o Programa Prosa, considerando que este foi crucial no momento em que surgiu na sua vida, mas resolve apenas a sua situação no imediato, por se tratar de uma resposta temporária. O entrevistado 1 refere que, para si “ficou complicado foi quando” saiu “daqui do Prosa” pois nunca mais trabalhou. O entrevistado 2 refere que “o programa não resolve o problema, mas sempre ajuda. Se não fosse o programa ainda estava em casa”. Este considera que, no seu caso ainda se torna mais grave, por se tratar de uma pessoa portadora de deficiência: “se, para as outras pessoas é difícil, e nós temos de ser sinceros, para mim com este problema ainda é pior”. Os restantes entrevistados (entrevista 3, 7, 11 e 12) valorizam muito o programa, embora estejam preocupados com o fim do programa em que se encontram novamente inseridos (Prosa ou CTTS) ou com o fim do subsídio de desemprego.

Podemos assim entender que todos os entrevistados valorizam o Prosa, embora o façam por motivos algo distintos. Assim, alguns valorizam a aprendizagem de uma nova profissão e a satisfação que dela retiraram. Neste caso, os indivíduos são todos do sexo feminino e a sua satisfação está associada a uma profissão específica, nomeadamente a de Trabalhador Auxiliar de Apoio ao Idoso. Os restantes realizam uma valorização instrumental do programa, quer salientando a ocupação que representa, quer relevando os rendimentos obtidos.

Tratam-se de formas de valorização muito distintas. A primeira remete-nos para valorização pós-moderna da actividade laboral (a realização pelo trabalho) e a segunda para

uma perspectiva tradicional (a visão do trabalho como um instrumento para se ter algo, dinheiro ou ocupação) (Diogo F. , 2010).

Quando questionados se, após ter participado no Prosa, esta experiência lhes permitiu abrir novas portas para o emprego (ver tabela seguinte), alguns entrevistados (entrevista 1 e 2) consideram o Prosa um programa que os ajudou numa fase difícil da sua vida, embora afirmem que o seu *terminus* os deixou em situação idêntica aquando o início do programa. Os entrevistados 7, 10 e 11 veem o Prosa como um bom emprego. Esta situação, ver o programa como um emprego em si próprio, contrasta com os objectivos do programa, nomeadamente, melhorar a empregabilidade dos desempregados ocupados, favorecendo a criação de hábitos de trabalho e de um melhor conhecimento do mundo laboral; promover a aproximação entre potenciais empregadores e os desempregados com menor empregabilidade; criar mecanismos de inserção e reinserção social (Resolução do Governo Regional dos Açores nº 189/2002 de 26 de Dezembro).

Devido à sua escassez de recursos, o programa foi visto mais como um emprego e não tanto como um programa de ocupação de emprego. A expectativa destes entrevistados, ao terminar o programa, é o de arranjar outro programa semelhante, facto que se verificou com os entrevistados 2, 3, 6, 7 e 10, que voltaram a estar inseridos em programas de ocupação como o CTTTS e o Prosa pela segunda vez. O entrevistado 11 encontra-se ainda em situação de desemprego. De facto, quando os entrevistados terminaram o programa, à excepção da entrevistada 5 que conseguiu emprego, os restantes ficaram desempregados ou integraram, de novo, outro programa ocupacional.

Quanto às entrevistadas 8 e 9, o Prosa assumiu outra importância. Vítimas de maus tratos, este tornou-se, por um lado, uma forma de emancipação, dado que puderam ter alguma autonomia financeira, muito embora durante um tempo relativamente reduzido. Por outro lado, permitiu-lhes o contacto com o mercado de trabalho, longe dos olhares do companheiro e família, partilhar amizades e estar ocupadas.

Nas entrevistas 4 e 5, os entrevistados, afirmaram que o fim do programa deixou-os numa situação de fragilidade.

Quadro 15 – Como os beneficiários veem o Prosa

Entrevistado	Como vê o Prosa
1	"Ficou complicado foi quando saí daqui do Prosa. Eu nunca mais trabalhei. Este programa ajudou-me na altura [...] O pior é que este programa é só um ano e meio, se tivesse mais tempo [...] Já ajudava mais alguma coisa pois todo o dinheiro que vier é sempre pouco"
2	"O programa não resolve o problema, mas sempre ajuda. Se não fosse o programa ainda estava em casa. [...] Na altura ajuda, é pouco o ordenado, mas é sempre um dinheirinho que a gente conta ..."
3	[Nada relevante]
4	[Nada relevante]
5	[Nada relevante]
6	[Nada relevante]
7	"[...] o PROSA é uma coisa muito boa. Dá para ir 6 meses e aqueles 6 meses veem se aquela pessoa vale mais 6 meses, depende do que está fazendo e vai abrindo as portinhas, está a perceber?"
8	"[o PROSA] para mim foi bom, querida, pelo menos uma pessoa distraía, tinha aquela preocupação de sair todos os dias."
9	"[o PROSA mudou] tudo, os problemas em casa, tudo. Dinheiro para entrar [...] É que eu não tinha rendimentos, o meu marido na altura gostava daquilo, da pinguinha [vinho] [...] Senti-me valorizada [...]"
10	"Ah mudou muito! Eu não tinha dinheiro! É pouco, mas com pouco se contém e nada é pior! [...] Eu tive mais amizades, eu conheci mais pessoas, tive mais contactos, isso é tudo assim! Ajudou-me bastante!"
11	"[O PROSA] Ajudou, deu-me uma ajuda, que eu não tinha nada! Ajudou-me com as coisas que eu precisava, coisas que eu podia comprava: roupa."
12	[Nada relevante]

Os entrevistados verbalizaram ser muito agonizante não ter certezas sobre a possibilidade de virem a ter um emprego e de, assim, aliviar a escassez de recursos. Os entrevistados 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 12 verbalizam que, frequentemente e insistentemente entram em contacto com os técnicos e dirigentes das IPSS, com intuito de conseguirem um emprego ou ocupação. É de salientar que, para estes, uma ocupação como o Prosa é vista por eles como um trabalho.

Alguns destes entrevistados (entrevistados 1, 4, 5, 8, 9 e 12) referem que outra dificuldade que têm ao aceder ao mercado de trabalho reside no facto de terem mais 45 anos de idade.

Esta situação de emprego precária que intercalada com períodos longos de desemprego é para os entrevistados uma situação agonizante, sobretudo do ponto de vista económico. Isto é particularmente visível no final da entrevista quando a maioria dos entrevistados solicitam emprego à entrevistadora (entrevistas 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 9).

Capítulo V – Projectão e Imaginação em relação ao futuro

Uma outra dimensão de análise do nosso trabalho diz respeito aos projectos profissionais dos entrevistados no futuro. Assim, colocámos algumas questões que nos permitem conhecer as atitudes, posições e expectativas dos entrevistados face ao seu futuro profissional. Interessou-nos, deste modo, conhecer quais os seus projectos de emprego, quais as diligências efectuadas para reencontrar emprego e quais as suas perspectivas e o que os preocupa relativamente ao mercado de trabalho.

No que se refere ao primeiro ponto, nomeadamente aos projectos de emprego desejados podemos afirmar que encontramos três situações distintas.

Em primeiro, temos entrevistados que, nos seus **projectos futuros**, gostariam de regressar ao mercado normal de trabalho, nomeadamente os entrevistados 1, 4 e 11. Para os entrevistados 1 e 4 qualquer trabalho serviria, desde que fosse um trabalho regular. Para o entrevistado 11 o seu sonho seria conseguir emprego na fábrica de tabaco.

Em segundo, os entrevistados 2 e 12 afirmam que, futuramente gostariam de voltar a estudar. No caso do entrevistado 2 gostaria “se calhar de tirar o décimo segundo”. O entrevistado 12 encontra-se a estudar: “estou na escola, estou a tirar o meu curso de informática, de computadores [...]. Quando acabar isto vou para a rede valorizar, vou fazer o meu power-point e tiro o meu 9º ano do liceu”. É de salientar que estas duas situações são distintas. Enquanto o entrevistado 2 tem um vago projecto de voltar à escola, o outro encontra-se já envolvido na melhoria da escolarização. No entanto, ambos veem a sua fraca escolarização como um *handicap* à sua reintegração no mercado de trabalho. No caso do entrevistado 12, o problema agrava-se atendendo à sua idade (63 anos). De certa forma, a situação do entrevistado 12, apesar de mais concreta, é sobretudo de ocupação e valorização, dado que, com a idade que tem, mais facilmente se reformará a curto prazo do que arranjará um emprego. Nesse sentido, acaba por não se afastar muito do entrevistado 2.

Em terceiro, os entrevistados 3, 5, 6, 7, 8, 9, e 10 verbalizam ter gostado de estar integrados num programa de ocupação e desejavam poder continuar em programas como o Prosa e o CTTS, de preferência na mesma instituição onde tinham sido colocados da última vez

(“vou ficar aqui um ano que é enquanto eu receber o subsídio de desemprego [refere-se ao programa CTTS]. Gostava muito de ficar aqui [na instituição onde está integrado] ”). No caso dos entrevistados 5, 6, 7, 9 e 10 o seu interesse prende-se mais com a realização profissional e convívio entre colegas e utentes das IPSS. Já para os entrevistados 3 e 8, as razões são de ordem instrumental, gostariam de continuar para poder continuar a usufruir de uma contribuição económica.

Quanto ao segundo ponto, as **diligências tomadas** para reencontrar emprego, encontramos seis situações desiguais.

Em primeiro, o entrevistado 11 verbalizou que o seu sonho de emprego era trabalhar na fábrica de tabaco. Contudo, nunca fez nada para o conseguir e sair da sua situação de desemprego.

Em segundo, os entrevistados 2 e 8 não sabem o que fazer. O entrevistado 2 diz não saber o que fazer, se calhar será melhor voltar a estudar. Já a entrevistada 8 considera que a situação actual é muito complicada e conseguir emprego é muito difícil, principalmente para si que tem uma escolaridade baixa. Podemos dizer que se trata de uma situação que se pode classificar como de **desemprego desesperado**.

Em terceiro, os entrevistados 1, 9 e 12 referem dar o nome no Centro de emprego e não fazer mais nada. Para estes, a partir dos 45 anos é muito difícil conseguir emprego. Verbalizaram, ainda que o Centro de Emprego não os obriga a uma procura activa de emprego, mas apenas a comparecer quando solicitado. Podemos considerar esta situação como configurando o **desemprego instalado**. Acrescente-se que o entrevistado 12 regressou à escola, através do Programa Oportunidades para tirar o 9º ano de escolaridade.

Em quarto, o entrevistado 3 refere que “se a instituição quiser ficar comigo, continuar comigo, tudo bem. Senão, já se sabe que eu tenho que me inscrever novamente no fundo do desemprego”. Trata-se, novamente, do que designámos por **desemprego instalado**.

Em quinto, os entrevistados 4, 5, 6 e 10 referiram procurar sempre os técnicos e dirigentes das IPSS a saber da possibilidade de poderem retomar algum programa de ocupação. Desta forma, podemos condensar esta atitude na ideia do **desemprego inconformado**, iludido.

Por fim, o entrevistado 7 mencionou fazer uma procura activa de emprego nas instituições da freguesia, como é exemplo a Junta de Freguesia. Trata-se de outro caso de **desemprego inconformado**.

Quadro 16 – Diligências tomadas para reencontrar emprego

Entrevistado	Diligências tomadas para reencontrar emprego	Motivo declarado
1	Não é possível fazer mais nada atendendo à sua idade	"Agora eles dizem que não é preciso [ir até ao Centro de Emprego] porque a gente é mais de quarente e cinco anos, a gente já não precisa dessas coisas..."
9	Inscriver-se no Centro de Emprego	"Só tenho o nome no fim do desemprego, é só, não tenho noutra sítio. Não posso concorrer porque eu não sei ler, não sei escrever e para ficar aqui estão pedindo o 9º e o 10º ano e eu não tenho essas coisas"
12	Inscriver-se no Centro de Emprego	" [...] eu e o XXXX [outro utente] começámos na mesma altura e acabámos [o Prosa] na mesma altura e estamos agora no fundo do desemprego [...]. Se isto acabar, eu tenho que ir procurar para outro lado. [...] Porque é que eu estou a tirar o 9º ano? Se um dia mais tarde isto acabar, oxalá não acabe, mas que acabe, que não dê mais coisas, a pessoa tem que ir procurar trabalho para outro lado"
3	Inscriver-se no Centro de Emprego	"Se a entidade quiser ficar comigo, continuar comigo, tudo bem, senão já se sabe que eu tenho que me inscrever novamente no fundo de desemprego"
2	Não sabe o que fazer	"Agora não sei o que fazer, se calhar tirar o 12º ano [...]"
8	Não sabe o que fazer	"Não sei. [silêncio] Da maneira como as coisas estão...está muito complicado! Vai-se fazer voluntariado até Nosso Senhor querer!"
4	Procurar os técnicos e/ou dirigentes das IPSS	" A Dra. XXXX [...] venho ter com ela várias vezes, eu até tenho-a encontrado ali na praça na hora de almoço e eu passo por ela, não tenho vergonha, já não tenho vergonha, eu penso que não estou a ter pecado nenhum, estou a pedir trabalho!"
5	Procurar os técnicos e/ou dirigentes das IPSS	"Eu vou agora na quarta-feira, eu vou ao Centro de Emprego. Agora não sei se me vão chamar para aqui porque eu vim falar com a Dra. XXXX [...]"
6	Procurar os técnicos e/ou dirigentes das IPSS	"Eu gostaria de ficar sempre aqui [na instituição]. Disseram-me que já tinha acabado o prazo [...] Até chorei! Eu chorei com medo eu não voltasse para aqui. Depois o Sr. Da Direcção disse: oh mulher, tem calma! Tem calma porque acabaste agora o Prosa e podes ir para outro, para o CTTS."
10	Procurar os técnicos e/ou dirigentes das IPSS	"Eu já tenho o currículo aqui e já está no Centro de Emprego. Quando eu saio digo ao Sr. XXXX[Presidente da instituição]: Eu já acabei! E ele: oh, fica no fim do desemprego ou faz o voluntariado, daqui a dias a gente vai buscar pessoal!"

7	Instituições da Freguesia	"Já me pediram, também, aqui para a Junta de Freguesia, também já me pediram ali ao mestre XXXX, está efectivo à 30 e tal anos. Ele faz tudo como eu, mais ou menos, mas não tem aqueles diplomas que eu tenho e disseram-me que era para eu fazer lá o pedido. [...] Eu já tenho 3 opiniões, sítios para ir."
11	Nunca fez nada para alterar a sua situação de desemprego	"Eu gostava de ir assim para uma fábrica, uma fábrica de cigarros [...] nunca fui. Eu já pensei, dá-me na cabeça, mas eu nunca fui lá!"

Quanto ao último ponto, **perspectivas e o que os preocupa relativamente ao mercado de trabalho**, os entrevistados afirmam desejar conseguir emprego ou, pelo menos, regressar ao programa PROSA ou outro idêntico, o qual garantisse mensalmente rendimentos económicos (Diogo F. , 2010). Muito embora o desejassem muito, estão conscientes de que não é tarefa fácil, resultado da actual conjuntura económica que vem complicar ainda mais a entrada para o mercado de trabalho.

Na tabela seguinte podemos verificar que os entrevistados 1 e 4 têm como grande objectivo conseguir trabalho, muito embora essa tarefa seja dificultada pelo facto de terem mais de 45 anos. Manifestam igualmente grande preocupação com a falta de rendimentos, resultado da falta de emprego.

As entrevistadas 5 e 6, apesar de desejarem muito ter emprego, a sua prioridade é conseguir emprego na área de apoio ao idoso. Ambas consideram a descoberta desta profissão na sua vida como realização profissional. Já o entrevistado 11, o seu sonho passa por conseguir emprego, mas numa fábrica de tabaco. Considera este desejo muito difícil e fora do seu alcance.

Os entrevistados 3, 7, 8, 9, 10 e 12 gostariam de conseguir um emprego, embora seja na instituição onde estiveram inseridos no Prosa. Todos eles veem o Prosa como um emprego e não como um programa ocupacional de emprego, daí a entrevistada 10 refira que gostaria de continuar na instituição até receber a reforma.

Finalmente, o entrevistado 2, não sabe o que fazer, não tem grandes perspectivas em relação ao futuro.

Apesar de todos os entrevistados manifestarem como grande problema a falta de rendimentos económicos proveniente da falta de emprego/ocupação, são os entrevistados 1, 4 e 10 que o manifestam directamente. Todos os todos, essa preocupação é transmitida indirectamente ao longo do seu discurso.

Quadro 17 – Perspectivas e dificuldades dos beneficiários face ao mercado de trabalho

Entrevistado	Perspectivas	O que preocupa os entrevistados relativamente ao mercado de trabalho	Motivo declarado
1	Conseguir trabalho	Falta de rendimentos económicos	Esperava "era arranjar trabalho. Aquilo [Prosa] não dura para sempre. [...] É a demora do dinheiro chegar a casa que o dinheiro desaparece logo"
4	Conseguir trabalho	Falta de rendimentos económicos	"Conseguir um emprego. Não só por necessidade e também ajuda muito, sair de manhã trabalhar e voltar à noite e voltar para casa fazer a nossa vida, até nos dá saúde. Em casa a pensar na vida, numa coisa e noutra, a gente vai para baixo."
5	Conseguir trabalho como auxiliar de apoio ao idoso		"Se eu fosse assim até poder trabalhar era a profissão de apoio ao domicílio."
6	Conseguir trabalho como auxiliar de apoio ao idoso		"Olha querida, em termos de profissão, o que eu gostaria muito, é continuar [como auxiliar de apoio ao idoso]. [...] Pronto, é assim: eu quero seguir este tipo de serviço até eu poder."
11	Conseguir trabalho numa fábrica de tabaco		"Eu gostava de ir assim para uma fábrica, assim para uma fábrica de cigarros, uma coisa assim."
3	Conseguir trabalho na instituição onde está		"Gostava muito de ficar aqui [na instituição] ou então arranjasse outro serviço de seguida."
7	Conseguir trabalho na instituição onde está		"No futuro, Sra.? É trabalhar aqui."
8	Conseguir trabalho na instituição onde está		"[Gostava] de ter um trabalho fixo. Mas que fosse para aqui, que eu gosto muito. É mais pertinho de casa..."
9	Conseguir trabalho na instituição onde está		"Era de ficar de vez no emprego que eu estou! Mas acho que é impossível..."

10	Conseguir trabalho na instituição onde está	Falta de rendimentos económicos	"Eu gostava que eles me fossem sempre aguentando...até chegar à reforma. [...] Pois, eu tenho aquele dinheirinho está firme! [...] Sem dinheiro a gente não se termina"
12	Conseguir trabalho na instituição onde está		"Se isto acabar, tenho que ir procurar para outro lado. Porque é que estou a tirar o 9º ano? Se isto um dia mais tarde acabar, oxalá que não acabe, mas que acabe [...] a pessoa tem que ir procurar trabalho."
2	Não sabe, talvez estudar		" [...] durante um ano e meio trabalho não falta, eu sou-lhe sincero! Agora não sei o que fazer, se calhar tirar o 12º ano".

Interessou-nos, igualmente, inquirir os entrevistados quanto ao que consideram ser realização profissional ou satisfação profissional. A

‘satisfação no trabalho’ constitui um indicador da percepção que os indivíduos têm entre aquilo que são as suas expectativas perante o trabalho e aquilo que são as recompensas intrínsecas ou extrínsecas que efectivamente tiram dessas situações, passível de revelar os sentimentos de realização pessoal e de participação no sistema através do trabalho

(Rebelo, 2004 *cit in* Rodrigues, M. 1995)

Apesar de sempre receosos no futuro, os entrevistados recordaram com entusiasmo a experiência que tiveram no Prosa. Para a maioria dos entrevistados, a maior realização é mesmo conseguir um trabalho (entrevistas 1, 4, 5, 8, 9, 11 e 12). Esta resposta é consequência da sua condição de emprego – a de desempregado. Os restantes que se encontram, de novo, ocupados em programas de emprego, o seu desejo era continuar no Prosa ou no CTTS.

Face ao exposto, podemos dizer que estamos perante dois cenários. Por um lado, temos beneficiários que terminaram o Prosa e nunca mais conseguiram um emprego ou uma ocupação útil. Por outro, temos beneficiários, que terminando o Prosa, foram integrado, de novo, nos programas de emprego. Quer numa situação quer noutra estamos perante indivíduos com percursos de emprego precários. Ambos têm imensa dificuldade em integrar-se, de novo, no mercado de trabalho. A reintegração em programas de ocupação é a sua oportunidade de estar novamente em contacto com o mercado de trabalho, apesar desta situação ser duplamente precária, como abaixo se discute.

Por uma ocupação útil, os beneficiários recebem uma recompensa monetária pela sua actividade. O trabalho é encarado como um instrumento para a obtenção de determinados fins, como a satisfação das necessidades internas (Diogo F. , 2010).

Na actual conjuntura,

não apenas de uma crescente incerteza ligada à actual crise económica, mas também no contexto do aumento paulatino do emprego precário e das formas intermédias entre emprego e desemprego (como os estágios e os programas ocupacionais), a questão que se coloca é a de se não estamos perante um reforço da tendência de valorização dos valores extrínsecos face a esta dupla ameaça.

(Diogo F. , 2010)

No que respeita à área de trabalho em si, algumas entrevistadas consideraram a profissão exercida no Prosa como a profissão da sua vida (entrevistadas 4, 5, 6, 8, 9 e 10). As profissões em questão foram Auxiliar de Apoio ao idoso (entrevistadas 4, 5, 6, 9 e 10) e Serviço de lavandaria (entrevistada 10). No caso das entrevistas 11 e 12, os entrevistados responderam que o trabalho com o qual se identificaram mais e se sentiram mais realizados foi o trabalho que exerceram mais responsabilidade e poder, como o caso de operador de caixa e de encarregado de serviço, respectivamente.

No primeiro caso, na ocupação de Trabalhador Auxiliar de Apoio ao Idoso, as entrevistadas referiram ter muito receio no início da actividade por se tratar de uma profissão com tarefas específicas e de grande esforço físico e psicológico. Por se tratar de um público-alvo muito carente e solitário, o trabalho e atenção dispensado pelas beneficiárias era muito elogiado e considerado de grande utilidade quer pelos utentes das IPSS, quer pelos respetivos responsáveis. Este facto, de valorização do seu trabalho, fê-las gostar desta profissão e sentirem-se realizadas.

No segundo caso, para o entrevistado 11, a profissão de operador de caixa foi a melhor profissão que teve e de mais responsabilidade. Verifica-se, nesta situação, que o entrevistado sentiu-se valorizado pela empresa por assumir esta função. No caso do entrevistado 12, passados alguns anos afecto à mesma empresa, subiu de categoria, passando a ser encarregado geral, assumindo algumas funções de chefia para com os operários da secção que estava responsável. Por se tratar de uma função de mais responsabilidade, também ele, se sentiu valorizado pelas funções exercidas e pelo seu bom desempenho.

Resumindo, pode-se afirmar que as expectativas dos entrevistados são muito baixas. Além das suas dificuldades em aceder ao mercado de trabalho por falta de habilitações, não

acreditam na sua capacidade de conseguir emprego, estando, em vários, casos, a lidar com a situação do desemprego como desemprego instalado.

Posto isto, podemos confirmar a terceira hipótese de trabalho: as expectativas dos beneficiários do Prosa são influenciadas pelo seu percurso de emprego. Isto é, podemos confirmar que os entrevistados são influenciados pelo percurso de emprego precário que tiveram ao longo da vida e pelas baixas qualificações escolares que detêm.

Em resumo, confrontando a última hipótese de trabalho, percebemos que as expectativas dos entrevistados relativamente ao futuro são muito baixas. Isso é visível nos entrevistados 1, 9 e 11 que referem já não ser necessário procura activa de emprego pois o Centro de Emprego a isso não obriga e por isso também não esperam conseguir emprego e no entrevistado 11 que também não fez nada para concretizar o seu desejo de trabalhar na fábrica de tabaco e pois considera que “*derrepente* era preciso ir para a escola ou uma coisa assim”.

Assim, verifica-se, que as expectativas dos entrevistados assumem duas formas. Por um lado, os entrevistados perspectivam empregos precários ou (re)integração em programas de emprego que são temporários. Por outro, o tipo de emprego que desejam conseguir são empregos que exigem muita força física, penosos e mal remunerados. É o exemplo de operário, Trabalhador Auxiliar de Apoio ao Idoso, oleiro, carpinteiro.

Conclusões

Finda a elaboração deste trabalho, torna-se crucial apresentar as conclusões relativas às questões de investigação, confrontando as mesmas com os resultados empíricos.

Partindo da revisão bibliográfica, verificou-se que a precariedade no emprego assume um papel preponderante na vida dos indivíduos. A precariedade constitui um dos indicadores mais relevantes para podermos analisar as transformações estruturais que têm acontecido nos mercados de trabalho europeus nas últimas duas décadas (Oliveira & Carvalho, 2008). Alguns autores falam do *assalariado da precariedade* (Paugam, 2005), outros na *impossibilidade do emprego seguro*, modalidade que marcou as relações de emprego do pós-guerra (Oliveira & Carvalho, 2008).

Nos últimos vinte anos, ocorreram transformações profundas nos mercados europeus, com impactos significativos. Estes impactos ocorreram não apenas nas condições de trabalho e de emprego dos indivíduos, como também nos seus modos de vida. Assim, a precariedade não se restringe apenas ao âmbito económico da vida dos indivíduos e das famílias. Ela gera, igualmente, sentimentos de insegurança e de medo, um retraimento diante da possibilidade de construir projectos de vida e de organizar o futuro (Oliveira & Carvalho, 2008). Isto levou a alguns autores associarem a noção de risco (Beck, 2001) à presença crescente de consequências não esperadas, nem desejadas, do processo de modernização e pela generalização da insegurança.

O indivíduo deixa, assim, de poder contar com um emprego estável e seguro e passa a ser confrontado com outras formas de emprego, consideradas por alguns autores (Diogo F., 2007; Dias, 2005; Rebelo, 2004) como atípicas, fora do comum. É exemplo do trabalho a tempo parcial, o trabalho em regime de avença, trabalho temporário, entre outros. A generalização destas formas de emprego deixam os trabalhadores numa situação de desconforto. O indivíduo, por falta de alternativa, vê-se na obrigação de aceitar, pois, o trabalho precário, algo que é preferível ao desemprego.

No caso dos beneficiários de programas ocupacionais ou de outras medidas de política social a situação ainda é mais complexa. Tratam-se de beneficiários recorrentes de um sistema de protecção social que passam por diversas situações de fragilidade social. Essas situações implicam longos períodos de desemprego, de procura de emprego sem sucesso, fraca escolarização, trabalho a dias, biscates de carácter penoso, perigoso e temporário.

O acesso a recursos financeiros institucionais é uma estratégia de enfrentamento da situação. Na realidade, as políticas passivas (como é caso do subsídio de desemprego), não cobrem as necessidades decorrentes da perda ou falta de emprego. Ainda assim, os indivíduos

vêm-nas como um recurso que, embora limitado e pouco generoso, acaba por ter um efeito evidente no amortecimento das quebras de rendimento. Por isso, não hesitam em requerê-lo. Por outro lado, o recurso às políticas activas, designadamente a colocação em medidas específicas de emprego e o acesso a formação profissional aparece como outra estratégia para aumentar os níveis de empregabilidade. No entanto, tal como os níveis de colocação em emprego, os níveis de colocação nestas medidas são, também eles, ainda muito baixos (Caleiras, 2011).

Face a estes pressupostos teóricos, colocou-se três hipóteses de trabalho, as quais orientaram toda a investigação desta tese.

Assim sendo, e considerando toda a problemática anteriormente exposta, procedeu-se à verificação empírica das hipóteses de trabalho através de dois momentos.

No primeiro momento, procedeu-se à análise dos dados estatísticos fornecidos pela DREQPDC, onde foi possível caracterizar os beneficiários da ilha de S. Miguel nos anos de 2008, 2009 e 2010 em termos de sexo, idade, anos de escolaridade, concelho de residência e tipo de entidade que os acolheu durante o programa.

No segundo momento, efectuou-se uma análise intensiva, através da utilização de entrevistas aprofundadas a doze beneficiários do programa Prosa do Concelho de Ponta Delgada. O Concelho de Ponta Delgada foi selecionado pela razão particular de ser o que abrange maior número de beneficiários, bem como um maior número de entidades de acolhimento.

Posto isto, iremos partilhar as conclusões, em resposta às três perguntas de partida. As conclusões deste trabalho, descritas no enquadramento prático do mesmo, divide-se em quatro momentos, nomeadamente, **escolaridade, emprego, trajectória no programa Prosa** e finalmente, **projecção e imaginação em relação ao futuro**.

Quanto à questão da **escolaridade**, verifica-se, em todos os casos estudados, um abandono escolar precoce. Este abandono é resultado das fracas condições económicas do agregado familiar, na maioria das situações, acrescido, em alguns casos, de morte ou invalidez por parte de quem provinha o sustento do agregado. Na maior parte das situações, o beneficiário do Prosa foi obrigado a abandonar os estudos para poder contribuir financeiramente para o sustento da família, no caso dos homens e, para apoiar nas tarefas domésticas junto da progenitora, dando dias mais tarde e vindo a contribuir igualmente financeiramente para a economia doméstica, no caso das mulheres. No decorrer das entrevistas, foram referidas as

grandes dificuldades e sacrifícios passados, atendendo a que, sendo os entrevistados, ainda menores, viram-se envolvidos numa situação de grande responsabilidade⁷.

Noutras situações, o abandono escolar ficou a dever-se ao insucesso escolar. Muitos anos sem transitar, por diversas razões, desde o mau aproveitamento, falta de acompanhamento por parte dos pais e não identificação destes com o modelo de ensino da escola, levou-os ao abandono. Em algumas situações, o problema do insucesso é agravado pela falta de condições económicas do agregado familiar.

Numa situação como na outra, isto é, de abandono por causa das condições económicas, e de abandono por insucesso escolar, o abandono escolar é, normalmente, decisão dos pais. Apesar de alguns entrevistados terem verbalizado que os tempos eram outros, que as dificuldades eram muitas em casa e de que o seu contributo era importante para a economia doméstica e gestão de tarefas do dia-a-dia, manifestaram pena ao sair do sistema de educação. Alguns deles acabaram mesmo por regressar, anos mais tarde, à escola.

Em contradição e no que respeita à influência da escola no futuro, alguns entrevistados apesar de lamentarem a sua saída precoce, consideraram que, ter muita escolaridade, não é um factor decisivo para conseguir um emprego, em parte, pela conjuntura económica que se vive actualmente. Alguns até começam, inicialmente, por afirmar que a escola é importante para conseguir emprego, embora contrariem essa ideia mais tarde, por acharem que, actualmente, mesmo os mais escolarizados não são poupados ao desemprego. Para estes, ter mais escolaridade não iria influenciar a ter emprego, no momento.

Assim, parece-nos que se pode considerar confirmada a primeira hipótese de trabalho, isto é, a escolaridade condiciona a vida profissional dos beneficiários do programa Prosa. Esta situação é particularmente visível no percurso de vida dos indivíduos. Trata-se de indivíduos com fraca escolarização e formação profissional, assim como débil capacidade em conseguir emprego. Os empregos que conseguem são temporários, precários, mal remunerados, penosos, perigosos, socialmente desqualificados e de fraca responsabilidade. Estes trabalhos são característicos de trabalhadores com fraca escolarização e fracas competências pessoais e sociais. Estas características foram sinalizadas ao longo de todo o percurso profissional dos indivíduos, isto é, em nenhum momento, algum beneficiário conseguiu mudar esta condição. Isto apesar de, no discurso de alguns, a maior escolaridade como factor de mais facilidade de encontrar emprego ser memorizada.

Quanto à questão das trajetórias de **emprego**, um primeiro aspecto a salientar refere-se à idade em que estes integraram o mercado de trabalho. Exceptuando os dois entrevistados mais

⁷ O mesmo tipo de situação foi encontrado num estudo sobre trabalho infantil feito nos Açores (Rocha *et al.*, 2005).

jovens, que iniciaram a sua vida profissional aos 17/18 anos, todos os restantes a iniciaram muito cedo.

A forma como conseguiram o primeiro emprego é distinta para homens e mulheres. No caso dos homens, integraram, de imediato, o mercado de trabalho, juntamente com os progenitores, realizando a mesma actividade profissional que estes. No caso das mulheres, primeiro passam algum tempo em casa e só depois, mais tarde, integram o mercado de trabalho a “dar dias” em casas de pessoas conhecidas ou a trabalhar em empresas da sua área de residência. No caso das empresas, o trabalho prestado era, por norma, trabalho sazonal como “rasgar tocas”, trabalhar nas vinhas... Quer os homens, quer as mulheres tinham a particularidade de conseguirem emprego através das redes informais.

A instabilidade e precariedade no emprego são visíveis desde o primeiro emprego. Trata-se de uma situação que se mantém ao longo da vida dos entrevistados. Verificamos que os indivíduos, ao longo do seu percurso profissional passaram por diversos empregos, caracteristicamente, penosos, perigosos, mal remunerados. Nenhum dos entrevistados manteve uma relação contratual mais formalizada, por escrito, com nenhuma entidade ou pessoa empregadora.

Além desta situação verifica-se que os entrevistados, ao longo de todo o seu percurso profissional, mudaram constantemente de emprego, para áreas profissionais distintas, não desenvolvendo, por isso, nenhuma arte ou ofício. Entre as sucessivas mudanças de emprego, verifica-se uma constante transição entre emprego e desemprego, desenvolvendo uma “trajectória de emprego em carrossel” (Diogo F. , 2010).

Assim, e quanto à trajetória de emprego, parece-nos estar certa a segunda hipótese de trabalho, nomeadamente os beneficiários do Prosa são indivíduos que apresentam uma trajetória de emprego precária.

Relativamente à **trajetória no programa Prosa**, é de salientar, em primeiro lugar a forma como os entrevistados tiveram acesso ao programa. Contrariamente ao que sucedeu com os empregos anteriores, os quais recorriam às redes informais, no caso do Prosa, os beneficiários recorreram sempre às instituições e entidades que conheciam, com o Centro de Emprego e as instituições da freguesia, próximas da sua área de residência e por quem já tinham sido acompanhados.

Todos os entrevistados tinham conhecimento da temporalidade do Prosa. Alguns viam-no como um momento de apoio e, deste modo, o Prosa contribuiu como factor instrumental. Ou seja, o Prosa consistiu uma ocupação útil em troca de uma remuneração. Para outros, o Prosa permitiu-lhes novas descobertas, incluindo a descoberta da vocação para uma profissão. Além destes, o Prosa permitiu a duas entrevistadas autonomia financeira, embora por pouco

tempo, uma vez que estas foram vítimas de maus tratos e de grande controlo por parte dos respetivos maridos.

Terminando o Prosa, verifica-se que, actualmente, sete entrevistados encontram-se desempregados e a receber o subsídio de desemprego, embora quatro deles estejam a fazer voluntariado na instituição em que estiveram a desempenhar funções no âmbito deste programa. Os restantes foram, de novo, integrados em programas ocupacionais, o Prosa e o CTTS.

É de salientar que alguns entrevistados veem o Prosa como um emprego e não como uma ocupação, pelo que anseiam retomar ao Prosa ou a outra ocupação igual ou semelhante. Alguns deles acrescentam que o ideal era manter este “emprego”, o Prosa, até se aposentarem.

Por fim, quanto à **projecção e imaginação em relação ao futuro**, verificamos que os entrevistados demonstram poucas expectativas quanto ao futuro. Não fazem uma procura activa de emprego nem ambicionam concretizar um projecto que os realize profissionalmente. A sua procura de emprego passa por ir regularmente ao Centro de Emprego, após recepção de uma convocatória, solicitar ocupação através do Prosa ou do CTTS junto dos técnicos e dirigentes das IPSS.

Posto isto, podemos confirmar a terceira e última hipótese de trabalho: as expectativas dos beneficiários do Prosa são influenciadas pelo seu percurso de emprego.

Após análise de todo este estudo podemos confirmar a ideia de Diogo (2010), quando refere que se tratam de indivíduos com “trajectórias de emprego em carrossel” ou como nos refere Machado Pais “labirintos de vida e trajectórias iô-iô” (2005).

Após a integração no programa Prosa, há um risco maior que se assinala. Trata-se dos efeitos secundários da medida. Os programas ocupacionais, face aos níveis de desemprego que se verifica nos Açores, correm o risco de ser sucedâneos do subsídio de desemprego e não pontes entre o emprego e desemprego (Pedroso, 2010).

Por outro lado, o facto de apoiar pessoas com dificuldades acrescidas em integrar-se no mercado de trabalho, com estatuto de “apoiado” dificulta a concretização do seu grande objectivo que passa pela integração no mercado de trabalho.

Parece pertinente uma avaliação do impacto desta medida na vida dos indivíduos para que se possa obter uma visão mais apurada e outra intervenção junto deste público. Na verdade, estas medidas de política pública activa são, por um lado, muito pertinentes pois ajudam a colmatar as dificuldades em períodos de grande instabilidade financeira e constituem uma ocupação útil para os indivíduos. Por outro lado, geram um mercado de trabalho secundário, onde os direitos dos indivíduos e a sua inserção profissional está abaixo do que seria necessário para uma completa integração social, proporcionada pela participação nos modos de vida

dominantes na sociedade, a partir dos recursos e estatuto proporcionados pela profissão desempenhada.

Bibliografia

- Bank, W. (1997). "The State in a Changing World". In W. Bank, *World development Report*. Washington: World Bank.
- Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beck, U. (2000). *The Brave New World of work*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (2001). *World risk society*. Cambridge: Polity Press.
- Bresson, M. (2007). *Sociologie de la précarité*. Paris: Armand Colin.
- Caleiras, J. (2011). *Para além dos números - as consequências pessoais do desemprego, trajetórias de empobrecimento, experiências e políticas*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Capucha, L. (1998). "Exclusão Social e acesso ao Emprego: paralelas que podem convergir". *Sociedade e Trabalho*, nº 3, pp. 60-69.
- Capucha, L. (1998). *Grupos desfavorecidos face ao emprego, tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Carreira, H. M. (1996). *As Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Castel, R. (2009). *La montée des incertitudes, travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Éditions du seuil.
- Centeno, L. G. (2001). "Exclusão social e desenvolvimento: como o novo mercado de trabalho pode ser um gerador de exclusão". *Sociedade e Trabalho*, nº 14/15.
- Costa, A. (2002). *Exclusões Sociais* (3ª Edição ed.). Lisboa: Gradiva.
- D'Agostino, S., & Duvert, N. (2008). *La pauvreté*. Rosny: Bréal.
- Damas, A. e. (2002). "Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local". In P. Hespanha, & G. Carapinheiro, *Risco Social e Incerteza: pode o Estado Social recuar mais*. Porto: Afrontamento.
- Dias, I. (2005). "Os novos desafios da competitividade e as implicações no emprego". *Intervenção Social*, nº 31, pp. 129-162.

- Diogo, F. (no prelo). "Activos altamente desqualificados e insucesso do sistema de ensino". in Diogo, A. & Diogo, F. *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições e contextos*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Diogo, F. (2003). *Trabalho e Rendimento Mínimo Garantido, Tensão Identitária e (re)produção das identidades sociais*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Diogo, F. (2007). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Diogo, F. (2010). "capítulo 5. Atitudes e valores face ao trabalho e ao emprego". In R. Lalanda, A. C. Palos, A. Diogo, F. Diogo, & S. Caldeira, *Os jovens açorianos: percursos escolares e profissionais* (pp. 222-288). Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- Diogo, F. (2010). "Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI". *Fórum Sociológico*, nº 20, pp. 29-38.
- Diogo, F. (2010). *Apontamentos do Seminário Temático em Desenvolvimento*. Ponta Delgada, Mestrado em Sociologia.
- Diogo, F. (2012). "Estado-Providência, direitos sociais e desigualdade". In M. J. Casa-Nova, A. Benavente, F. Diogo, J. Lopes & C. Estevão, *Cientistas Sociais e responsabilidade social no mundo actual*. Edições Húmus, Lda.
- Diogo, F., & Roque, R. (2006). "A casa, as crianças e eu: gestão da confiança em quotidianos femininos de pobreza". Balsa, Casimiro (org). *Confiança e Laço Social*. Editora Colibri. pp. 159-170.
- Domingos, C. (2007). *(Re)construir trajetórias de vida: o efeito do projecto sementes de mudança*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Duarte, A. M. (2003). "Flexibilidade do Trabalho e do Emprego e novas formas de Insegurança: breve reflexão sobre as consequências do trabalho e no emprego de um mundo flexível". *Sociedade e Cultura, cadernos do Noroeste*, nº 5, Vol. 21 (1-2), pp. 163-188.
- Ferrera, M. (2000). *O futuro da Europa social, repensar o trabalho e a protecção da nova economia*. Oeiras: Celta Editora.

- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata.
- Giddens, A. (1996). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2010). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian .
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipeia.
- Guerreiro, M. d., & Abrantes, P. (2007). *Transições Incertas, os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego.
- Hespanha, P. (2001). "Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social". In B. Santos, *Globalização, fatalidade ou utopia?* (2ª Edição ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Hespanha, P. (2002). "Individualização, fragmentação e risco social nas Sociedades globalizadas". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, pp. 21-31.
- Hespanha, P., & Matos, A. R. (2000). "Compulsão do trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas em Portugal". *Sociologias*, nº 4.
- Hespanha, P., & Valadas, C. (2002). "Globalização dos problemas sociais, globalização das políticas. O caso da estratégia europeia para o emprego". In P. Hespanha, & G. Carapinheiro, *Risco Social e incerteza, pode o Estado Social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento.
- Kovács, I. (1999). "Qualificação, Formação e Empregabilidade" . *Sociedade e Trabalho*, nº 4, pp. 7-18.
- Madelino, F. (2003). "Produtividade, Política de Emprego, Externalidades e Questões de Financiamento: o Caso Português". *Sociedade de Trabalho*, nº 21, pp. 27-58.
- Mishra, R. (1995). *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*. Oeiras: Celta Editora.
- Mozzicafreddo, J. (1992). "O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias". *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 12, pp. 57-89.
- Mozzicafreddo, J. (2002). "Políticas Públicas de concertação social: cidadania e mercado". *Revista Sociedade e Trabalho*, nº 12/13.

- Oliveira, L., & Carvalho, H. (2008). "A precarização do emprego na Europa". *Dados*, vol 51, n^o3, pp. 541-567.
- Oliveira, L., Carvalho, H., & Veloso, L. (2011). "Formas Atípicas de Emprego Juvenil na União Europeia". *Sociologia, Problemas e Práticas*, pp. 27-48.
- Pais, J. M. (2005). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e futuro*. Ambar.
- Pardal, L. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal Editores.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Princípia Editora.
- Paugam, S. (2005). *Les formes élémentaires de la pauvreté* (2^a Edição ed.). Paris.
- Pedroso, P. (2005). *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho, formulação de políticas públicas no horizonte de 2013*. Coimbra.
- Pedroso, P. (2010). *Modelos de Activação dos desempregados: os desafios estruturais e as condicionantes conjunturais*, n^o 37. MTSS.
- Quivy, R. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2^a Edição ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rebello, G. (2002). "Para uma tipologia da precariedade da actividade laboral". *Organizações e Trabalho*, n^o 28.
- Rebello, G. (2004). *Flexibilidade e precariedade no trabalho: análise e diagnóstico* (1^a Edição ed.). Graficoisas Indústrias Gráficas, Lda.
- Rocha, G., Tomás, L., & Santos, A. (2005). *Entre Margens, percursos para uma vida activa*. Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional. Ponta Delgada.
- Romero, A. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Rosanvallon, P. (1984). *A crise do Estado Providência*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Sampieri, R. (2006). *Metodologia de Pesquisa* (3^a Edição ed.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Santos, B. (2001). "Os processos de globalização". In B. Santos, *Globalização, Fatalidade ou utopia?* (2^a Edição ed.). Porto: Edições Afrontamento.

- Santos, B. S. (2001). "Desigualdades e exclusão num mundo globalizado. Novos problemas e novos desafios para a teoria social". In B. S. Santos, *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.
- Tomás, L. (2003). *Novos velhos, idade e actividade na conjugação dos tempos de trabalho*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Ulrich, B. (2001). *World risk society*. Cambridge: Polity Press.
- Vallès, J. (2002). *Ciencia Política: una introducción*. Barcelona: Editora Ariel.
- Vaz, I. (1997). *As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho*. Lisboa: Ministério para a Qualificação e o Emprego.

ANEXOS

Anexo I – Operacionalização dos Conceitos

Hipóteses	Conceitos	Dimensão	Indicadores	Questões
A escolaridade condiciona a vida profissional dos beneficiários do programa Prosa	Escolaridade	Trajectória escolar	Frequência escolar	Até que anos estudou?
			Aproveitamento escolar	Reprovou algum ano? Quantos (em caso afirmativo)?
			Motivo de abandono escolar	O que motivou a sua saída da escola?
	Vida profissional	Trajectória de emprego	Início da actividade profissional	Com que idade iniciou a sua actividade profissional? Qual foi a sua primeira profissão?
			Relação contractual	Que tipo de contrato tinha?(Precário, efectivo, à peça, ao quinhão, recibo verde, contrato a prazo)?
			Duração da actividade	Quanto tempo durou a sua primeira actividade?
			Outras actividades exercidas e tempo de duração	Esta foi a sua única experiência profissional? [Se não] Qual foi o trabalho que mais se identificou? Qual o emprego onde esteve empregue mais tempo? Porquê?
			Desemprego	Quantos empregos teve ao longo da vida? Esteve alguma vez desempregado? Porque é que isso aconteceu? Durante quanto tempo? Teve dificuldades em integrar-se, de novo, no mercado de trabalho?
	Relação escolaridade - emprego	Relação escolaridade - emprego	A escola condiciona o emprego	Considera que a escola poderia ter-lhe proporcionado uma vida melhor, se a tivesse terminado?
	Os beneficiários do Prosa são indivíduos que apresentam uma trajectória de emprego precária	Programa Prosa	Trajectória no Programa Prosa	Início do Programa
Duração do Programa				Quando participou neste programa? Qual a duração?
Terminus do programa				Após ter participado no programa, o que mudou na sua vida? Esta passagem pelo programa permitiu-lhe abrir novas portas para o emprego?
Emprego precário		Trajectória de emprego precário	Situação actual de emprego	Actualmente, o que faz? Está satisfeito com o que faz? Como classifica o seu trabalho actual (duro, instável, precário,...)?

		Trajectória de emprego após o terminus do Prosa	Após ter terminado o Prosa, conseguiu emprego, de imediato? Por quantos empregos passou desde que terminou o PROSA? Entre um emprego e outro, esteve desempregado? Durante quanto tempo?
As expectativas dos beneficiários do Prosa são influenciadas pelo Expectativas	Projeção e imaginação em relação ao futuro profissional	Expectativa	Que espera alcançar profissionalmente, no futuro?
		Sonho	O que significa para si a realização profissional? Que objetivos gostaria de poder alcançar para conseguir realizar-se profissionalmente?
		Iniciativa	Que pensa fazer para o conseguir?

Anexo II – Disponibilização de dados estatísticos



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Exmo. Senhor
Dr. Filipe Brum
Chefe de Divisão da Direcção Regional do
Trabalho, Qualificação Profissional e
Defesa do Consumidor
Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, s/n,
3º andar
9500-119 - Ponta Delgada

Vossa Referência

Nossa Referência

Data

Ponta Delgada, 11 de Abril de 2011

ASSUNTO: Pedido de Colaboração

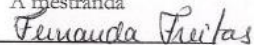
Para efeitos de realização da Tese do Curso de Mestrado em Sociologia, ministrado pela Universidade dos Açores, da mestranda Fernanda Serrão de Freitas, portadora do Cartão de Cidadão 12653165, aluna n.º 20107274, vimos por este meio solicitar a V.ª Ex.ª a Vossa colaboração, no sentido de serem disponibilizados alguns dados para efectuar um estudo sobre os beneficiários de Programas Ocupacionais, nomeadamente do PROSA e CTTS.

Este estudo pretende uma caracterização da população beneficiária e ambiciona, essencialmente, apurar os factores que levaram estes beneficiários a recorrer a estes programas. Por outro lado, pretende-se compreender as razões destes programas serem, maioritariamente, a única forma dos indivíduos conseguirem um contacto com a realidade do mercado de trabalho.

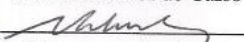
Neste sentido e, para uma primeira fase, que será a da caracterização destes indivíduos será necessário ter acesso a alguns dados, nomeadamente o género, idade, escolaridade, n.º de instituições que acolhem estes beneficiários por concelho, na ilha de S. Miguel e a duração média do programa, pelo um período de 8 anos, mais concretamente de 2002 a 2010.

Sem outro assunto de momento e com os melhores cumprimentos,

A mestranda


(Fernanda Freitas)

O Coordenador de Curso


(Prof. Doutor Rolando Lalandia)

Anexo III – Consentimento para realização das entrevistas

Universidade dos Açores

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Mestrado em Sociologia



Exmo. Sr.

Vossa Referência

Nossa Referência

Data

Ponta Delgada, 12 de Junho de 2012

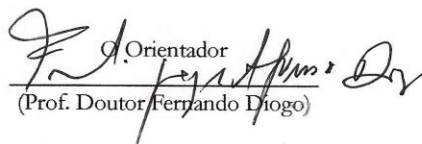
ASSUNTO: Pedido de Colaboração

Para efeitos da Tese do Curso de Mestrado em Sociologia, ministrado pela Universidade dos Açores, a mestranda Fernanda Serrão de Freitas, portadora do Cartão de Cidadão 12653165, aluna n.º 20107274, irá estudar a trajetória de emprego de indivíduos que passaram pelo Programa Prosa.

Neste sentido, pretende-se apurar se a escolaridade condiciona a vida profissional dos beneficiários do programa Prosa, se os beneficiários do programa são indivíduos que apresentam uma trajetória de emprego precária e se as suas expectativas são influenciadas pelo seu percurso de emprego.

Atendendo a que a vossa instituição é uma entidade que, regularmente, acolhe beneficiários do Programa PROSA, vimos por este meio solicitar a Vossa colaboração, no sentido de contactar pessoas que já foram beneficiárias deste programa e com as quais mantenham ainda contacto, bem como a cedência de um espaço nas vossas instalações para que possa decorrer a entrevista, por tratar-se de um espaço mais próximo e familiar do entrevistado. Esta entrevista terá como tempo estimado uma hora de duração.

Certa de que este assunto merecerá especial atenção e sem outro assunto de momento, despeço-me reiterando os melhores cumprimentos,


Orientador
(Prof. Doutor Fernando Diogo)

Campus de Ponta Delgada * Apartado 1422 * PT - 9501-801 Ponta Delgada * Telefone (+351) 296 650 000 * Fax (+351) 296 650

035

Anexo IV – Guião de Entrevista



UNIVERSIDADE DOS AÇORES DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

GUIÃO DE ENTREVISTA AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROSA

A – TRAJECTÓRIA ESCOLAR

1. Até que anos estudou?
2. Reprovou algum ano? Quantos (em caso afirmativo)?
3. O que motivou a sua saída da escola?

B – TRAJECTÓRIA DE EMPREGO

1. Com que idade iniciou a sua atividade profissional? Qual foi a sua primeira profissão?
2. Que tipo de contrato tinha (precário, efetivo, à peça, ao quinhão, recibo verde, contrato a prazo)?
3. Quanto tempo durou a primeira atividade?
4. Esta foi a sua única experiência profissional? [Se não] Qual foi o trabalho que mais se identificou? Qual o emprego onde esteve empregue mais tempo? Porquê?
5. Quantos empregos teve ao longo da vida?
6. Esteve alguma vez desempregado? Porque é que isso aconteceu? Durante quanto tempo? Teve dificuldades em integrar-se, de novo, no mercado de trabalho?

C – RELAÇÃO ESCOLARIDADE – EMPREGO

1. Considera que a escola poderia ter-lhe proporcionado uma vida melhor, se a tivesse terminado?

D – TRAJECTÓRIA NO PROGRAMA PROSA

1. Como participou neste programa? Através do Centro de emprego ou através de alguma instituição que conheça na sua área de residência? Que razões o levaram a participar?
2. Quando participou neste programa? Qual a duração?

3. Após ter participado no programa, o que mudou na sua vida?
4. Esta passagem pelo programa permitiu-lhe abrir novas portas para o emprego?

E – TRAJECTÓRIA DE EMPREGO PRECÁRIO

1. Atualmente, o que faz?
2. Está satisfeito com o que faz?
3. Como classifica o seu trabalho atual (duro, instável, precário...)?
4. Após ter terminado o PROSA, conseguiu emprego, de imediato?
5. Por quantos empregos passou desde que terminou o PROSA?
6. Entre um emprego e outro, esteve desempregado? Durante quanto tempo?

F – PROJECCÃO E IMAGINAÇÃO EM RELAÇÃO AO FUTURO

1. Que espera alcançar profissionalmente, no futuro?
2. Que significa, para si, a realização profissional? Que objetivos gostaria de poder alcançar para conseguir realizar-se?
3. Que pensa fazer para o conseguir?